



Subsecretaria Jurídica  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## Seção II

ANO XXX — Nº 14

SEXTA-FEIRA, 21 DE MARÇO DE 1975

BRASÍLIA — DF

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 13ª SESSÃO EM 20 DE MARÇO DE 1975

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Ofício do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

##### — ENCAMINHANDO À REVISÃO DO SENADO AUTÓGRAFO DA SEGUINTE PROPOSIÇÃO:

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 112/71 (nº 1.090-B/72, na Câmara), que determina providências para cumprimento da obrigatoriedade do alistamento eleitoral.

##### 1.2.2 — Requerimentos

— Nº 114/75, de autoria do Sr. Senador Jessé Freire, de desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 50/74.

— Nº 115/75, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, de desarquivamento do Projeto de Resolução nº 61/74.

##### 1.3 — ORDEM DO DIA

— Parecer da Comissão de Finanças sobre a Mensagem nº 51/75 (nº 47/75, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado o nome do Doutor Guido Fernando Mondin, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Victor Amaral Freire. **Apreciado em sessão secreta.**

— Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 56/75 (nº 50/75, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado o nome do Sr. Paulo da Costa Franco, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função, em comissão, de Embaixador do Brasil junto à República Popular de Bangladesh. **Apreciado em sessão secreta.**

##### 1.4 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

#### 2 — ATA DA 14ª SESSÃO, EM 20 DE MARÇO DE 1975

##### 2.1 — ABERTURA

##### 2.2 — EXPEDIENTE

##### 2.2.1 — Mensagens do Sr. Presidente da República

##### — SUBMETENDO AO SENADO A ESCOLHA DE NOMES INDICADOS PARA CARGOS CUJOS PROVIMENTOS DEPENDEM DE SUA PRÉVIA AQUIESCÊNCIA:

Nº 060/75 (nº 65/75, na origem), de 19 de março de 1975, referente à escolha do Diplomata Murillo Gurgel Valente, Embaixador

junto ao Reino da Arábia Saudita, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos.

Nº 061/75 (nº 66/75, na origem), de 19 de março de 1975, referente à escolha do Diplomata Murillo Gurgel Valente, Embaixador junto ao Reino da Arábia Saudita, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Bahrain.

Nº 062/75 (nº 67/75, na origem), de 19 de março de 1975, referente à escolha do Diplomata Murillo Gurgel Valente, Embaixador junto ao Reino da Arábia Saudita, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Catar.

##### 2.2.2 — Ofícios do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

##### — ENCAMINHANDO À REVISÃO DO SENADO AUTÓGRAFOS DOS SEGUINTE PROJETO:

Projeto de Lei da Câmara nº 1/75 (nº 297-B/71, na origem), que dispõe sobre a divulgação de obras governamentais pela administração, e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara nº 2/75 (nº 574-B/72, na origem), que altera o parágrafo único do artigo 656, da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943).

Projeto de Lei da Câmara nº 3/75 (nº 768-B/72, na origem), que torna obrigatória a instalação de sanitário nos veículos de transporte coletivo de passageiros, de percurso interestadual ou internacional, e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara nº 4/75 (nº 1.124-B/73, na origem), que acrescenta parágrafo ao artigo 138 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Projeto de Lei da Câmara nº 5/75 (nº 1.581-B/73, na origem), que institui laudo de avaliação na aquisição de moradia com financiamento do Banco Nacional da Habitação.

Projeto de Lei da Câmara nº 6/75 (nº 1.996-B/74, na origem), que acrescenta parágrafo ao artigo 2º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, que determina regras pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública.

##### 2.2.3 — Pareceres

##### — REFERENTES ÀS SEGUINTE MATÉRIAS:

Ofício nº S-30/74 (nº 23/74-P/MC, na origem), do Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, ao Senado Federal, cópias da petição inicial, das notas taquigráficas e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Representação nº 903, do Estado da Guanabara, o qual declara

## EXPEDIENTE

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

## ASSINATURAS

EVANDRO MENDES VIANNA  
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES  
Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA  
Diretor da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER  
Diretor da Divisão Industrial

## Via Superfície:

Semestre ..... Cr\$ 100,00  
Ano ..... Cr\$ 200,00

## Via Aérea:

Semestre ..... Cr\$ 200,00  
Ano ..... Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30).

Tiragem: 3.500 exemplares

rou a inconstitucionalidade do art. 14 da Lei nº 2.145, de 24-11-72, daquele Estado.

Ofício nº S-7/74 (nº 3/74-P/MC, na origem), do Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhando ao Senado Federal, cópias da petição inicial e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos Autos da Representação nº 895, do Estado da Guanabara, o qual declarou a inconstitucionalidade dos §§ 2º e 3º do art. 83, da Lei nº 2.085-A, de 5-9-72, daquele Estado.

Ofício nº S-1/75 (nº 29/74-P/MC, na origem), do Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal, cópias das notas taquigráficas e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 71.177, do Estado de São Paulo, o qual declarou a inconstitucionalidade do artigo 1º, inciso VIII do Decreto Municipal nº 1.204/67, de Lucélia, e o inciso VIII, da Tabela I, da Lei nº 840/66, do mesmo município.

## 2.2.4 — Requerimentos

Nº 116/75, de autoria do Senador Paulo Brossard, de homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador Prof. Armando Câmara. **Aprovado**, após usarem da palavra no encaminhamento da votação os Srs. Paulo Brossard, Daniel Krieger e Lenoir Vargas.

Nºs 117 e 118, de 1975, de autoria do Senador José Lindoso, solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 129/73 e 46/74.

Nº 119/75, de autoria do Senador Nelson Carneiro, solicitando o desarquivamento da Indicação nº 5/75.

## 2.2.5 — Discursos do Expediente

**SENADOR FRANCO MONTORO, como Líder** — Carta dirigida à Direção do Movimento Democrático Brasileiro pelo General Pedro Celestino da Silva Pereira e sua mulher D. Clarice Madureira da Silva Pereira, denunciando arbitrariedades policiais praticadas contra a pessoa de seu filho Pedro Celestino da Silva Pereira Filho.

**SENADOR LEITE CHAVES** — Considerações sobre a necessidade da redemocratização do País, ainda que gradualística. A simbiose da estabilidade política e o desenvolvimento sócio-econômico de uma nação.

## 2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 72/74 (nº 457-B/71, na origem), que dispõe sobre a divulgação do livro pela televisão, e dá outras providências. **Rejeitado**, após falarem, no encaminhamento de sua votação, os Srs. Ruy Santos e Franco Montoro. **Ao Arquivo**.

— Requerimento nº 21/75, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 112/74, que altera a redação do art. 663 da Consolidação das Leis do Trabalho. **Aprovado**.

— Requerimento nº 22/75, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 134/74, que acrescenta parágrafo ao artigo 652, da Consolidação das Leis do Trabalho. **Aprovado**.

— Requerimento nº 23/75, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 138/74, que acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho. **Aprovado**.

— Requerimento nº 32/75, de autoria do Sr. Senador Paulo Guerra, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso pronunciado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Djaci Alves Falcão, por ocasião de sua posse na Presidência do Supremo Tribunal Federal. **Aprovado**, após encaminharem sua votação os Srs. Henrique de La Róque e Ruy Carneiro.

## 2.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

**SENADOR PETRÔNIO PORTELLA, como Líder** — Esclarecimentos sobre prisões arbitrárias de um jornalista e três advogados que teriam ocorrido no Rio Grande do Sul, tendo em vista pronunciamento do Senador Paulo Brossard sobre o assunto.

**SENADOR JOSÉ SARNEY, por delegação da Liderança** — Discursos pronunciados no Senado por membros da Oposição, focalizando a conjuntura político-econômico-social do País. A redemocratização plena do País e o caminho a ser percorrido para esse desiderato.

**SENADOR PAULO BROSSARD, em explicação pessoal** — Prisões de jornalistas e advogados ocorridas em Porto Alegre-RS, tendo em vista os esclarecimentos prestados pelo Senador Petrónio Portella. O caráter irregular e perigoso como vêm sendo executadas essas prisões.

**SENADOR HELVÍDIO NUNES** — Distorções fiscais e sócio-econômicas decorrentes da aplicação da atual sistemática do ICM.

**SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** — Decisão do Presidente do Banco do Brasil com o objetivo de ampliar substancialmente a concessão de créditos a várias atividades econômicas do Norte e Nordeste.

**SENADOR JOSÉ LINDOSO** — Homenagem de pesar pelo falecimento do Dr. André Vidal de Araújo.

**SENADOR NELSON CARNEIRO** — Inexistência de infraestrutura turística no município de Cabo Frio-RJ.

2.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

### 3 — TRANSCRIÇÃO

— Discurso pronunciado pelo Sr. Ministro Djaci Alves Falcão, por ocasião de sua posse à Presidência do Supremo Tribunal.

### 4 — INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

— Ata da 185ª Reunião do Conselho Deliberativo, em 12-3-75.

### 5 — ATA DE COMISSÃO

### 6 — MESA DIRETORA

### 7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

## ATA DA 13ª SESSÃO, EM 20 DE MARÇO DE 1975

### 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

#### — EXTRAORDINÁRIA —

#### PRESIDÊNCIA DO SR. MAGALHÃES PINTO

Às 10 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guimard — Evandro Carreira — José Estêves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otáir Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — A lista de presença acusa o comparecimento de 64 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário vai proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

#### EXPEDIENTE

#### OFÍCIO

DO SR. 1º-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Encaminhando à revisão do Senado autógrafo da seguinte proposição:

#### SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, DE 1971

(Nº 1.090-B/72, na Câmara dos Deputados)

Determina providências para cumprimento da obrigatoriedade do alistamento eleitoral.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A matrícula, em qualquer estabelecimento de ensino, público ou privado, de maior de dezoito anos alfabetizado, só será

concedida ou renovada mediante a apresentação do título de eleitor do interessado.

§ 1º O diretor, professor ou responsável por curso de alfabetização de adolescentes e adultos encaminhará o aluno que o concluir ao competente juiz eleitoral, para obtenção do título de eleitor.

§ 2º A inobservância do disposto no parágrafo anterior sujeitará os responsáveis às penas previstas no art. 9º do Código Eleitoral.

Art. 2º Os eleitores do Distrito Federal, enquanto não se estabelecer o seu direito de voto, ficam dispensados de todas as exigências legais a que se sujeitam os portadores de títulos eleitorais.

Art. 3º Os serviços de rádio, televisão e cinema educativos, participantes do Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos, encarecerão em seus programas as vantagens atribuídas ao cidadão eleitor, no pleno gozo de seus direitos civis e políticos, e informarão da obrigatoriedade do alistamento e do voto, para os brasileiros de ambos os sexos.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura.)

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

#### REQUERIMENTO Nº 114, DE 1975

Excelentíssimo Senhor  
Presidente do Senado Federal

Requeiro, na forma regimental, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 50/74, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1975. — **Jessé Freire**, Senador.

#### REQUERIMENTO Nº 115, DE 1975

Sr. Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 61, de 1974.

Sala das Sessões, 20 de março de 1975. — **Nelson Carneiro**.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Os requerimentos lidos serão publicados e incluídos em Ordem do Dia, nos termos do Regimento Interno.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Finanças sobre a Mensagem nº 51, de 1975 (nº 47/75, na origem, de 28 de fevereiro de 1975), pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado o nome do Doutor Guido Fernando Mondin, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Victor Amaral Freire.

### Item 2:

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 56, de 1975 (nº 50/75, na origem, de 4 de março de 1975), pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado o nome do Senhor Paulo da Costa Franco, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função, em comissão, de Embaixador do Brasil junto à República Popular de Bangladesh.

As matérias constantes da Ordem do Dia da presente sessão, nos termos da alínea h do art. 402 do Regimento Interno, deverão ser apreciadas em sessão secreta.

Solicito dos Srs. funcionários as providências necessárias a fim de ser mantido o preceito regimental.

*(A sessão torna-se secreta às 10 horas e 45 minutos e volta a ser pública às 11 horas e 10 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a ordinária de hoje a seguinte

## ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 1974 (nº 457-B/71, na Casa de origem), que dispõe sobre a divulgação do livro pela televisão e dá outras providências, tendo

**PARECER FAVORÁVEL**, sob nº 387, de 1974, da Comissão: — de Educação e Cultura.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 21, de 1975, de autoria do Senhor Senador Nelson Carneiro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 1974, que altera a redação do art. 663 da Consolidação das Leis do Trabalho.

— 3 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 22, de 1975, de autoria do Senhor Senador Nelson Carneiro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 134, de 1974, que acrescenta parágrafo ao artigo 652 da Consolidação das Leis do Trabalho.

— 4 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 23, de 1975, de autoria do Senhor Senador Nelson Carneiro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 1974, que acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.

— 5 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 32, de 1975, de autoria do Senhor Senador Paulo Guerra, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso pronunciado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Djaci Alves Falcão, por ocasião de sua posse na Presidência do Supremo Tribunal Federal.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 11 horas e 15 minutos.)*

## ATA DA 14ª SESSÃO, EM 20 DE MARÇO DE 1975

### 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

#### PRESIDÊNCIA DO SR. WILSON GONÇALVES

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Esteves — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Wilson Gonçalves — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Orlando Zancaner — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Mendes Canales — Saldanha Derzi — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — A lista de presença acusa o comparecimento de 40 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário vai proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

## EXPEDIENTE

### MENSAGENS DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

*SUBMETENDO AO SENADO A ESCOLHA DE NOMES INDICADOS PARA CARGOS CUJOS PROVIMENTOS DEPENDEM DE SUA PRÉVIA AQUIESCÊNCIA:*

#### MENSAGEM Nº 60, DE 1975

*(Nº 65/75, na origem)*

Excelentíssimos Senhores membros do Senado Federal:

De conformidade com o artigo 42 (item III) da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Diplomata Murillo Gurgel Valente, Embaixador junto ao Reino da Arábia Saudita, para, cumulativa-

mente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos, nos termos do Decreto nº 56.908, de 29 de setembro de 1965.

Os méritos do Embaixador Murillo Gurgel Valente, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 19 de março de 1975. — **Ernesto Geisel.**

### INFORMAÇÃO

#### Curriculum Vitae:

Embaixador Murillo Gurgel Valente.

Nascido no Rio de Janeiro, Guanabara, 3 de novembro de 1925. Estagiário nas Nações Unidas, 1950. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, 1952. Diplomado pelo Instituto Rio Branco no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas.

Cônsul de Terceira Classe, pelo Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco, 1950.

Terceiro-Secretário da Embaixada em Ottawa, 1952 a 1954.

Vice-Cônsul em Glasgow, 1954 a 1955.

Encarregado do Consulado em Glasgow, 1954.

Promovido a Cônsul de Segunda Classe, por antiguidade, 1955.

Cônsul em Glasgow, 1955 a 1956.

Segundo-Secretário da Embaixada em Santiago, 1956 a 1958.

Representante do Brasil no IV Período de Sessões do Comitê Econômico da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), Santiago, 1958.

Membro da Seção Brasileira à Reunião da Comissão Mista Brasil-Chile, Santiago, 1958.

Membro da Delegação do Brasil ao VIII Período de Sessões e ao II Período de Sessões do Comitê de Comércio da CEPAL, Panamá, 1959.

Oficial do Gabinete do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, 1959 a 1960.

Chefe do Setor de Recepção e Representação do Gabinete do Ministro da Justiça, 1959 a 1960.

Segundo-Secretário da Embaixada em Madrid, 1960 a 1961.

Representante do Brasil nas Solenidades de Inauguração da Primeira Feira Ibero-Americana, Sevilha, 1961.

Chefe-substituto do Serviço de Propaganda e Expansão Comercial (SEPRO), Madrid, 1961.

Promovido a Primeiro-Secretário, por merecimento, 1961.

Primeiro-Secretário da Embaixada em Madrid, 1961 a 1963.

Chefe do SEPRO em Madrid, 1962.

Membro da Seção Brasileira da Comissão Mista Brasil-Espanha, Madrid, 1962.

Primeiro-Secretário da Embaixada em Tóquio, 1963 a 1964.

Encarregado de Negócios em Tóquio, 1963 a 1964.

Membro da Missão para Negociação do Acordo com o Japão sobre reescalonamento da dívida externa, 1964.

Chefe do SEPRO em Tóquio, 1964.

Primeiro-Secretário da Embaixada em Taipé, 1965 a 1966.

Encarregado de Negócios em Taipé, 1965 a 1966.

Encarregado de Negócios em Bangkok, 1965.

Membro da Missão Especial às Solenidades de Posse do Presidente da China, 1966.

Conselheiro, 1967.

Chefe da Divisão de Transportes e Comunicações, 1968 a 1969.

Delegado do Brasil à XVI Assembléia da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), Buenos Aires, 1968.

Subchefe da Delegação do Brasil às Negociações para o Ajuste sobre transportes marítimos, Buenos Aires, 1968.

Representante do Ministério das Relações Exteriores na Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (CERNAI), 1968.

Membro da Delegação do Brasil à Reunião para Regulação do Convênio sobre Transportes por Água, da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), Montevideu, 1968.

Delegado do Brasil às Conversações sobre Problemas Marítimos, 1969.

Promovido a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, 1969.

Representante do Ministério das Relações Exteriores no Conselho Nacional de Telecomunicações, 1969.

Ministro-Conselheiro da Delegação em Genebra, 1969 a 1971.

Delegado do Brasil à IV Sessão do Comitê de Transportes Marítimos da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Genebra, 1970.

Delegado do Brasil à Reunião da Organização Consultiva Intergovernamental Marítima (IMCO), sobre Transporte Intermodal, Londres, 1971.

Chefe da Delegação do Brasil à II Sessão do Grupo de Trabalho sobre Legislação Marítima Internacional da UNCTAD, Genebra, 1971.

Cônsul-Geral em Los Angeles, 1971 a 1973.

Embaixador em Jeddah, 1973 a 1974.

Embaixador no Coveite, cumulativamente, 1974.

Embaixador em Mascate, cumulativamente, 1974.

O Embaixador Murillo Gurgel Valente, nesta data, encontra-se no exercício de suas funções junto ao Reino da Arábia Saudita, ao Emirado do Coveite e ao Sultanato de Oman.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 17 de março de 1975. — (Sérgio de Queiroz Duarte) — Chefe da Divisão do Pessoal.

(A Comissão de Relações Exteriores.)

### MENSAGEM Nº 61, DE 1975

(nº 66/75, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o artigo 42 (item III) da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Diplomata Murillo Gurgel Valente, Embaixador junto ao Reino da Arábia Saudita, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Bahrain, nos termos do Decreto nº 56.908, de 29 de setembro de 1965.

2. Os méritos do Embaixador Murillo Gurgel Valente, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 19 de março de 1975. — **Ernesto Geisel.**

### INFORMAÇÃO

#### Curriculum Vitae:

Embaixador Murillo Gurgel Valente.

Nascido no Rio de Janeiro, Guanabara, 3 de novembro de 1925. Estagiário nas Nações Unidas, 1950. Bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, 1952. Diplomado pelo Instituto Rio Branco no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas.

Cônsul de Terceira Classe, pelo Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco, 1950.

Terceiro-Secretário da Embaixada em Ottawa, 1952 a 1954.

Vice-Cônsul em Glasgow, 1954 a 1955.

Encarregado do Consulado em Glasgow, 1954.

Promovido a Cônsul de Segunda Classe, por antiguidade, 1955.

Cônsul em Glasgow, 1955 a 1956.

Segundo-Secretário da Embaixada em Santiago, 1956 a 1958.

Representante do Brasil no IV Período de Sessões do Comitê Econômico da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), Santiago, 1958.

Membro da Seção Brasileira à Reunião da Comissão Mista Brasil-Chile, Santiago, 1958.

Membro da Delegação do Brasil ao VIII Período de Sessões e ao II Período de Sessões do Comitê de Comércio da CEPAL, Panamá, 1959.

Oficial do Gabinete do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, 1959 a 1960.

Chefe do Setor de Recepção e Representação do Gabinete do Ministro da Justiça, 1959 a 1960.

Segundo-Secretário da Embaixada em Madrid, 1960 a 1961.

Representante do Brasil nas Solenidades de Inauguração da Primeira Feira Ibero-Americana, Sevilha, 1961.

Chefe, substituto, do Serviço de Propaganda e Expansão Comercial (SEPRO), Madrid, 1961.

Promovido a Primeiro-Secretário, por merecimento, 1961.

Primeiro-Secretário da Embaixada em Madrid, 1961 a 1963.

Chefe do SEPRO em Madrid, 1962.

Membro da Seção Brasileira da Comissão Mista Brasil-Espanha, Madrid, 1962.

Primeiro-Secretário da Embaixada em Tóquio, 1963 a 1964.

Encarregado de Negócios em Tóquio, 1963 a 1964.

Membro da Missão para Negociação do Acordo com o Japão sobre reescalonamento da dívida externa, 1964.

Chefe do SEPRO em Tóquio, 1964.

Primeiro-Secretário da Embaixada em Taipé, 1965 a 1966.

Encarregado de Negócios em Taipé, 1965 a 1966.

Encarregado de Negócios em Bangkok, 1965.

Membro da Missão Especial às Solenidades de Posse do Presidente da China, 1966.

Conselheiro, 1967.

Chefe da Divisão de Transportes e Comunicações, 1968 a 1969.

Delegado do Brasil à XVI Assembleia da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), Buenos Aires, 1968.

Subchefe da Delegação do Brasil às Negociações para o Ajuste sobre transportes marítimos, Buenos Aires, 1968.

Representante do Ministério das Relações Exteriores na Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (CERNAI), 1968.

Membro da Delegação do Brasil à Reunião para Regulamentação do Convênio, sobre Transportes por Água, da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALAC), Montevideu, 1968.

Delegado do Brasil às Conversações sobre Problemas Marítimos, 1969.

Promovido a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, 1969.

Representante do Ministério das Relações Exteriores no Conselho Nacional de Telecomunicações, 1969.

Ministro-Conselheiro da Delegação em Genebra, 1969 a 1971.

Delegado do Brasil à IV Sessão do Comitê de Transportes Marítimos da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Genebra, 1970.

Delegado do Brasil à Reunião da Organização Consultiva Intergovernamental Marítima (IMCO), sobre Transporte Intermodal, Londres, 1971.

Chefe da Delegação do Brasil à II Sessão do Grupo de Trabalho sobre Legislação Marítima Internacional da UNCTAD, Genebra, 1971.

Cônsul-Geral em Los Angeles, 1971 a 1973.

Embaixador em Jeddah, 1973 a 1974.

Embaixador no Coveite, cumulativamente, 1974.

Embaixador em Mascate, cumulativamente, 1974.

O Embaixador Murillo Gurgel Valente, nesta data, encontra-se no exercício de suas funções junto ao Reino da Arábia Saudita, ao Emirado do Coveite e ao Sultanato de Oman.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 17 de março de 1975. — (Sergio de Queiroz Duarte), Chefe da Divisão do Pessoal.

(A Comissão de Relações Exteriores.)

## MENSAGEM Nº 62, DE 1975

(nº 67/75, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o artigo 42 (item III) da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Diplomata Murillo Gurgel Valente, Embaixador junto ao Reino da Arábia Saudita, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Catar, nos termos do Decreto nº 56.908, de 29 de dezembro de 1965.

Os méritos do Embaixador Murillo Gurgel Valente, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 19 de março de 1975. — Ernesto Geisel.

## INFORMAÇÃO

### Curriculum Vitae:

Embaixador Murillo

Gurgel Valente.

Nascido no Rio de Janeiro, Guanabara, 3 de novembro de 1925. Estagiário nas Nações Unidas, 1950. Bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, 1952. Diplomado pelo Instituto Rio-Branco no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas:

Cônsul de Terceira Classe, pelo Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio-Branco, 1950.

Terceiro-Secretário da Embaixada em Ottawa, 1952 a 1954.

Vice-Cônsul em Glasgow, 1954 a 1955.

Encarregado do Consulado em Glasgow, 1954.

Promovido a Cônsul de Segunda Classe, por antiguidade, 1955.

Cônsul em Glasgow, 1955 a 1956.

Segundo-Secretário da Embaixada em Santiago, 1956 a 1958.

Representante do Brasil no IV Período de Sessões do Comitê Econômico da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), Santiago, 1958.

Membro da Seção Brasileira à Reunião da Comissão Mista Brasil-Chile, Santiago, 1958.

Membro da Delegação do Brasil ao VIII Período de Sessões e ao II Período de Sessões do Comitê de Comércio da CEPAL, Panamá, 1959.

Oficial do Gabinete do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, 1959 a 1960.

Chefe do Setor de Recepção e Representação do Gabinete do Ministro da Justiça, 1959 a 1960.

Segundo-Secretário da Embaixada em Madri, 1960 a 1961.

Representante do Brasil nas Solenidades de Inauguração da Primeira Feira Ibero-Americana, Sevilha, 1961.

Chefe, substituto, do Serviço de Propaganda e Expansão Comercial (SEPRO), Madri, 1961.

Promovido a Primeiro-Secretário, por merecimento, 1961.

Primeiro-Secretário da Embaixada em Madri, 1961 a 1963.

Chefe do SEPRO em Madri, 1962.

Membro da Seção Brasileira da Comissão Mista Brasil-Espanha, Madri, 1962.

Primeiro-Secretário da Embaixada em Tóquio, 1963 a 1964.  
 Encarregado de Negócios em Tóquio, 1963 a 1964.  
 Membro da Missão para Negociação do Acordo com o Japão sobre reescalonamento da dívida externa, 1964.  
 Chefe do SEPRO em Tóquio, 1964.  
 Primeiro-Secretário da Embaixada em Taipé, 1965 a 1966.  
 Encarregado de Negócios em Taipé, 1965 a 1966.  
 Encarregado de Negócio em Bangkok, 1965.  
 Membro da Missão Especial às Solenidades de Posse do Presidente da China, 1966.  
 Conselheiro, 1967.  
 Chefe da Divisão de Transportes e Comunicações, 1968 a 1969.  
 Delegado do Brasil à XVI Assembléia da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), Buenos Aires, 1968.  
 Subchefe da Delegação do Brasil às Negociações para o Ajuste sobre transportes marítimos, Buenos Aires, 1968.  
 Representante do Ministério das Relações Exteriores na Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (CERNAI), 1968.  
 Membro da Delegação do Brasil à Reunião para Regulação do Convênio sobre Transportes por Água, da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), Montevideu, 1968.  
 Delegado do Brasil às Conversações sobre Problemas Marítimos, 1969.  
 Promovido a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, 1969.  
 Representante do Ministério das Relações Exteriores no Conselho Nacional de Telecomunicações, 1969.  
 Ministro-Conselheiro da Delegação em Genebra, 1969 a 1971.  
 Delegado do Brasil à IV Sessão do Comitê de Transportes Marítimos da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Genebra, 1970.  
 Delegado do Brasil à Reunião da Organização Consultiva Intergovernamental Marítima (IMCO), sobre Transporte Intermodal, Londres, 1971.  
 Chefe da Delegação do Brasil à II Sessão do Grupo de Trabalho sobre Legislação Marítima Internacional da UNCTAD, Genebra, 1971.  
 Cônsul-Geral em Los Angeles, 1971 a 1973.  
 Embaixador em Jeddah, 1973 a 1974.  
 Embaixador no Coveite, cumulativamente, 1974.  
 Embaixador em Mascate, cumulativamente, 1974.

O Embaixador Murilo Gurgel Valente, nesta data, encontra-se no exercício de suas funções junto ao Reino da Arábia Saudita, ao Emirado do Coveite e ao Sultanato de Oman.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 17 de março de 1975. — (Sérgio de Queiroz Duarte) Chefe da Divisão do Pessoal.

(À Comissão de Relações Exteriores.)

## OFÍCIOS

### DO SR. 1º-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 1975

(Nº 297-B/71, na Casa de origem)

Dispõe sobre a divulgação de obras governamentais pela administração, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibido ao administrador do âmbito federal instalar, junto à obra de responsabilidade de sua repartição, placas alusivas ao seu nome pessoal.

Parágrafo único. A obra, seja a de uma ponte, de um edifício, de uma estrada ou de uma praça de esportes, só poderá ostentar uma placa que alude à repartição responsável pela sua consecução.

Art. 2º O administrador transgressor do que dispõe o Art. 1º e seu parágrafo único está sujeito a ser enquadrado em crime de responsabilidade.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

(Às Comissões de Serviço Público Civil e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.)

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 1975

(nº 574-B/72, na Casa de origem)

Altera o parágrafo único do Artigo 656, da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único do Art. 656, da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943), passa a ter a seguinte redação:

“Parágrafo único. A designação dos substitutos será feita pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, assegurado o rodízio dos integrantes do quadro, salvo quando, na localidade em que for sediada a Junta, tiver domicílio Juiz Substituto e, à época da convocação, esteja disponível.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

#### DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

(Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho)

## TÍTULO VIII

### SEÇÃO III

Art. 656. Na falta ou impedimento do Juiz Presidente, e como auxiliar deste, funcionará o Juiz Substituto.

Parágrafo único. A designação dos substitutos será feita pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, assegurado o rodízio obrigatório dos integrantes do Quadro.

(À Comissão de Legislação Social.)

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 1975

(nº 768-B/72, na Casa de origem)

Torna obrigatória a instalação de sanitário nos veículos de transporte coletivo de passageiros, de percurso interestadual ou internacional, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam as empresas de transporte coletivo de passageiros obrigadas a equipar com sanitário os veículos de sua propriedade, de percurso interestadual ou internacional.

Parágrafo único. Compreende-se por sanitário, para os efeitos desta lei, um compartimento, localizado na traseira do veículo, contendo lavatório e vaso sanitário em material inoxidável e um depósito para água.

Art. 2º Somente poderão ser incorporados às frota de transporte coletivo de passageiros, de percurso interestadual ou internacional, os veículos novos equipados com sanitário.

Art. 3º Dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as empresas de transporte coletivo de passageiros ficam obrigadas a cumprir o disposto no Art. 1º.

Parágrafo único. Esgotado o prazo deste artigo, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) providenciará a retirada da circulação dos veículos que não satisfaçam às exigências desta lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(*As Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e de Finanças.*)

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 1975

(Nº 1.124-B/73, na Casa de origem)

Acrescenta parágrafo ao Artigo 139 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescentado um parágrafo, que será o 2º, ao Art. 139 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação seguinte, renumerando-se o único existente:

"Art. 139. ....

§ 1º ....

§ 2º O empregado-estudante, menor de 18 anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares, se assim o desejar.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

#### CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

(Decreto-lei nº 5.452, de 1-5-43)

Art. 139. A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregador.

Parágrafo único. Os membros de uma família, que trabalhar em no mesmo estabelecimento ou empresa, terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuízo para o serviço.

(*A Comissão de Legislação Social.*)

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 1975

(Nº 1.581-B/73, na Casa de origem)

Institui laudo de avaliação na aquisição de moradia com financiamento do Banco Nacional da Habitação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º No processo de aquisição de moradia com financiamento do Banco Nacional da Habitação deverá constar, obrigatoriamente, laudo de avaliação do imóvel.

Parágrafo único. A pedido do adquirente, a Prefeitura Municipal do município onde o imóvel estiver localizado fornecerá o laudo aqui referido.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor 90 (noventa) dias depois de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(*As Comissões de Economia e de Finanças.*)

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 1975

(Nº 1.996-B/74, na Casa de origem)

Acrescenta parágrafo ao Artigo 2º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, que "determina regras pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Art. 2º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo, que será o § 1º, renumerando o atual parágrafo único para § 2º:

"§ 1º Denegado o pedido, não poderá ser renovado antes de decorridos 6 (seis) meses, a contar da data da publicação do despacho denegatório."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

#### LEI Nº 91, DE 28 DE AGOSTO DE 1935

Determina regras pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública.

Art. 2º A declaração de utilidade pública será feita em decreto do Poder Executivo mediante requerimento processado no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, ou, em casos excepcionais, "ex-offício".

Parágrafo único. O nome e características da sociedade, associação ou fundação declarada de utilidade pública, serão inscritos em livro especial, a esse fim destinado.

#### DECRETO Nº 50.517 DE 2 DE MAIO DE 1961

Regulamenta a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública.

Art. 3º Denegado o pedido, não poderá ser renovado antes de decorridos dois anos, a contar da data da publicação do despacho denegatório.

Parágrafo único. Do denegatório do pedido de declaração de utilidade pública caberá reconsideração, dentro do prazo de 120 dias, contados da publicação.

(*A Comissão de Constituição e Justiça.*)

#### PARECERES

#### PARECER Nº 4, DE 1975

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Ofício S Nº 30, de 1974 (nº 23/74-P/MC, de 05 de setembro de 1974, na origem) do Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal, cópias da petição inicial, das notas taquigráficas e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Representação nº 903, do Estado da Guanabara, o qual declarou a inconstitucionalidade do art. 14 da Lei nº 2.145, de 24-11-72, daquele Estado.

Relator: Senador Nelson Carneiro

O Ministro Presidente do Egrégio Supremo Tribunal Federal envia ao Senado Federal cópias da petição inicial, das notas taquigrá-



ficas e do acórdão proferido por aquela Alta Corte nos autos de Representação nº 903, do Estado da Guanabara, o qual declarou a inconstitucionalidade do art. 14 da Lei nº 2.145, de 24 de novembro de 1972, do antigo Estado da Guanabara, na parte em que incluiu os itens 19 e 22 do artigo 3º do Decreto-lei nº 78/69, por maioria de votos, e, à unanimidade, julgou improcedente a Representação, quanto ao art. 14 da Lei nº 2.145, de 24 de novembro de 1972, do mesmo Estado.

Os textos legais declarados inconstitucionais pela Suprema Corte são os seguintes: —

— “Art. 14. Ficam incluídos no artigo 3º do Decreto-lei nº 78, de 29 de julho de 1969, os itens 16 a 23, com a seguinte redação: —

|  |       |
|--|-------|
| Art. 3º —  | UFEGs |
| 19. Emissão de guia de pagamento dos tributos lançados | 0,1   |
| 22. Requerimento protocolado nas repartições do Estado | 0,1   |

Relator da Representação nº 903, o ilustre Ministro Thompson Flores, ao lhe dar acolhida em parte, acentuou em seu voto: —

— “Demonstram elas (as razões do parecer da Procuradoria Geral da República), à saciedade, que as exigências impostas aos contribuintes nos citados incisos 19 e 22 do art. 3º, sob o título de **Taxa de Expediente**, fogem aos pressupostos do inciso I do art. 18 da Constituição; e, quanto ao protocolo, afeta à garantia estatuída no seu art. 153, § 3º”.

A decisão foi tomada pelos votos dos Ministros Luiz Gallotti, Osvaldo Trigueiro, Aliomar Baleeiro, Djaci Falcão, Thompson Flores, Antonio Nader e Rodrigues Alckmin. Foram vencidos os Ministros Xavier de Albuquerque e Bilac Pinto. Presidiu a sessão o Ministro Eloy da Rocha.

Dito julgado, informa o Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, foi publicado no *Diário da Justiça* de 28 de junho de 1974 e passou em julgado. Cumpre-nos, assim, na forma do art. 42, VII, da Carta Constitucional nº 1, de 1969, suspender a execução dos citados dispositivos legais, declarados inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

Daí o seguinte projeto de Resolução, submetido à douta apreciação desta Comissão de Constituição e Justiça:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3, DE 1975

Suspende a execução do art. 14 da Lei nº 2.145, de 24 de novembro de 1972, do antigo Estado da Guanabara, na parte que incluiu os itens 19 e 22 do art. 3º do Decreto-lei nº 78, de 1969.

O Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, inciso VII, da Constituição, RESOLVE:

Art. 1º Fica suspensa a execução do art. 14 da Lei nº 2.145, de 24 de novembro de 1972, do antigo Estado da Guanabara, na parte que inclui os itens 19 e 22 do art. 3º do Decreto-lei nº 78, de 1969, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de março de 1975. — Accioly Filho, Presidente — Nelson Carneiro, Relator — Helvídio Nunes — Eurico Rezende — José Lindoso — Leite Chaves — Heitor Dias — Dirceu Cardoso — José Sarney — Henrique de La Rocque.

#### PARECER Nº 5, DE 1975

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Ofício S nº 7, de 1974 (nº 3/74 — P/MC, na origem) do Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhando ao Senado Federal, cópias da petição inicial e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos Autos da Representação nº 895, do Estado da Guanabara, o qual declarou a inconstitucionalidade dos §§ 2º e 3º do art. 83, da Lei nº 2.085-A, de 5-9-1972, daquele Estado.

Relator: Senador Nelson Carneiro

Em sua sessão de 13 de junho de 1974, o Colendo Supremo Tribunal Federal, em votação unânime, acolheu Representação da Procuradoria Geral da República, para declarar a inconstitucionalidade dos §§ 2º e 3º do art. 83, da Lei nº 2.085-A, de 5 de setembro de 1973, do antigo Estado da Guanabara. Estiveram presentes à sessão, presidida pelo Ministro Eloy da Rocha, os Ministros Luiz Gallotti, Osvaldo Trigueiro, Aliomar Baleeiro, Djaci Falcão, Barros Monteiro, Thompson Flores, Bilac Pinto, Antonio Nader, Xavier de Albuquerque e Rodrigues Alckmin.

O acórdão, publicado no *Diário da Justiça* de 23 de novembro de 1973, transitou em julgado.

Observadas, como foram, as formalidades legais, cumpre ao Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 42, VII, da Emenda Constitucional nº 1, de 1969, suspender a execução dos citados textos legais, mediante a aprovação do seguinte

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 4, DE 1975

Suspende, por inconstitucionalidade, a execução dos §§ 2º e 3º do art. 83 da Lei nº 2.085-A, do antigo Estado da Guanabara.

O Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, inciso VII, da Constituição, resolve:

Art. 1º Fica suspensa a execução dos §§ 2º e 3º do art. 83 da Lei nº 2.085-A, de 5 de setembro de 1972, do antigo Estado da Guanabara, declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de março de 1975. — Accioly Filho, Presidente — Nelson Carneiro, Relator — Helvídio Nunes — José Lindoso — Leite Chaves — Heitor Dias — Dirceu Cardoso — José Sarney — Henrique de La Rocque.

#### PARECER Nº 6, DE 1975

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Ofício “S” nº 01, de 1975 (nº 29/74-P/MC, na origem) do Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal, cópias das notas taquigráficas e do acórdão proferido pelo STF nos autos do Recurso Extraordinário nº 71.177, do Estado de São Paulo, no qual declarou a inconstitucionalidade do artigo 1º, inciso VIII, do Decreto Municipal nº 1.204/67, de Lucélia, e o inciso VIII, da Tabela I, da Lei nº 840/66, do mesmo município.

Relator: Senador Helvídio Nunes

Com o Ofício nº 29/74, e para os fins previstos no artigo 42, VII, da Constituição Federal, o Supremo Tribunal Federal remeteu, por cópias, ao Senado Federal, as notas taquigráficas do acórdão proferido nos autos do Recurso Extraordinário nº 71.177, do Estado de São Paulo, no qual declarou a inconstitucionalidade do artigo 1º, inciso VIII, do Decreto Municipal nº 1.204/67, e o inciso VIII, da Tabela I, da Lei nº 840/66, ambos do município de Lucélia, daquele Estado.

A decisão do Excelso Pretório, adotada em obediência ao disposto no artigo 116 da Carta Magna, foi publicada no *Diário da Justiça*, de 17 de junho de 1974, tendo, portanto, transitado em julgado.

Pelo exame das demais peças que instruem o processo, chega-se à conclusão de que foram cumpridas todas as determinações legais pertinentes à espécie.

Em consequência, esta Comissão oferece à deliberação do Plenário o seguinte:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5, DE 1975

**Suspende a execução de dispositivos do Decreto e de Lei do município de Lucélia, no Estado de São Paulo, declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.**

Artigo 1º É suspensa a execução do artigo 1º, inciso VIII, do Decreto Municipal nº 1.204/67, e do inciso VIII, da Tabela I, da Lei nº 840/66, do município de Lucélia, Estado de São Paulo, julgados inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

Artigo 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19 de março de 1975. — Accioly Filho, Presidente — Helvídio Nunes, Relator — José Sarney — Eurico Rezende — Leite Chaves — Heitor Dias — Dirceu Cardoso — Henrique de La Rocque — Nelson Carneiro.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 116, DE 1975

Requeremos, na forma regimental, e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador Prof. Armando Câmara:

- a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família e ao Estado do RS, à Faculdade de Direito da UFRGS, à UFRGS e à PUC.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1975. — Paulo Brossard.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Em votação o requerimento.

**O Sr. Paulo Brossard (Rio Grande do Sul)** — Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Para encaminhar a votação, tem a palavra o nobre Senador Paulo Brossard.

**O SR. PAULO BROSSARD (Rio Grande do Sul) (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

À hora em que, ontem à tarde ocupava eu a tribuna, era sepultado, em Porto Alegre, o ex-Senador Armando Câmara. É este o motivo por que venho, agora, à tribuna, pedir ao Senado a homenagem que esta Casa deve prestar, por justiça, a uma figura excepcional do meu Estado e do País.

O Sr. Armando Câmara foi Professor da Faculdade de Direito e da Faculdade de Filosofia, da hoje Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bem como Professor da Faculdade Católica de Direito, e, de ambas as Universidades, Reitor tanto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, quanto da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Foi também Diretor do *Jornal do Dia*, órgão católico que se editou na capital do meu Estado. Senador da República, eleito em pleito memorável, em 1954, embora rápida a sua permanência nesta Casa, deixou sinalada a sua passagem.

Sr. Presidente, muito poderia eu dizer a respeito de uma das mais fascinantes personalidades que tenho conhecido. Muito deveria ser dito acerca da sua vocação filosófica, filósofo que foi no mais amplo e autêntico sentido da palavra. Mas, aqui nesta hora, quero esquecer tudo isso, para lembrar o Professor que ele foi. De todos os aspectos de sua personalidade, sem favor e sem exagero, extraordinária,

o Professor é o que me fala mais, e é dele e acerca do Professor que serão as pobres palavras que proferirei, porque tudo quanto dissesse ficaria aquém do merecimento do Professor Armando Câmara.

Foi, sem favor, a meu juízo, o Professor mais extraordinário; como Professor, como capacidade didática, que conheci. Ele era capaz de discutir os temas mais difíceis e mais abstratos com uma clareza, com um poder de comunicação, com uma capacidade de dissecação, fora do comum.

Ainda me recordo de uma de suas aulas, quando, a propósito da Teoria do Conhecimento, ao fim da exposição, saí eu, primeiranista da Faculdade, acabrunhado, porque nada entendera. O mesmo tema ele retomou na aula seguinte e na subsequente, até que, num certo instante, as trevas foram esbatidas e uma claridade solar dominou o meu espírito, despreparado para ouvir e acompanhar aquela exposição. Nunca me esqueci disso, nunca me esquecerei.

Dotado de um poder de exposição extraordinário, de uma frase requintadamente elegante, capaz de surpreender o ouvinte através das comparações, das elucidações mais raras, quando terminava a aula, quantas e quantas vezes a minha inclinação era de aplaudir. Ele versava os mais abstratos temas da Filosofia.

Hoje, Sr. Presidente, fui ler a página em que Rui Barbosa descreve a impressão que lhe causou o seu Professor José Bonifácio, "O Moço". E fui ler por quê? Porque quando cheguei à Faculdade e encontrei o Professor Câmara lecionando, no primeiro ano, a cadeira de Introdução à Ciência do Direito, lembrei-me exatamente daquela página que havia lido, porque a minha impressão era exatamente aquela de deslumbramento.

A lembrança de Rui Barbosa foi assim exposta:

"Discípulo, como fui, de José Bonifácio, seria orgulho se não fosse grãtidão, vaidade, se não fôra dever, dar-vos aqui testemunho do seu magistério. Foi em 1868, quando comecei a ouvi-lo. Vinha ele dessa memorável sessão parlamentar, em que a onipotência da coroa, por imprescritível mistério de sua graça, houve por bem, depois de Humaitá, vitimar à reabilitação de Timandro o partido de cujas simpatias populares o dinasta se valera para a campanha do Prata. Quando José Bonifácio assomou na tribuna, tive pela primeira vez a revelação viva da grandeza da ciência que abraçávamos. A modesta cadeira do professor transfigurava-se; uma espontaneidade esplêndida como a natureza tropical borbulhava dali nos espíritos encantados; um sópro magnífico animava aquela inspiração caudal, incoercível, que nos magnetizava de longe na admiração e no êxtase. Lembra-me que o primeiro assunto de seu curso foi a retroatividade das leis. Nas suas preleções, que a hora interrompia sempre inopinada como dique importuno; a suma filosofia jurídica, a jurisprudência romana, os códigos modernos, a interpretação histórica, o direito pátrio passavam-nos pelos olhos translumbrados em quadros incomparáveis, inundados na mais ampla intuição científica, impelidos por uma dialética irresistível. E uma memória miraculosa, uma dessas memórias capazes de reconstruir, como a de Scaligero, a *Ilíada* e a *Odisséia*, como a de Macaulay o *Paraíso Perdido*(?), como a de Pascal tudo o que ele tivesse lido uma vez, arrastava em catadupa leis, datas, fatos, brocados, algarismos, idéias, fragmentos mínimos de minério precioso e enormes massas aluviais de saber, que não se imagina como aquela Niágara pudesse carrear sem alteração de sua majestade, nem prejuízo de sua limpidez."

Quando ouvia Armando Câmara, pela primeira vez, Sr. Presidente, lembrei-me desse retrato que Rui trancara de seu antigo Professor José Bonifácio, "O Moço." Agora, passados tantos anos, e encontrando-me aqui, nesta Casa, à qual ele pertenceu, venho reencontrar o estudante de Direito de 1943, para prestar ao meu grande Professor esta homenagem.

Sr. Presidente, em vida, creio eu que lhe não faltei com outras homenagens; uma delas quando ele, *baterido à minha casa* foi a única vez que o fez, convidou-me para seu assistente. Acredito que honrei o Professor, declinando do convite, sumamente honroso, para dizer que não estava em condições de acompanhá-lo no magistério, naquela cadeira. Disse-lhe mesmo que retribuía, dessa forma, a grande homenagem que ele me prestara.

Perdoe-me V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, dar este toque de depoimento mais do que pessoal, mas, de toda a gama de qualidades excelsas que ornavam aquela individualidade privilegiada, a que mais me seduziu, sempre, foi a de Professor, do grande Professor que ele foi.

O Senado fará justiça aprovando o voto de pesar que foi requerido. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Em votação o requerimento.

**O Sr. Daniel Krieger (Rio Grande do Sul)** — Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Daniel Krieger, para encaminhar a votação.

**O SR. DANIEL KRIEGER (Rio Grande do Sul) (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não posso deixar de dizer, também, da minha saudade e deixar de prestar a minha homenagem ao eminente Professor Armando Câmara. Com ele participei de lutas memoráveis. Com ele vim para o Senado da República. Conservo da sua figura excepcional uma grande lembrança e estou certo de que esta lembrança permanecerá não somente no espírito de seus alunos, mas no coração de todos os rio-grandenses.

**O Sr. Lenoir Vargas (Santa Catarina)** — Sr. Presidente, Peço a palavra, para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Lenoir Vargas, para encaminhar a votação.

**O SR. LENOIR VARGAS (Santa Catarina) (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no momento em que se traz ao Senado Federal a notícia do falecimento do Professor Armando Câmara, que também foi Senador da República, eu não ficaria em paz com a minha consciência, se não dissesse uma palavra de pesar e de homenagem pessoal a essa figura, de grandeza excepcional, tão grande que, tenho a impressão de que o Rio Grande do Sul, nesta hora, na sua cultura jurídica, na sua cultura filosófica, sociológica, tem um vazio imenso com o seu desaparecimento.

Se desejo, também, prestar-lhe minha homenagem, é porque me foi dado o privilégio de tê-lo como Professor, na Faculdade de Direito de Porto Alegre. E o Senador Paulo Brossard caracterizou muito bem este aspecto destacado da personalidade de Armando Câmara; o do Professor, limpo na exposição, claro, construtor das frases mais adequadas para a exposição e para dissecar os temas mais complexos que à sua cátedra eram apresentados.

Recordo-me muito de que, sendo ele Catedrático de Introdução à Ciência do Direito, há certa altura e por instâncias dos meus colegas de turma, resolveu o Professor Armando Câmara dar algumas aulas fora do currículo, aulas de Filosofia do Direito.

Então, o pensador que, na Introdução à Ciência do Direito, sempre chegava até os limites da Filosofia, teve a oportunidade de ir mais além e nos deleitar durante o tempo em que deu as aulas de Filosofia do Direito, com uma fluência enorme de todos aqueles que participavam da turma que se ia formar.

Armando Câmara, além de grande Professor, grande pensador, grande expositor, foi, sobretudo, um homem integral, um homem que viveu a vida de acordo com os seus princípios, um homem que nunca expressou a menor vacilação na postura que deveria ter em

qualquer circunstância, em qualquer situação, em qualquer atitude que, na sua vida privada ou na sua vida pública, tivesse que tomar.

Por este motivo, Sr. Presidente, acompanho, com profundo pesar, a homenagem que o Senado presta a quem foi, talvez, uma das maiores culturas brasileiras.

Há uma sequência de gerações que passaram pela Faculdade de Direito de Porto Alegre ou pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul que, neste momento, por certo, estarão sentindo o mesmo que sentimos com a perda dessa figura excepcional, dessa figura exemplar.

Dizia Armando Câmara, citando um pensador: "Eu não acredito nos testemunhos, senão naqueles que se deixam matar pelo testemunho que dão."

Esta frase, que guardamos, é efetivamente a maneira como esse homem viveu a sua vida inteira. Nesta Casa, renunciou ao seu mandato de Senador, por entender que determinada posição política não se coadunava com os seus princípios.

Deixo, Sr. Presidente, o meu profundo pesar, a minha mágoa e a minha homenagem ao grande homem que foi o Professor Armando Câmara. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Mesa adotará as providências solicitadas no requerimento.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes:

#### REQUERIMENTO Nº 117, DE 1975

Nos termos do disposto no art. 367 do Regimento Interno, solicito o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 129/73, que altera a redação do artigo 1º do Decreto-lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, para que seja feita a reconstituição do processo, se necessária.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1975. — José Lindoso.

#### REQUERIMENTO Nº 118, DE 1975

Nos termos do disposto no art. 367 do Regimento Interno, solicito o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 46/74, que dá nova redação à letra b do item II do art. 5º da Lei nº 5.890, de junho de 1973, para que se faça, se necessária, a reconstituição do processo.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1975. — José Lindoso.

#### REQUERIMENTO Nº 119, DE 1975

Sr. Presidente:

Nos termos Regimentais, requeiro o desarquivamento da Indicação nº 5/74, de minha autoria.

Sala das Sessões, 20 de março de 1975. — Nelson Carneiro.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Os requerimentos serão publicados e, depois, incluídos em Ordem do Dia, nos termos do disposto no art. 279, II, c, II, do Regimento Interno. (Pausa.)

Há oradores inscritos.

**O Sr. Franco Montoro (São Paulo)** — Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder, para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Tem a palavra o nobre Líder da Oposição, Senador Franco Montoro.

**O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo)** — (Como Líder pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No estrito cumprimento de nosso dever e em obediência aos preceitos da Carta Constitucional vigente, trazemos ao conhecimento do Senado fato da maior gravidade.

Em carta dirigida à Direção do Movimento Democrático Brasileiro, o General Pedro Celestino da Silva Pereira e sua mulher, D. Clarice Madureira da Silva Pereira, denunciavam a prática de torturas e violências contra a pessoa de seu filho, Pedro Celestino da Silva Pereira Filho, preso no DOPS do Rio de Janeiro.

A carta é do seguinte teor:

Ao

Excelentíssimo Senhor  
Deputado Ulysses Guimarães  
DD. Presidente do MDB

Nesta

Nós, pais de Pedro Celestino da Silva Pereira Filho, Engenheiro Civil, chamamos a atenção de V. Ex<sup>as</sup> para o seguinte: o nosso filho foi preso dia 3 de março na garagem do edifício onde reside — Rua Barata Ribeiro, nº 717/304, Rio de Janeiro.

No encontro com o General Comandante do I Exército, em sua residência, horas depois dessa prisão, eu, mãe de Pedro Celestino, lhe pedi apenas duas coisas: que nos ajudasse a localizar meu filho, pois não dormiria sem saber onde se encontrava; e que lhe fosse respeitada a integridade física.

Mais tarde recebi um telefonema do General, me comunicando "que o meu filho se encontrava preso no DOPS, denunciado que fora por um médico pertencente ao Comitê Central do PCB, e que eu poderia vê-lo dentro de 15 dias e que estivesse tranqüila quanto à sua integridade física."

Assim, ficamos aguardando o momento de vê-lo, confiantes na palavra de um General pertencente a um Governo que apoiamos. Qual não foi, porém, minha dor de mãe é a decepção que senti, quando vi o meu filho com manchas roxas no rosto, curativos no pé e marcas nos dedos, sinais evidentes de tortura recente. Perguntei-lhe, a mando de seu pai, como estava sendo tratado. Respondeu-me: "no momento, muito bem, com a assistência de médico e dentista." E antes? "Terror".

Essa nova conversa foi feita na presença de um tenente e por ele gravada. Ao sair da visita, casualmente encontrei-me com o General Comandante do I Exército, e diante da guarda formada e dos oficiais que o acompanhavam, interpelei-o sobre o tratamento recebido pelo meu filho, dizendo-lhe: "General, acabo de ver o meu filho. Mentiram para o Senhor. Agora, no momento, ele se encontra bem tratado. O que ele sofreu, já sofreu, mas é preciso que se tomem providências para que isso não se repita com outras criaturas humanas."

No dia seguinte, eu, pai de Pedro Celestino, procurei aquele General, em sua residência, e lhe pedi para ver o meu filho antes de falar com o Senhor Presidente da República, como pretendia fazê-lo. Nessa ocasião ficou marcada uma entrevista, no QG do I Exército, quando então ele me mostrou o que havia contra meu filho. Recebi a permissão e fui vê-lo no Quartel da PE. No início do nosso encontro, na presença de um oficial, dirigi-lhe estas palavras: "Conte tudo o que houve com você, porque pretendo relatar tudo isto ao Presidente."

Declarações do meu filho: "Aqui estou sendo muito bem tratado. Antes, foram dez dias de terror. Choques elétricos nos dedos das mãos (ainda eram visíveis as marcas), e no pé, sendo que um deles estava com um grande curativo; no ânus, nos órgãos genitais, ouvidos; estes também com uma espécie de sirene, além de socos no rosto, razão das marcas roxas e já amareladas; encapuçamento. Tive duas opções: nada dizer e morrer, ou incriminar-me. Optei por esta para evitar maiores sofrimentos para vocês, minha mulher e filhos."

Perguntei-lhe se, após a assinatura das suas declarações, se encontrava em paz consigo mesmo, respondeu-me que sim.

Voltando da visita, providenciei a minha ida a Brasília, a fim de avistar-me com o Presidente da República, recebendo a informação de que somente na 2ª-feira aquela entrevista seria confirmada ou não. Neste dia, às dez horas, fui entrevistado-me com o General Comandante do I Exército. Disse-lhe que vira o meu filho e que achava inadmissível que as torturas continuassem existindo, alegando o General que elas não existiam mais no I Exército.

Disse-lhe então que iria denunciar ao Presidente o que ocorrera e que, também, procuraria parlamentares, até mesmo da Oposição, embora eu, por convicção, dela não faça parte, tanto assim é que, na revolução de 64, tomei parte ativa na defesa da mesma.

Ao chegar em casa, recebi telefonema do Palácio do Planalto, confirmando a entrevista para as 11 horas. Na ocasião, informei ao Chefe da Casa Militar que eu iria acompanhado da minha mulher. Em Brasília, fomos muito bem recebidos por ele a quem relatamos o acima citado, mas, infelizmente, não nos foi possível a entrevista prometida. É bem de ver que a nossa decisão de procedermos desta maneira, com este relato, tem em vista por fim a esse estado de coisas, para se evitar que outros Pedros sofram o que o nosso Pedro sofreu. — **Pedro Celestino da Silva Pereira — Clarice Madureira da Silva Pereira.**

Brasília, 18 de março de 1975.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, dispõe o art. 153 da Carta Constitucional, no Capítulo Dos Direitos e Garantias Individuais:

"A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à Segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 14. Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral do detento e do presidiário."

Esse preceito constitui também norma fundamental da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que assim dispõe:

"Ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante."

A gravidade do fato exige a apuração das responsabilidades e o necessário esclarecimento ao Congresso Nacional.

É o que solicitamos, neste momento, ao Sr. Ministro da Justiça e à Maioria do Governo nesta Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves.

**O SR. LEITE CHAVES (Paraná) (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, dignos Srs. Deputados Federais pelo meu Estado e da minha Bancada, que aqui se encontram para me estimular e assistir ao meu pronunciamento:

Sr. Presidente, dentre todos desta Casa, ou dentre muitos dos aqui presentes, talvez eu seja o único Senador que saiu diretamente de uma atividade intensa de advogado para a mais alta Casa do Parlamento Nacional. Por isso, Sr. Presidente, sinto-me ainda mais povo do que parlamentar, até o momento em que os anos e a convivência fizerem com que me ajuste mais a esta Casa do que aos anseios populares e humanos que me trouxeram até aqui.

Senti-me feliz, e os meus colegas também, pela maneira honrada, cavaleiresca e honesta com que fomos recebidos. E, na primeira convivência que tive com o Senado, constatei que o povo não se engana e que acerca desta Casa há uma grande e admirável imagem. Constatei que o Poder Civil, a exemplo da Corte Americana, existe aqui dentro, aqui é a sua *mater genetriz*. É por isso que o

nosso comportamento — porque diariamente estamos sendo julgados e julgamos a todos — tem que servir de norma universal de comportamento.

Surjo, Sr. Presidente, de um processo eleitoral renhido em que os paranaenses me conferiram a responsabilidade e a honra de ser um de seus representantes nesta Casa.

Diz-me a consciência profissional que somente serei fiel representante do meu Estado e mandatário do povo, na medida em que for capaz de lutar pelos anseios populares legítimos que motivaram a outorga.

Sei também que o mandato somente me honrará na medida em que o puder cumprir e honrar, pois sem honra e qualificação inexistente mandato.

Comparecendo às urnas, maciçamente, demonstrou o povo que quer votar, sabe votar e não renunciará jamais ao direito de escolher os seus representantes desde a vereança até a Presidência da República.

Na campanha eleitoral constatei, também, andando centenas de municípios, apertando milhares de mãos e ouvindo milhares de queixas, que sistema algum substitui o homem nas atribuições de Liderança e de Governo.

É por isso que, ao investir-me dessa honrosa atribuição pública de Senador de meu País, tenho, como encargo primeiro, o de reivindicar a redemocratização nacional, convencido que estou de que não teremos normalidade social nem econômica se não tivermos a normalidade política em primeiro lugar.

A prova? Busquemo-la aqui mesmo. Também poderá ser perquirida em outros países cultural e historicamente próximos de nós que ao hipertrofiarem a segurança, trouxeram o caos e a pré-revolução para sociedades já florescentes à época do descobrimento e que hoje voltam a engatinhar em comportamento político porque lhes suprimiram a infância, a adolescência e a maturidade democráticas.

O conceito de justiça, Sr. Presidente, é inatingível, bem o sabemos. Mas a justiça que se busca é a da paz social resultante da integração de cada homem nos benefícios econômicos da sociedade em que vive. A segurança deve ser a mínima indispensável à manutenção dessa paz, porque ela se torna ilegítima e injurídica quando feita para manter no poder grupos ou pessoas que jamais o receberiam pelas mãos do povo.

Cada tempo tem sua altura, como bem o demonstra Ortega y Gasset, e na altura dos tempos de hoje ninguém, em parte alguma do mundo, outorga a ninguém poderes de governo indeterminados, indefinidos e ilimitados.

O povo brasileiro, em sua prudência e sabedoria, não reagiu à idéia de ter um governo de exceção que lhe prometeu a normalidade constitucional e democrática desde que fosse restabelecida a ordem que se considerou ameaçada.

A Nação não reagiu à instauração da excepcionalidade. Confiou. Entregou-se de mãos cruzadas, sem derramamento de sangue, sem um tiro sequer.

Assistiu em silêncio às prisões, às condenações e às cassações que vieram em nome do restabelecimento da ordem.

Presenciou em silêncio, também, a sucessão de atos excepcionais que vieram sem consulta e sem prazo de vigência.

A ansia nacional de restabelecimento da normalidade prometida pelo Governo veio num crescendo até as eleições de 15 de novembro, quando, pelo expressivo resultado eleitoral conferido ao Movimento Democrático Brasileiro, o povo disse: queremos de volta a liberdade perdida.

Atravessa-se um túnel em segurança quando se tem a certeza de seu fim. Quando essa certeza inexistente, a apreensão, a dúvida, o pânico começam a tomar conta do mais confiante dos cidadãos.

Para redemocratizar, o Governo exigiu novos partidos; concordamos. Pediu que nos renovássemos, e nos renovamos; mandou que não contestássemos e não contestamos, apelou para nossa capacidade

de criadora e cooperamos. A Nação e o partido de oposição cumpriram a sua parte. Mas nem assim se vêem atos de profundidade maior no sentido da redemocratização.

O Sr. Benedito Ferrelira (Goiás) — V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

O SR. LEITE CHAVES (Paraná) — Com muito prazer.

O Sr. Benedito Ferrelira (Goiás) — Nobre Senador, V. Ex<sup>a</sup>, dizendo-se preocupado em honrar o mandato, por certo entende que a melhor forma de honrar o mandato é honrar a Casa. Chego até a imaginar que V. Ex<sup>a</sup> não teve a intenção de separar ou dissociar o Parlamento do povo. Mas eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> se situasse numa sua assertiva, que é aquela inicial, onde assevera que se sente mais povo do que Parlamentar, porque eu entendo que não há como imaginar possamos estar aqui, dissociados e, antes de tudo, sem ser povo. Logo, não entendi essa sua assertiva, senão como uma figura de retórica, mas que poderia favorecer àqueles que não têm, de forma alguma, o propósito de valorizar esta Casa. E uma outra assertiva de V. Ex<sup>a</sup>, que também me deixa preocupado: é a de que atos foram praticados pelas Lideranças Revolucionárias, sem consulta ao povo. Ora, pelo pouco que tenho aprendido e nesta minha pouca idade, por certo resta-me muito a aprender — dificilmente a Liderança pode consultar seus liderados, principalmente enquanto se trata de Liderança efetiva em atos de estadistas, vez que, a Liderança, na forma que entendo e na forma em que me foi ensinada, é aquela que antecede às necessidades do povo, muitas vezes arrostando a impopularidade momentânea, deixando de fazer aquilo que o povo quer para fazer aquilo que realmente é necessário para o bem-estar desse povo. Logo, não vejo como pudessem as Lideranças Revolucionárias consultar o povo, não esse povo que V. Ex<sup>a</sup> configurou, de mãos amarradas ou de mãos cruzadas, porque o povo estava de mãos abertas e aplaudindo a Revolução, que veio para salvar as nossas vocações, salvar as nossas tradições cristãs e democráticas, da ameaça, que já não era mais ameaça, era quase que fato consumado. Eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> se situasse. Em primeiro lugar, se V. Ex<sup>a</sup> entende que esta Casa ou que alguns de seus representantes possam, querendo honrar o título de representante do povo, sentir-se mais povo, mais parlamentar ou vice-versa. Em segundo lugar, o que V. Ex<sup>a</sup> entende como ato de líder?

O SR. LEITE CHAVES (Paraná) — Agradeço, profundamente, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, mas quero dizer que, nos próprios termos da Constituição que nos une, não somos representantes do povo; somos representantes do Estado. Os Deputados é que são representantes do povo. No que diz respeito aos atos, nós nos referimos aos atos posteriores.

Prossigo, Sr. Presidente.

Permita-se a liberdade e, sob o pretexto de cumpri-la, praticava-se a exceção.

Se a exceção se funda em atos institucionais, só com a revogação ou tangibilidade destes se poderá marchar concretamente para a normalização.

E nem se diga que, dentro da própria excepcionalidade institucional, inexistente caminho para o restabelecimento democrático.

A própria Constituição de 1969 aponta o caminho. É ela que, em seu art. 182, estabelece que o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, poderá decretar a cessação da vigência de qualquer desses atos ou de qualquer de seus dispositivos quando se tornarem desnecessários.

Concordamos em que a revogação não seja total. Que venha por partes como previsto na própria Carta Constitucional, sem qualquer quebra das marcas mínimas de segurança que se deseja preservar.

Começemos por liberar dos efeitos das normas de exceção aqueles poderes, sem cujo concurso, não se construirá nunca a paz definitiva neste País. Referimo-nos ao Supremo Tribunal Federal e ao Congresso Nacional.

O Supremo, Sr. Presidente, é uma instituição seriíssima neste País. Ao longo da República, tem cumprido a sua missão histórica e constitucional.

Agora, quando recebe do próprio Chefe da Nação o encargo de reformular a nossa estrutura jurisdicional e modernizar o aparelho judicante do País, torna-se inadiável o restabelecimento de todas as franquias constitucionais de que ele sempre gozou.

Em igual situação encontra-se esta Casa, o Congresso Nacional. Deparamo-nos, nesta legislatura, com a tarefa de reformular toda a legislação codificada do País, como jamais ocorreu em sua história, na história do Parlamento. Aí vem o Código Civil, o Código Penal, o Código de Processo Penal, o Código de Menores, Leis de Sociedades Anônimas, todos a reclamar desvelo e criatividade legislferante para que o novo quadro jurídico encontre adequação e respaldo na trepidante realidade político-social em que vivemos.

Somente com o restabelecimento da harmonia e interdependência dos poderes poderá ser iniciada e concluída, com sucesso, faina de tamanha envergadura nacional.

Legislar é uma atividade soberana. Ninguém faz leis duradouras e justas, quando não dispõe de completa autonomia constitucional.

E essa é a razão pela qual as leis dos tiranos são sepultadas com eles. Se contamos com a exceção do Código Civil Napoleônico é porque ali ele procurou ser mais jurista e humanista do que despota.

A lei interna brasileira, esparsa e codificada, é uma colcha de retalhos. Ao mesmo tempo em que contém disposição sobre direito espacial, ainda faz alusão a escravos e a súditos do reino português.

O exemplo pode ser buscado no Código Comercial Brasileiro, baixado com a Lei nº 556, de 25-6-1850, cujo art. 272, parte final, tem essa disposição: "não podem, porém, dar-se em penhor comercial escravos nem semoventes". Destaque-se: escravos.

Enquanto isso no art. 457 se fala em súditos do Império e súditos brasileiros.

É uma pequena amostragem dos disparates da legislação que nos rege. Se aí, no ordenamento jurídico, as contradições são tão chocantes, não se poderia esperar menos da realidade social que ele tenta disciplinar.

É o único país no mundo que ainda apresenta distorções como esta. Não temos escravos pretos, nem somos súditos do reino, é bem verdade, mas nos mostramos pouco preocupados em expurgar de nossa legislação fragmentos tão comprometedores de nosso foro de civilização.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LEITE CHAVES (Paraná) — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — V. Exª focalizou um paralelismo, ou então, um confronto muito curioso. Inicialmente, depreca a extinção, pelo sistema gradualístico, — isto é, a extinção cautelosa a curto, a médio ou a longo prazo qualquer que seja a opção — do Ato Institucional nº 5, no que V. Exª deve ser objeto, certamente, do nosso aplauso e, possivelmente, do estímulo da sua Bancada. E, em seguida, fala do Código Comercial. Ora, o Código Comercial praticamente não existe mais. V. Exª jurista que é, sabe perfeitamente que o Código Unitário de Processo Civil, o Código Civil e outras leis congêneres, posteriormente surgidas, terminaram por sepultar o Código Comercial. Eu, por exemplo, há muitos anos advogo e há muitos anos não cito o Código Comercial. O mesmo deve ter ocorrido com V. Exª. Então, está em desuso. Daí eu ter a seguinte idéia: se o Código Comercial entrou em desuso — isto aceitando o argumento de V. Exª — por que não criarmos condições, com a necessária e honrosa colaboração oposicionista, de colocarmos, também, o AI 5 em desuso? Por que em desuso ele já está! Em desuso ele já está! Ele não vem sendo aplicado. Ele existe em tese. Ele existe, digamos assim, psicologicamente, clinicamente, mas a cirurgia, o poder cirúrgico já desapareceu há muito tempo. Mas, de qualquer maneira, quero recolher do seu brilhante discurso de es-

treia, um ponto de vista que deve ser por todos respeitado: não podemos, de imediato, de inopino, revogar o Ato Institucional nº 5, e sim expungir-lo com as cautelas do tempo, da observação sociológica, do exame acurado dos nossos fatos políticos, tanto nas suas implicações internas como na sua ronda mental e geográfica direta, vizinha ou remota. Esperamos, então, que esta idéia de V. Exª prospere na sua própria Bancada; aliás, essa mesma idéia já recebeu o beneplácito dos eminentes frades maiores do MDB, quando compreendem, têm certeza de uma coisa: que realmente iniciou-se neste País o processo de distensão política em busca da restauração do único regime que convém à dignidade da pessoa humana, que é o regime democrático. E aqueles frades maiores — repito com todo o respeito — compreendem as dificuldades e admitem, pelo menos implicitamente, a revogação gradualística daquele instrumento de excepcionalidade democrática.

O SR. LEITE CHAVES (Paraná) — O Código Comercial está tão em vigor quanto a própria Constituição, que se procura, ou que se é obrigado a cumprir nesta Casa. Há desuso de grande parte dos seus dispositivos, mesmo repristinações têm feito validar artigos passados. Mas um povo que se preza não mantém no seu corpo jurídico leis desnecessárias ou passadas. É como se mantivéssemos no próprio organismo humano órgãos mortos. Queremos uma Lei atualizada.

A causa dessa legislação conflitante, lacunosa e obsoleta, reside primordialmente no fato de nunca termos tido a Constituição como ato precedente.

Reformamos a Constituição ao sabor do prato do dia. Enquanto outros países mantêm a sua carta por séculos, nós, em período muito menor, já tivemos a de 1824, a de 1891, a de 1934, a de 1937, a de 1946, a de 1967, a de 1969 com seus apêndices institucionais que são o AI-1, de 9-4-64; AI-2, de 27-10-65; AI-5, de 13-12-68; AI-6, de 1-2-69; AI-7, de 26-2-69; AI-10, de 16-5-69; AI-11, de 14-8-69; AI-13, de 5-9-69; AI-15, de 9-7-69; Ato Complementar nº 1, de 27-10-65; Ato Complementar nº 10, de 4-6-66; Ato Complementar nº 15, de 15-7-66; Ato Complementar nº 30, de 26-12-66; Ato Complementar nº 39, de 20-12-68; Ato Complementar nº 42, de 27-1-69; Ato Complementar nº 43, de 29-1-69; Ato Complementar nº 44, de 29-1-69; Ato Complementar nº 46, de 7-2-69; Ato Complementar nº 60, de 24-7-69; Ato Complementar nº 74, de 20-10-69; Ato Complementar nº 75, de 21-10-69; Emenda Constitucional nº 2, de 9-5-72.

Não creio que nenhum constitucionalista, nenhum hermenauta, por mais dedicado que o seja, possa harmonizar tudo isso. Não, creio, também, que, povo algum tenha condições de seguir o modelo brasileiro, definido exatamente por todos aqueles atos.

A Constituição de um País deve ser uma, clara e constante. Mutável é a lei ordinária que lhe cumpre os ordenamentos, devendo atualizar-se sempre para expressar os fatos sociais de cada dia.

Diariamente o Congresso pode mudar disposições de lei ordinária. Não tem condição, contudo, de apresentar uma Constituição para cada momento.

Poucas vezes dispusemos de uma oportunidade histórica como esta para dar ao País uma Constituição harmônica e definitiva.

O povo brasileiro mostrou que a quer. E o Presidente da República oferece condições de autoridade e respeito para confiar ao Congresso Nacional, agora investido de admirável autoridade popular, a tarefa de dar ao País também uma nova Constituição que contenha, em perfeito equilíbrio, os requisitos de justiça e de segurança reclamados por todos os brasileiros, pela Nação inteira.

Sr. Presidente, o atual Presidente da República foi de todos o que nos mereceu mais respeito. Na campanha, nós o preservamos. Sentimos decência e sinceridade não apenas pelo que lhe fazia ou dizia, mas pelo que sentíamos dele.

Emerson diz que "o que mais nós revelamos é o que mais escondemos" e creio que neste instante, reforçado pelo extraordinário banho popular que recebeu o Congresso, e com a admirável a"

ridade do Presidente, podemos, então, fazer a Carta que todos desejamos.

E o passo inicial será a liberação do Poder Legislativo e do Poder Judiciário dos efeitos do Ato Institucional nº 5, cuja cessação poderá ser determinada no todo ou em parte, como já o demonstramos.

Por conseguinte, Srs. Senadores, dentro da própria contextura atual, nós temos um caminho para seguir. Que não o façamos de vez, mas que liberemos o Supremo e esta Casa, porque é vergonhoso e chocante para todos nós sabermos que aqui, a qualquer momento, o meu mandato pode ser cassado; e o dos outros Srs. Senadores também.

A Oposição deu a maior colaboração de sua vida; todos saímos confiantes, mesmo sabendo que a nossa cabeça poderia cair a cada momento. Mas para dar ao País uma contribuição e oferecer-lhe novos caminhos, disputamos o pleito.

Existe mágoa, existe ressentimento na alma nacional. Mas todos estamos de acordo em renunciar a alguma coisa em favor do bem comum, da paz comum.

Abriremos mãos de alguns direitos para gozar de um menor círculo de liberdade com maior segurança, fora de atos de surpresa e de arbitrio.

Por isso os mais responsáveis deste País são sensíveis aos apelos dos dois ilustres Senadores desta Casa, Marcos Freire e Jarbas Passarinho, de que abramos as prisões e supulremos os nossos mortos, sem o que, o clima de suspeita e desconfiança continuará a impedir que realizemos os nossos grandes destinos, e todos estamos conscientes de que temos muito mais a fazer por este País do que foi feito até aqui.

Sabemos que houve excessos de muito, excessos, inclusive, confessados nesta Casa, com relação aos direitos fundamentais da pessoa humana.

Mas mesmo assim estamos dispostos a perdoar as torturas de ontem para que cessem as de amanhã. E se não nomeamos algozes e torturadores é porque o instante não é de julgamento. É de perdão. E porque não pudemos punir, nem devemos punir, decretamos a prescrição dos excessos verificados, de tal sorte que fique defeso às Cortes de Justiça a atribuição de julgar os Atos dos Tribunais de Exceção.

Não se deve esquecer que os que mais temem a redemocratização são os que corromperam e os que torturaram. E esta minoria está disposta a incendiar a Nação para acobertamento e impunidade de seus crimes. Entretanto é a reflexão dos mais responsáveis e não o desatino dos comprometidos que aponta os melhores caminhos.

A redemocratização tem como pressuposto também a formação de novas lideranças ou pelo menos a predisposição das vocações novas para a vida pública. E freqüentes têm sido os apelos do Governo nesse sentido assim como de ilustres líderes da Aliança Renovadora Nacional, nesta Casa e também na Câmara dos Deputados.

Todos esses reclamos serão inúteis enquanto viger e viver o Decreto-lei nº 477. Ele retira da participação política aqueles setores da vida social que em todos os tempos e em todas as nações têm dado a sua mais valiosa contribuição. Esse decreto, se alguma finalidade teve, já não tem frutos a produzir.

Serve apenas para gerar o medo, submetendo a nossa juventude universitária e seus professores a uma dúbia carga de excepcionalidade: a que deriva de seus próprios dispositivos e a que resulta do AI-5.

É preciso, a essa altura, que voltemos a confiar na mocidade para que ela confie no País e se torne apta a conduzi-lo quando chegar a sua vez.

Ela, como o povo, deve ser objeto de respeito e não de temor. Ninguém exerce duradouramente o poder contra o povo ou sem o seu consentimento.

Também não há razão para que se temam os debates incandescentes desta Casa nem da Câmara dos Deputados. Um Congresso

de mudos não pode trazer contribuição alguma ao País. A própria criatividade política só encontra campo propício dentro de um relativo clima de emocionalidade. Não se esqueçam os temerosos do povo que quando a agitação foge do parlamento toma conta das ruas. Falar, sugerir, criticar é a nossa missão e a de todos os parlamentos do mundo.

E a manutenção do Congresso não é um luxo nem um ônus pois grandes sacrifícios pagam as nações que, irrefletidamente, o fecham ou o cerceiam.

Não somos dos que louvam este decênio de Governo. A paz que tivemos fundou-se no medo e na repressão. Alguns resultados econômicos que obtivemos foi à custa de empréstimos externos, que não estamos em condições de pagar.

Um falecido presidente de nação vizinha declarou, certa vez, que a euforia do Brasil haveria de desaparecer no instante em que começássemos a pagar os empréstimos que estávamos tomando.

E é a isso, precisamente, que estamos assistindo. O avolumamento do débito nos retirou condições de lutar eficazmente pelo preço das matérias-primas.

**O Sr. Vasconcelos Torres (Rio de Janeiro) —** Permite V. Exª um aparte?

**O SR. LEITE CHAVES (Paraná) —** Pois não.

**O Sr. Vasconcelos Torres (Rio de Janeiro) —** Peço perdão por interromper V. Exª, no instante em que cita um estadista latino-americano, que diz que a euforia brasileira haveria de desaparecer no instante em que não pudéssemos pagar nossas dívidas. Estou, aqui, neste canto do plenário assistindo à folhinha emedebista; esse calendário em que a cada dia a tribuna é ocupada por algumas vedetas — perdoe-me V. Exª se assim falo, num linguajar, de certo modo, do povo: as vedetas e as coristas. As vedetas enchendo este plenário de televisão e fotografias. Para mim V. Exª também é vedeta. Mas, parece-me que ainda não anunciou o seu pronunciamento e está, de certo modo, como corista, mas fazendo um pronunciamento muito sério, muito ponderado. Talvez, por não ser passional, sem aquela repercussão que outros eminentes colegas tiveram, já que o debate político tem tomado conta desta Casa, nestes últimos dias. Mas o aparte que, neste instante, quero dar a V. Exª, é a respeito desse frustrado estadista latino-americano que, antes de fazer esse pronunciamento, ignorava as descobertas do petróleo, particularmente no litoral do meu Estado, no litoral de Sergipe, de Alagoas e, também, em outros pontos do Território Nacional, onde as prospecções estão sendo feitas. Esse estadista, citado por V. Exª, está a serviço da inimizade latino-americana. Sabe V. Exª, que é um intelectual — e eu já o conhecia de nome, pela sua grande atividade no Estado que, em tão boa hora, o envia para cá — que o Brasil não tem nenhum propósito de hegemonia. A frase infeliz desse estadista, que V. Exª trouxe neste instante, ela, por si só, se esboroa diante da realidade econômica. Podemos pagar. A euforia, no meu modo de entender, é inteiramente justificável, pois, além do petróleo, surgiram as minas de urânio. Recentemente, um seu companheiro de bancada falou a respeito, em belíssimo discurso, embora com um plenário vazio, já que a política é o cardápio do dia, e a gente pega esse cafezinho de assunto econômico, já quase frio, pois o assunto quente é a política, uma vez que a economia está sendo relegada. Eu compreendo isso. Esta é uma Casa eminentemente política, nada tem a ver uma coisa com a outra. Quero dizer a V. Exª que meu aparte é para repudiar essa frase desse frustrado estadista latino-americano. Temos razão demais para ter euforia. Não quero citar a frase do Presidente que recentemente deixou o poder, mas vem apelo, neste instante, ao final deste aparte, que já vai um pouco longo, e peço perdão a V. Exª para dizê-la: "Ninguém segura este País."

**O SR. LEITE CHAVES (Paraná) —** Senador Vasconcelos Torres, o seu aparte foi respeitoso, para mim. Mas, nós não somos nem coristas, nem bailarinas: somos novos Senadores do Brasil.



**O Sr. Vasconcelos Torres** (Rio de Janeiro) — Devo pedir licença a V. Exª e espero que compreenda bem, depois, então, explico. Há vedetas. Eu, por exemplo, sou corista no meu Partido. Saiba V. Exª que o MDB está cheio de vedetas.

**O SR. LEITE CHAVES** (Paraná) — Nós não o somos, Exª. Temos uma mensagem e é por isso que a nossa linguagem é uniforme.

Estamos unidos em torno de linguagem. Se nós repetimos os nossos pontos, é porque os Senhores não têm retirado a canga que pesa sobre nossos ombros.

**O Sr. Orestes Quêrcia** (São Paulo) — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. LEITE CHAVES** (Paraná) — Pois não, nobre Senador.

**O Sr. Orestes Quêrcia** (São Paulo) — Meu caro amigo, Senador Leite Chaves, ao final do seu discurso quero, como companheiro e amigo, solidarizar-me com V. Exª. Conheci-o durante a campanha e tive a honra de contar com a presença de V. Exª e de sua família num comício que realizei numa cidade, praticamente, na divisa dos nossos Estados: São Paulo e Paraná. Desde aquela época comecei a admirar V. Exª. Durante este discurso, realmente oportuno e inteligente, de V. Exª, quero dizer que nós, seus companheiros, também, pensamos da mesma forma. Mas, gostaria que constasse desse seu discurso uma observação, a propósito de um aparte do ilustre Vice-Líder da ARENA. Longe de mim — modesto bacharel, que chegou a ser advogado somente há alguns anos — querer discutir assunto deste teor com o Vice-Líder da ARENA e com V. Exª. Mas tão-somente para lembrar que nada liga, em termos de comparação, o Código Comercial do século passado e o Ato Institucional nº 5. O Código Comercial é uma lei normal, constitucional, e o ato institucional é um ato de exceção, que todos repudiam, inclusive a ARENA, porque, de acordo com as palavras de seus eminentes líderes, também, quer que este ato institucional seja extinto e não apenas esperar que caia em desuso. Quero, ainda, deixar consignada no discurso de V. Exª a estranheza da alegação do Vice-Líder da ARENA, de que os nossos frades maiores — eu nem sei quem são os nossos frades maiores, se é que nós temos frades maiores, ou frades menores — teriam expandido opinião favorável ao gradualismo, porque, pelo que sei — eu que não sei quem são os nossos frades maiores — homens do nosso Partido jamais se solidarizaram com o gradualismo, com a distensão, lenta ou não, mas, apenas, em todos os discursos dos nossos correligionários, frades maiores ou como o de V. Exª menores, temos lamentado a existência do Ato Institucional nº 5. Muito obrigado.

**Os Srs. Virgílio Távora** (Ceará) e **Alexandre Costa** (Maranhão) — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. LEITE CHAVES** (Paraná) — Concedo o aparte ao nobre Senador Virgílio Távora.

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — Com prazer, cedemos a vez ao nobre Senador Alexandre Costa para, depois, usar da bondade de V. Exª.

**O SR. LEITE CHAVES** (Paraná) — Ouviremos V. Exª com prazer.

**O Sr. Alexandre Costa** (Maranhão) — Sem pretender interromper o discurso que V. Exª vem fazendo, eu não desejava perder a oportunidade para solicitar que V. Exª me revelasse — claro que V. Exª não irá me dizer que não tem a chave do segredo — quem foi o chefe da nação amiga que deu esse depoimento, de que o Brasil não tinha condições para pagar aquilo que deve.

**O SR. LEITE CHAVES** (Paraná) — O nobre Senador Vasconcelos Torres disse que sabe. S. Exª poderá responder a sua indagação.

**O Sr. Alexandre Costa** (Maranhão) — Mas não pedi o aparte ao nobre Senador Vasconcelos Torres. O orador é V. Exª, e é V. Exª

quem cita um chefe de nação amiga que diz que o Brasil não tem condições de pagar aquilo que pediu emprestado.

**O SR. LEITE CHAVES** (Paraná) — Eu direi a V. Exª.

**O Sr. Vasconcelos Torres** (Rio de Janeiro) — Eu sei. Mas V. Exª deve saber melhor. Foi V. Exª quem citou.

**O SR. LEITE CHAVES** (Paraná) — Este chefe de nação já não existe. Mas, ele disse que todos os jornais o publicaram; foi Juan Domingo Perón. Eu não disse que era Chefe de uma nação amiga. Não fiz referências pessoais nem particulares. Os jornais do mundo o registraram. Realmente, havia uma euforia muito grande.

**O Sr. Alexandre Costa** (Maranhão) — Eu li o jornal.

**O SR. LEITE CHAVES** (Paraná) — Se V. Exª me permite, não respondi de todo ao aparte do nobre Senador Vasconcelos Torres.

Muitas vezes não é preciso que um homem seja inteiramente digno para que pratique um ato de verdade.

**O Sr. Alexandre Costa** (Maranhão) — Eu sei, Excelência.

**O SR. LEITE CHAVES** (Paraná) — Não era preciso, também, que partisse de uma sumidade para que o ato fosse verdadeiro.

De fato, o que assistimos, nobre Senador, foi uma orgia de empréstimos. Nós tomávamos uma fortuna. Estamos devendo vinte bilhões de dólares. A capacidade de endividamento de um país não pode exceder a 20% do seu Produto Interno Bruto; devemos 35%. Foi esse dinheiro que tomamos emprestado e aplicamos na Transamazônica para abandoná-la, depois, numa estrada de luxo, como foi a ponte Rio—Niterói — agora denunciada nesta Casa. (Palmas.) E mais, nobre Senador, estamos na iminência de jogar as últimas reservas numa obra precipitada, sem estudo prévio, nem a consulta serena desta Casa, que é Itaipu.

**O Sr. Vasconcelos Torres** (Rio de Janeiro) — Não apoiado! A Ponte Rio—Niterói não é uma obra de luxo.

**O SR. LEITE CHAVES** (Paraná) — E não se discutem aqui os grandes problemas.

Não foi apenas Perón, mas uma revista, respeitada no mundo, que criticou este comportamento, inclusive com relação à Transamazônica. Eu vi no *Time* uma vez que ela ridicularizava o Governo brasileiro de ter feito uma estrada daquele porte, uma obra daquele vulto sem prévio exame e sem anteriores programações de custo, sem levar em consideração o que era fundamental: a fertilidade das terras. Depois de feita a estrada, constatou-se que as terras eram sábaras e não permitiam a construção de agrovilas, e por conseguinte, uma das grandes finalidades, que era a derivação das populações nordestinas.

**O Sr. Alexandre Costa** (Maranhão) — V. Exª revela que foi o *Times*?

**O SR. LEITE CHAVES** (Paraná) — É o *Time* que diz e ele é uma revista honrada.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Gonçalves) (Fazendo soar a campainha.) — Atenção, nobres Senadores!

**O Sr. Vasconcelos Torres** (Rio de Janeiro) (Ao orador.) — V. Exª está completamente desinformado sobre o Brasil, completamente desinformado!

**O SR. LEITE CHAVES** (Paraná) — V. Exª nega que nós devemos vinte bilhões de dólares?

**O Sr. Vasconcelos Torres** (Rio de Janeiro) — Nego, nego em parte, porque V. Exª por exemplo...

**O SR. LEITE CHAVES** (Paraná) — Nega em parte? Quanto devemos então?



**O Sr. Vasconcelos Torres** (Rio de Janeiro) — Deve ser um pouco menos.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Gonçalves) — Peço aos nobres Senadores observarem o Regimento. Aproveito para lembrar ao nobre orador que seu tempo já se esgotou.

**O Sr. Alexandre Costa** (Maranhão) — Permite V. Ex<sup>a</sup> continuar o meu aparte?

**O Sr. Vasconcelos Torres** (Rio de Janeiro) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O Sr. Alexandre Costa** (Maranhão) — Eu desejo concluir o meu aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Gonçalves) — Peço a V. Ex<sup>a</sup> observarem o Regimento e não apartear em conjunto. Se o orador não concedeu apartes é porque não os admite em conjunto.

**O Sr. Alexandre Costa** (Maranhão) — Foi-me concedido aparte e estou pretendendo concluí-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Gonçalves) — Então V. Ex<sup>a</sup> o faça regimentalmente.

**O Sr. Alexandre Costa** (Maranhão) — Mas, já o pedi. V. Ex<sup>a</sup> não o ouviu. Estou usando o meu direito de apartear, com a permissão do orador.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Gonçalves) — V. Ex<sup>a</sup> não pode dialogar com a Presidência, nos termos do Regimento.

**O Sr. Alexandre Costa** (Maranhão) — Não estou dialogando e sim reivindicando o meu direito de apartear.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Gonçalves) — Continua com a palavra o nobre orador.

**O Sr. Alexandre Costa** (Maranhão) — V. Ex<sup>a</sup> me declara...

**O SR. LEITE CHAVES** (Paraná) — Sr. Presidente, posso conceder o aparte, ou meu tempo já está esgotado?

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Gonçalves) — V. Ex<sup>a</sup> pode responder o aparte.

**O Sr. Alexandre Costa** (Maranhão) — V. Ex<sup>a</sup> declara que leu no Times...

**O SR. LEITE CHAVES** (Paraná) — Time; não Times. Estou me referindo à revista e não ao jornal.

**O Sr. Alexandre Costa** (Maranhão) — Pois bem, insisti em perguntar onde havia V. Ex<sup>a</sup> lido para que pudesse sair daqui sem aquela impressão que consta nos anais da Câmara, de um certo orador que citava muitos autores e, certa feita, citara algumas frases de Rui Barbosa. No momento, se encontrava presente um eminente escritor, biógrafo de Rui, que apartando o orador perguntava: "Onde V. Ex<sup>a</sup> leu esta frase de Rui?" o orador respondeu: "Não sei onde a li mas que ele disse, disse." Pois bem, foi só para isso...

**O SR. LEITE CHAVES** (Paraná) — No nosso caso...

**O Sr. Alexandre Costa** (Maranhão) — Não, mas V. Ex<sup>a</sup> já disse onde leu e não levo essa impressão. V. Ex<sup>a</sup> acaba de dizer-me e não saio daqui com tal impressão. Mas saio mal impressionado porque sendo V. Ex<sup>a</sup> um homem culto e inteligente, ocupando hoje o lugar de Senador por um dos grandes Estados do Brasil, que é o Paraná...

**O SR. LEITE CHAVES** (Paraná) — Muito obrigado.

**O Sr. Alexandre Costa** (Maranhão) — ... não poderia trazer para cá citação de uma revista que, bem sabe V. Ex<sup>a</sup>, não é verdadeira; absolutamente não é verdadeira...

**O SR. LEITE CHAVES** (Paraná) — Nobre Senador Alexandre Costa, os lavradores do meu Estado, homens pesquisadores e farsa-

dores de terras valiosas, não querem, nem de graça, as terras de Altamira, porque a sua fertilidade é quase nula; o seu PH é muito baixo e não compensa a exploração de qualquer atividade, seja qualificada, ou seja extensiva.

**O Sr. Vasconcelos Torres** (Rio de Janeiro) — V. Ex<sup>a</sup> me permite o último aparte?

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — Nobre Senador, eu tinha apelado para a generosidade de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LEITE CHAVES** (Paraná) — V. Ex<sup>a</sup> transferiu o aparte ao nobre Senador pelo Maranhão. V. Ex<sup>a</sup> deseja outro aparte?

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — Apenas transferi a precedência.

**O SR. LEITE CHAVES** (Paraná) — Pois não, Sr. Senador Virgílio Távora.

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — O aparte será calmo, contrastando com os demais. Nobre Senador, por coincidência dentro do espírito esportivo que sempre presidiu as discussões sobre o setor econômico-financeiro do Governo, entre Maioria e Minoria, por coincidência, havia avisado aos nobres Líder e Vice-Líder da Oposição de que amanhã, por delegação da Maioria, começaríamos a percutir o problema econômico-financeiro. V. Ex<sup>a</sup> permita-me, apenas, um adinículo ao seu discurso, que é uma retificação. Há um engano lamentável, oportuno tempore, para não tomar mais os minutos que o Sr. Presidente já está cobrando de V. Ex<sup>a</sup> do excesso de sua oração, verá: Nº 1: O perfil de endividamento externo do Brasil está, absolutamente, dentro de todas as normas de segurança, levados os padrões internacionais em consideração; Nº 2: Há um equívoco lamentável quando afirma que 35% representam a proporção entre o nosso PIB e a nossa dívida externa e, finalmente, para a tranquilidade de V. Ex<sup>a</sup>, fatos novos não apareceram e não praticamos futurologia. Tem o País capacidade, sem discussão, de pagar a dívida até hoje contraída.

**O SR. LEITE CHAVES** (Paraná) — O que o Brasil sabe, o exterior sabe, é que nós estamos com uma dívida enorme como nunca tivemos na nossa História. Sabemos, também, que o Governo brasileiro, para mostrar saldos ao mundo, toma dinheiro emprestado aos Bancos alemães a 8% e empresta de volta a 5%, para que tenhamos reservas no Fundo Monetário Internacional.

**O Sr. Alexandre Costa** (Maranhão) — V. Ex<sup>a</sup> concede um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Gonçalves) (Fazendo soar a campainha) — Solicito aos nobres Senadores que não aparteiem mais o orador, porque o tempo de S. Ex<sup>a</sup> já está esgotado. Há outros oradores inscritos e tenho de assegurar-lhes a palavra. De maneira que aquele Senador que desejar refutar a argumentação do orador, que se inscreva regimentalmente, porque não é razoável que se dê todo o tempo a um orador, e se sacrifique o dos outros. Solicito a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Leite Chaves, a fineza de concluir a sua oração.

**O SR. LEITE CHAVES** (Paraná) — Muito obrigado. Estou concluindo, Sr. Presidente.

E é isso precisamente ao que estamos assistindo. O avolumamento do débito nos retirou condições de lutar eficazmente pelo preço das matérias-primas.

O preço baixo destas, cada vez mais aviltado, interessa precisamente àquelas instituições de quem somos devedores.

De maneira que acreditamos nos propósitos de redemocratização partidos de setores responsáveis do Governo, não porque sejam modelares arautos da democracia, mas porque sabem da situação de dificuldade em que nos encontramos e o modelo já não oferece forças nem alternativas para resolvê-la.

Só com o concurso da Nação, com a supressão das artificiais divisões entre brasileiros e antibrasileiros é que encontramos força

para a grande caminhada. cremos ainda, neste País, como cremos em todas as tarefas que sejam conduzidas por quem se preparou ou esteja preparado para enfrentá-las.

O povo ainda crê, ainda alimenta grandes esperanças, e é por isso e para isso que nós, do MDB, estamos aqui. (Muito bem! Palmas.)

#### COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Altevir Leal — José Guimard — Evandro Carreira — José Lindoso — Fausto Castelo Branco — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domício Gondim — Milton Cabral — Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Luiz Viana — Benedito Ferreira — Accioly Filho — Leite Chaves — Matos Leão — Evelásio Vieira — Tarso Dutra

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Finda a Hora do Expediente, passo à

### ORDEM DO DIA

#### Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 1974 (nº 457-B/71, na Casa de origem), que dispõe sobre a divulgação do livro pela televisão, e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 387, de 1974, da Comissão:

— de Educação e Cultura.

A matéria constou da Ordem do Dia das sessões de 29 de outubro e 28 de novembro de 1974, tendo, em ambas as ocasiões, a votação adiada, face aos Requerimentos nºs 250 e 310, de 1974, de autoria do nobre Senador Virgílio Távora.

Em votação o projeto.

O Sr. Ruy Santos (Bahia) — Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o nobre Senador Ruy Santos, para encaminhar a votação.

O SR. RUY SANTOS (Bahia) (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o projeto em votação, nº 72/74, é oriundo da Câmara dos Deputados, e nele se cogita de obrigar as estações de televisão a reservarem, semanalmente, trinta minutos, no mínimo, para promoção e divulgação de livros didáticos, técnico-científicos e literários.

No Senado, este projeto teve parecer favorável da Comissão de Educação. Mas, Sr. Presidente, o Decreto-lei nº 236 já estabelece, no seu art. 16:

O CONTEL baixará normas determinando a obrigatoriedade de transmissão de programas educacionais nas emissoras comerciais de radiodifusão, estipulando horário, duração e qualidade desses programas.

§ 1º — A duração máxima obrigatória dos programas educacionais será de 5 (cinco) horas semanais.

§ 2º — Os programas educacionais obrigatórios deverão ser transmitidos em horários compreendidos entre as 7 (sete) e às 17 (dezesete) horas.

Ora, já existe dispositivo de lei, onde se obriga esta divulgação.

De maneira que, Sr. Presidente, por este motivo, a ARENA votará contra o projeto. (Muito bem!)

O Sr. Franco Montoro (São Paulo) — Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) (Para encaminhar a votação, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, além das razões invocadas pelo nobre Senador Ruy Santos, queremos destacar uma disposição, constante do projeto, que nos parece realmente inadmissível. Mas, como a esta altura já não seria possível corrigir este defeito através de emenda, parece-nos realmente necessária a solução indicada: a rejeição do projeto. Referimo-nos à disposição do art. 2º que estabelece:

Art. 2º Os programas destinados ao cumprimento do que determina o artigo anterior, que poderão ser subdivididos, no máximo, em seis, com duração, cada um deles, de cinco minutos diários, deverão ser gravados e submetidos previamente à Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, para exame e aprovação.

Essa disposição, Sr. Presidente, é realmente inadmissível, quer do ponto de vista teórico, quer do ponto de vista prático, pois a medida significaria quase paralisar todas as estações de televisão do Brasil que teriam de mandar a esta Fundação, com antecedência, os programas para exame, numa centralização inaceitável. Além disso, fere o princípio da liberdade, indispensável à cultura. Por que outorgar a uma Fundação o direito de decidir sobre programas de TV de todo o Brasil, algumas delas ligadas, inclusive, a universidades e universidades oficiais? Seria estabelecer o critério de censura ao pensamento das próprias universidades brasileiras, atribuir esse poder à Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa. Essa solução representa uma medida infeliz e inadmissível. Se houvesse possibilidade de reformular o projeto para aproveitar as idéias positivas que ele contém, tentariamos essa modificação, mas, agora, na fase do processo legislativo em que se encontra a proposição, não há outro modo senão aceitar a sugestão lembrada pelo Senador Ruy Santos.

Neste sentido, a Oposição votará pela rejeição do projeto, da mesma maneira que a Maioria.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram conservar-se sentados. (Pausa.) Rejeitado.

O projeto será arquivado, feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto rejeitado:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, DE 1974 (Projeto de Lei nº 457-B, de 1971, na Casa de origem)

Dispõe sobre a divulgação do livro pela televisão, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As estações de televisão reservarão, semanalmente, trinta minutos, no mínimo, para promoção e divulgação de livros didáticos, técnico-científicos e literários.

Art. 2º Os programas destinados ao cumprimento do que determina o artigo anterior, que poderão ser subdivididos, no máximo, em seis, com duração, cada um deles, de cinco minutos diários, deverão ser gravados e submetidos previamente à Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, para exame e aprovação.

Art. 3º As infrações ao disposto na presente lei serão punidas com a multa correspondente a cinquenta vezes o maior salário mínimo vigente no País, cobrada em dobro na reincidência.

Art. 4º A competência para aplicação das penalidades estabelecidas no artigo anterior é exclusiva do Conselho Nacional de Telecomunicações, mediante representação do Instituto Nacional do Livro — INL.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) —****Item 2:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 21, de 1975, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 1974, que altera a redação do art. 663 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria continuará sua tramitação normal.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) —****Item 3:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 22, de 1975, de autoria do Senhor Senador Nelson Carneiro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 134, de 1974, que acrescenta parágrafo ao artigo 652 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria continuará sua tramitação normal.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) —****Item 4:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 23, de 1975, de autoria do Senhor Senador Nelson Carneiro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 1974, que acrescenta dispositivo à consolidação das Leis do Trabalho.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria continuará sua tramitação normal.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) —****Item 5:**

Votação em turno único, do Requerimento nº 32, de 1975, de autoria do Sr. Senador Paulo Guerra, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso pronunciado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Djaci Alves Falcão, por ocasião de sua posse à Presidência do Supremo Tribunal Federal.

O Sr. Henrique de La Rocque (Maranhão) — Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique de La Rocque.

O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) (Para encaminhar a votação. Não foi revisto pelo orador.) — Sr. Presidente, no momento em que a Casa está prestes a votar o requerimento do nobre representante pernambucano Senador Paulo Guerra, em que solicita a transcrição, nos Anais do Senado, do discurso pronunciado por S. Ex<sup>a</sup> o Presidente Djaci Alves Falcão, desejo trazer a minha enfática aprovação ao citado requerimento.

Sem dúvida, Sr. Presidente, trata-se de um sacerdote a serviço da Justiça. Trouxe-o para a catedral do Direito o venerando Presidente Castello Branco e lá tem-se comportado de forma a agradar a gregos e a troianos, na aplicação serena da lei.

Neste instante, louvo S. Ex<sup>a</sup> o nobre Senador Paulo Guerra, por prestar ao Presidente do Supremo Tribunal Federal tão merecida homenagem. (Muito bem!)

O Sr. Ruy Carneiro (Paraíba) — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Carneiro, para encaminhar a votação.

O SR. RUY CARNEIRO (Paraíba) (Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Paraíba tem sido pródiga, ao longo da vida brasileira, na projeção de seus filhos nos mais altos escalões nacionais, nos campos mais variados das atividades humanas.

Vidal de Negreiros, Arruda Câmara e Feliciano Dourado marcaram passagem nos tempos coloniais, convocados pela Corte Portuguesa, para as mais diferentes posições de comando, tanto no Brasil como em Portugal.

Os seus nomes passaram à História, entre lutas homéricas e atividades político-administrativas, no exercício das quais além de engenho e arte, despontava inteligência vigorosa aliada a profundo e puro espírito público.

No Império, não foram poucos os paraibanos que se destacaram no trato da coisa pública, sem desprezar a participação direta nos campos da cultura, das artes, do jornalismo e da poesia.

João Florentino Meira de Vasconcelos, Diogo Velho Cavalcanti e Francisco de Paula da Silveira Lôbo, exercendo pastas ministeriais por mais de uma vez, deixaram bem assinalado passos de paraibanos ao lado do Imperador, a serviço do bem público.

Dos Ministros da República, são vários os paraibanos que não só as exerceram com dignidade e altivez, como as projetaram para honra e glória da Paraíba, dando-lhes relevo próprio como um Aristides Lôbo e um Epitácio Pessoa, na Justiça. Também, para sermos justos, na época atual, Abelardo Jurema.

Um José Américo, por duas vezes Ministro da Viação e Obras Públicas, não só desenvolveu uma atividade criadora por todo o País, como plantou no Nordeste uma obra que representou a sua redenção e as bases definitivas para uma ação permanente, constante, técnica e cronogramada da SUDENE dos nossos dias.

Aurélio de Lyra Tavares, no Exército; Fernando Nóbrega, no Trabalho; João Agripino, em Minas e Energia; Leonel Miranda, na Saúde; José Pereira Lira, na Chefia da Casa Civil da Presidência da República; Jayme Portela, na Chefia da Casa Militar; Luiz Rafael Mayer, na Consultoria-Geral da República; Samuel Vital Duarte, na Presidência da Câmara dos Deputados; Raul de Góes, na Presidência da Associação Comercial do Rio de Janeiro, com 144 anos de existência; Celso Furtado, no Ministério do Planejamento e na SUDENE; Marechal Floriano de Lima Brayner, na Chefia do Estado-Maior da FEB, na Itália e tantos outros no Parlamento Nacional e no jornalismo, como este gigante e gênio, o saudoso Assis Chateaubriand e Carlos Dias Fernandes, todos posicionaram a Paraíba não só nos mais altos níveis da admiração e do respeito de toda a Nação, como espelham às gerações paraibanas exemplos que frutificarão no tempo.

E, nas Cortes Superiores e Supremas? Quantos paraibanos lá estiveram e lá continuam a brilhar e a servir, firmando doutrinas, jurisprudência e decisões que os anais guardam para o historiador que quiser situar a Paraíba como uma das células mais atuantes da nacionalidade brasileira!

No Tribunal Federal de Recursos, um Arthur de Sousa Marinho. No Tribunal de Contas da União, Pedro da Cunha Pedrosa, João de Lourenço, Vicente Neiva, José Pereira Lira e Vergniaud Wanderley, este último em pleno exercício, aplicaram o seu saber e

emprestaram a sua inteligência a pronunciamentos que se integram na História Administrativa da República, como páginas dignas de serem lidas e relidas. No Superior Tribunal Militar, de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, o grande mártir da Revolução de 1930, à ação contemporânea de Alcides Vieira Carneiro, Ernani Sátiro e Floriano de Lima Brayner, a Paraíba esteve presente com relevo, através de votos em que a inteligência se une ao espírito de justiça para preservação da ordem e do bem-estar social.

No Supremo Tribunal Federal, o nosso orgulho de paraibano é imenso. Oswald Trigueiro de Albuquerque e Mello, ex-Governador do meu Estado, ex-Deputado e ex-Embaixador na Indonésia, foi à sua Presidência pela força de uma consciência jurídica que é rico patrimônio nosso, se não bastassem os seus serviços prestados à causa pública em várias oportunidades para as quais foi convocado.

E, agora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, de novo um paraibano na Presidência da mais Alta Corte de Justiça do meu País: Ministro Djaci Falcão, nascido no Município de Monteiro, que é uma verdadeira Paraíba dentro da Paraíba, pelos valores que de lá emergem para serviço da terra comum e para convocações outras em diversas Unidades da Federação.

Diplomado pela tradicional Faculdade de Direito do Recife que prodigalizou a inúmeros paraibanos a oportunidade do seu destaque na vida pública brasileira; ingressando na magistratura na mocidade radiosa dos 25 anos; atingindo o Tribunal de Justiça de Pernambuco com apenas 38 anos e chegando à sua Presidência com 42, Djaci Falcão é aquele juiz que um seu conterrâneo de Monteiro, Jayme Menezes, conhecendo-o de criança, acompanhando a sua vida, diz enfaticamente em publicação recente:

"Juiz necessariamente íntegro, reconhecidamente livre e suficientemente destemeroso, é motivo de orgulho para todos os nordestinos e notadamente para os monteirenses, exprime garantia ao direito e incomparável ufanía para todos os seus amigos e conterrâneos."

Sr. Presidente, ao requerimento do nobre Senador Paulo Guerra, eminente representante do Estado de Pernambuco, pela transcrição de discurso de posse na Presidência do Supremo Tribunal Federal, do eminente Ministro Djaci Falcão, empresto o meu apoio, com palmas calorosas à sua brilhante oração e as mais vivas congratulações aos dignos pares de tão ilustre paraibano, que no Supremo o ergueram à sua Presidência, para honra da Justiça e gaudio incontido dos paraibanos e pernambucanos. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao nobre Senador Petrônio Portella, como Líder do Governo nesta Casa.

**O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí)** (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente:

Peço a V. Exª que conceda a palavra ao nobre Senador José Sarney; que falará em nome da Maioria e do Governo.

Antes, todavia, de fazê-lo, peço a V. Exª me permita prestar esclarecimentos a respeito de fatos ontem denunciados da tribuna do Senado pelo nobre Senador Paulo Brossard.

Hoje cedo, pela manhã, procurei o Sr. Ministro Armando Falcão, dando-lhe ciência dos fatos aqui narrados e já aludidos. De S. Exª tive a confirmação relativamente às prisões — com os esclarecimentos de que o Sr. Comandante do III Exército, sobre o assunto, distribuiu nota oficial, elucidando os fatos e dando ciência, no mesmo passo, à Justiça, através do seu órgão competente.

Esses, os fatos que, em atenção às denúncias aqui formuladas pelo ilustre representante do Rio Grande do Sul, tenho o dever de prestar em nome do Governo da República.

No tocante ao problema objeto de uma carta lida pelo nobre Líder da Minoria, vou levar os fatos ao conhecimento do Governo e, oportunamente, ocuparei a tribuna para prestar, à Nação, os esclarecimentos devidos.

**O Sr. Franco Montoro (São Paulo)** — Agradeço a V. Exª.

**O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí)** — E, no final, lamentando não poder permanecer no recinto, em razão de estar à minha espera o Sr. Ministro da Previdência Social, faço também pela qual saíram os Vice-Líderes da Maioria, quero cumprimentar o MDB, através do seu Líder, pelo brilhantismo com que se está havendo neste Plenário. Já temos intérpretes para tudo: brilhantes intérpretes do povo, um deles qualificadosíssimo, pois ostentando cinco milhões de votos, para quem duvidar de sua imensa densidade política. E já agora temos, também, um notável intérprete do pensamento internacional sobre as coisas e os fatos do Brasil. E, negavelmente, razão para os maiores elogios da ARENA a esse Partido que, a essa altura, já extravasa os limites nacionais, para se fazer intérprete, também, do pensamento internacional a respeito dos fatos do Brasil.

**O Sr. Orestes Quércia (São Paulo)** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí)** — Com o maior prazer.

**O Sr. Orestes Quércia (São Paulo)** — Eu gostaria de, agradecendo o aparte que V. Exª me dá, lamentar que V. Exª tenha intensificado o seu argumento em torno dos cinco milhões de votos, no sentido, talvez...

**O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí)** — Eu retiro, se V. Exª assim o desejar.

**O Sr. Orestes Quércia (São Paulo)** — Não, eu só queria lembrar que, de acordo com o raciocínio do eminente Senador Jarbas Passarinho, o problema de São Paulo ter mais votos é porque este Estado tem mais habitantes, mais eleitores.

**O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí)** — Não fique falando "no mais" de São Paulo porque V. Exª foi empossado da mesma forma que nós e, por conseguinte, somos todos iguais.

**O Sr. Orestes Quércia (São Paulo)** — Da mesma forma, V. Exª foi, talvez, no último pleito, o Senador eleito com maior índice de votação do Estado do Piauí.

**O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí)** — Mas eu sou humilde e não gosto de ostentação, razão pela qual deixei de mencionar esse fato e já a essa altura estou vendo que o ilustre companheiro quer tirar o peso da responsabilidade dos 5 milhões.

**O Sr. Orestes Quércia (São Paulo)** — Eu também sou humilde, Excelência. E quero lembrar que V. Exª foi, proporcionalmente, o Senador mais votado do último pleito, representando o Estado do Piauí, que tem o mesmo peso que o Estado de São Paulo, nesta Casa.

**O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí)** — O Piauí agradece a V. Exª.

**O Sr. Orestes Quércia (São Paulo)** — O Piauí tem três representantes, e São Paulo também tem três representantes nesta Casa. É só para salientar esse aspecto em que também nós, do MDB reconhecemos a grandeza de V. Exª de ser o Senhor, proporcionalmente, mais votado no último pleito; além de outros méritos.

**O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí)** — Sr. Presidente, sou muito grato porque a esta altura a nossa amizade, que se fez à primeira vista — diga-se de passagem — cresce, aumenta e, assim, S. Exª dá demonstrações evidentes do quanto é, de fato, um homem capaz de atrair simpatias, como foi capaz de atrair votos.

**O Sr. Leite Chaves (Paraná) —** Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) —** Como intérprete do meu glorioso Piauí, vejo em V. Ex<sup>a</sup>, a esta altura, o brilhante e extraordinário intérprete da opinião internacional quando esta é desfavorável ao nosso País. É com agrado que ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Leite Chaves (Paraná) —** É sobre isso que eu queria informar V. Ex<sup>a</sup>. Para que um país tenha sucesso e se conduza bem não é preciso apenas que ele saiba, que ele tenha um pensamento a seu respeito, mas ele deve saber o que o mundo pensa a seu respeito.

**O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) —** E V. Ex<sup>a</sup> é o intérprete do mundo.

**O Sr. Leite Chaves (Paraná) —** E V. Ex<sup>a</sup> sabe que a própria Revolução — que V. Ex<sup>a</sup> defende com tanto empenho — se sentiu muito ferida e ofendida a respeito do que o mundo pensou quando ela se instalou, e mandou até emissários especiais, para transformar a impressão do mundo a esse respeito. De forma que V. Ex<sup>a</sup> veja que a própria causa que V. Ex<sup>a</sup> defende, ela é muito preocupada com a opinião internacional. E, lamentavelmente, a preocupação internacional continua a não ser a melhor a nosso respeito.

**O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) —** Veja, Sr. Presidente, o Senado está completo; faltava esse intérprete. Nós já o temos, e brilhante.

**O Sr. Itamar Franco (Minas Gerais) —** Senador Petrônio Portella, V. Ex<sup>a</sup> me permite? Sei que V. Ex<sup>a</sup> tem que sair.

**O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) —** Lamentavelmente, Senador.

**O Sr. Itamar Franco (Minas Gerais) —** Então, vou pedir à mesa uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) —** Um momento. V. Ex<sup>a</sup> não pode interromper o orador.

**O Sr. Itamar Franco (Minas Gerais) —** Por uma questão de ordem, não posso?

**O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) —** Mas, devo dizer, Sr. Presidente, que consinto que S. Ex<sup>a</sup> o faça, com a simpatia que possui e lhe voto como, de resto, aos colegas do MDB.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) —** Tem, então, S. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O Sr. Itamar Franco (Minas Gerais) —** V. Ex<sup>a</sup> me desculpe interrompê-lo, pois sei que S. Ex<sup>a</sup>, o Sr. Ministro, o espera. V. Ex<sup>a</sup> falou, aqui, no intérprete internacional e outros mais.

**O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) —** Antes do mais, as minhas homenagens a Minas Gerais.

**O Sr. Itamar Franco (Minas Gerais) —** Mas eu gostaria de dizer apenas o seguinte: Minas Gerais não precisa disso; Minas Gerais só quer saber, e que V. Ex<sup>a</sup>, então, me interprete, por favor, o Regimento Interno da Casa, quando V. Ex<sup>a</sup> diz que, por delegação da sua Liderança, dará a palavra ao nobre Senador José Sarney. Eu gostaria, por favor, que fosse interpretado o Regimento da Casa, nesse sentido.

**O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) —** Sr. Presidente, eu simplesmente pedi a V. Ex<sup>a</sup> a generosidade de dar a palavra ao ilustre Senador José Sarney. E já ontem conversei sobre o assunto com o ilustre Presidente desta Casa, e em nenhuma hipótese pleiteei de S. Ex<sup>a</sup> a interrupção do discurso do ilustre Senador Paulo Brossard, a quem uma vez mais presto as minhas homenagens. E disse a S. Ex<sup>a</sup> que era oportuno um encontro dos Líderes com a Presidência, para que evitássemos vicissitudes na interpretação do Regimento.

Em razão, exatamente, dos precedentes havidos e tendo em vista que a Liderança dispõe de minutos para as comunicações de fatos

importantes e para a prestação de serviço público e que solicitei de V. Ex<sup>a</sup>, na esteira dos precedentes havidos — vale dizer, da jurisprudência firmada — concedesse a palavra ao ilustre Senador José Sarney que, tenho certeza, tem o que dizer à Casa e intérprete que será da ARENA.

**O Sr. Franco Montoro (São Paulo) —** Permite V. Ex<sup>a</sup> um pequeno aparte?

**O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) —** Com muito prazer.

**O Sr. Franco Montoro (São Paulo) —** Apenas, como Líder do MDB, eu queria dirigir a V. Ex<sup>a</sup> um apelo. O de que V. Ex<sup>a</sup> ao referir-se aos novos Senadores que vêm, com a sua presença, trazer esse dinamismo à vida do Senado e do Congresso, não o fizesse no tom irônico com que V. Ex<sup>a</sup> o fez.

O fato de o nobre Senador Leite Chaves ter feito referência a um autor estrangeiro fez com que V. Ex<sup>a</sup>, insistentemente e em tom de evidente ironia, dissesse que S. Ex<sup>a</sup>, agora, é o intérprete do mundo. O convívio entre nós é necessário, e nós, principalmente na grave tarefa de liderar nossas bancadas, precisamos ter, para com os Senadores desta Casa, aquela cordialidade que é necessária para que se mantenha o clima de entendimento. Não cabem ilações dessa natureza, porque não há nenhuma lógica em tomar um orador que cita um autor estrangeiro e dizer que por isso ele se transforma em intérprete do pensamento mundial, não há nenhuma lógica nisso. Há apenas uma generalização, com um tom de ironia para o qual pediria a colaboração de V. Ex<sup>a</sup>, para que mantenhamos bem altos os debates desta Casa, respeitando a todos e com aquela consideração que V. Ex<sup>a</sup> tem sempre demonstrado, e que constitui uma das tradições desta Casa.

**O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) —** Sr. Presidente, repilo veementemente a advertência do Líder da Minoria. Ninguém me dará lição de ética parlamentar, nesta Casa. Tratei todos com o devido respeito. S. Ex<sup>a</sup>, por duas vezes, o Sr. Senador Leite Chaves, ao aludir a problemas internacionais, invocou uma revista estrangeira e um eminente caudilho, líder ou personalidade estrangeira. E por isso, achei que S. Ex<sup>a</sup> estava, àquela altura, buscando, de fato, em pessoas pouco categorizadas, e em órgãos que, às vezes, não refletem a realidade dos fatos, argumentos e autoridade para defender suas idéias. O fato de dizer que ele seja intérprete do pensamento internacional pode ser uma ironia, mas não será jamais ironia desrespeitosa. E, assim, também não entendeu S. Ex<sup>a</sup>. A esta altura, o Líder da Minoria pretende dar-me lição de ética, evidentemente não aceito. Não aceito porque ele não tem autoridade para tanto.

Sr. Presidente, com estes esclarecimentos, devo dizer a V. Ex<sup>a</sup> e à Casa que não será jamais aviltado o debate por iniciativa da Liderança da ARENA e da Liderança do Governo.

**O Sr. Franco Montoro (São Paulo) —** É o que desejamos.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) —** Antes de conceder a palavra ao nobre Senador José Sarney, gostaria de prestar um esclarecimento à Casa, em atenção à interferência do nobre Senador Itamar Franco.

Diz o art. 66 do Regimento Interno:

"Aos Líderes é lícito usar da palavra em qualquer fase da sessão, mesmo em curso de votação, pelo prazo de vinte minutos, para declaração de natureza inadiável.

Parágrafo único. O uso da palavra, na hipótese prevista neste artigo, pode ser delegado, uma vez por semana, a qualquer dos liderados, mediante comunicação à Mesa."

Além do texto regimental, tenho observado — e aqui estou apenas como substituto eventual do Presidente — que há precedentes neste sentido de o Líder solicitar ou conceder delegação, após iniciar uma breve declaração à Casa. E ontem mesmo, se não estou equivocado, o nobre Líder do Governo nesta Casa usou do mesmo recurso, concedendo a palavra ao nobre Senador pela Bahia, Luiz

Viana. De maneira que, hoje, permitindo idêntica praxe, creio que, além do espírito liberal que me caracteriza, apenas estou repetindo a orientação do Presidente desta Casa.

Assim, concedo a palavra ao nobre Senador José Sarney.

**O Sr. Paulo Brossard (Rio Grande do Sul)** — Sr. Presidente, tendo sido referido nominalmente pelo eminente Líder do Governo, nos termos do Regimento Interno pediria-me fosse concedida a palavra.

Antes, já tinha solicitado que me compreendesse o eminente Senador José Sarney, que vai falar logo após. Serei o mais breve possível.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Nobre Senador, há aqui uma convergência de dispositivos excepcionais. Um, que concede ao Líder a oportunidade de falar em qualquer parte da sessão, uma vez, e outro que concede ao Senador citado o direito de falar em explicação pessoal. Cabe à Presidência harmonizar os textos. No caso, como essa concessão à Liderança se trata, naturalmente, de assunto que deva normalmente corresponder aos interesses do Partido, e a explicação pessoal deva ser — como sua própria expressão — um assunto que interessa mais individualmente ao Senador, concilio as duas exceções à regra geral concedendo a palavra, em primeiro lugar, ao nobre Senador José Sarney, delegado pela Liderança, e, em seguida, concederei a V. Ex<sup>a</sup> para explicação pessoal.

**O Sr. Paulo Brossard (Rio Grande do Sul)** — Muito agradecido a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão)** — (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Em primeiro lugar, atendendo à sugestão do eminente Líder do Movimento Democrático Brasileiro, Senador Franco Montoro, de que devemos tratar sempre com o maior carinho os que chegam, as minhas primeiras palavras são de agradecimento ao Senador Itamar Franco, pelo fato de S. Ex<sup>a</sup> ter tentado fazer com que eu adiasse, de hoje para amanhã, as palavras que tenho que proferir nesta tribuna.

**O Sr. Itamar Franco (Minas Gerais)** — Desculpe, V. Ex<sup>a</sup> Posso interrompê-lo um minuto, por favor?

**O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão)** — Estou começando o meu discurso. Peço a sua benevolência.

**O Sr. Itamar Franco (Minas Gerais)** — Preciso prestar um esclarecimento a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão)** — Na verdade, no Parlamento, temos que ter algumas diretrizes e algumas lições. E, ontem, ouvimos aqui o brilhante representante pelo Rio Grande do Sul a nos dar os luzeiros dos que nos antecederam nesta Casa. O Visconde do Rio Branco, que era um "gentleman" no trato parlamentar, dizia sempre: "Aprendi assim com o Marquês de Abranches, que era o mestre das excelências parlamentares". Assim, é o meu dever, em primeiro lugar, agradecer a V. Ex<sup>a</sup> a bondade que me faz, de me privar deste encargo difícil e a V. Ex<sup>as</sup> de terem de me ouvir. Muito obrigado.

**O Sr. Itamar Franco (Minas Gerais)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte? Com o maior respeito.

**O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão)** — Acho que o aparte de V. Ex<sup>a</sup> ainda não caberia no início das minhas palavras.

**O Sr. Itamar Franco (Minas Gerais)** — Se V. Ex<sup>a</sup> fosse gentil comigo, gostaria que me concedesse.

**O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão)** — Pois, com a maior boa-vontade.

**O Sr. Itamar Franco (Minas Gerais)** — Excelência, longe de mim que a Casa deixasse, nesta tarde, de ouvir a sua voz. Aqui cheguei com o mesmo espírito de V. Ex<sup>a</sup>. Já o conhecia antes de chegar a esta Casa. Apenas lembrei — e respeitosamente — ao Líder da Maioria, e o fiz apoiado no Regimento Interno desta Casa, que

S. Ex<sup>a</sup>, ontem, baseado no art. 66, delegou ao nobre Senador pela Bahia poderes para que falasse em seu nome: O Regimento Interno da Casa diz que essa delegação só poderá ser feita uma vez por semana. Então, veja V. Ex<sup>a</sup> que, com a minha benevolência, não levantando questão de ordem com a Mesa, que respeito, V. Ex<sup>a</sup>, agora, neste instante, poderá realmente falar, infringindo o Regimento Interno da Casa.

**O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão)** — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> porque achava que a intervenção de V. Ex<sup>a</sup> vinha ajudar-me. Havia um Presidente desta Casa do Congresso Nacional, da terra de V. Ex<sup>a</sup>, que advertia os oradores ruins com o tempo, e dizia: "o tempo, o amigo"; e V. Ex<sup>a</sup> me adverte da mesma maneira, nesta tradição: "o Regimento, o amigo". V. Ex<sup>a</sup> há de compreender que é com esse espírito que começo as minhas primeiras palavras. Quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, em primeiro lugar saudemos a volta do debate parlamentar; saudemos a presença do Congresso Brasileiro no centro da discussão dos problemas nacionais; saudemos o Congresso Brasileiro como fórum de debates dos grandes problemas deste País. E se alguém quiser perguntar os caminhos que estão sendo percorridos pela distensão, um deles, o maior, talvez, que pudéssemos indicar, nestes dias, seria o da grandeza com que o Congresso hoje se apresenta em face da Nação, porque sem Congresso não há Democracia; e se estamos vivendo num Congresso livre, saudemos também, através dele, a Democracia no Brasil.

Tivemos nesta Casa, nos últimos dias, com o renascimento do debate parlamentar, uma volta gloriosa aos dias do discurso, daquele parlamento brilhante em que muitos de nós tivemos oportunidade de conviver, do parlamento romântico, em que as palavras, a erudição, e o jogo das citações eram tudo e a realidade, os fatos sociais e econômicos eram tidos assim como um subproduto não muito digno dos frades maiores — para citar o Senador Eurico Rezende — da atenção parlamentar.

Os eminentes homens da Oposição, com grande brilho, desfilarão pela tribuna desta Casa todos esses dias. Esqueceram-se dos temas de campanha; esqueceram-se dos problemas das suas regiões e dedicaram-se essencial e exclusivamente em fazer uma radiografia do Brasil, que na realidade foge à própria realidade nacional.

O Senador Marcos Freire abriu o debate e nos pintou um clima de uma tal falência institucional, de uma tal insegurança individual, que dava a cada um de nós a impressão de que, ao sair daqui, estivéssemos cercados de um regime policial e brutal, no qual ninguém pudesse sentir-se seguro nem dentro de si mesmo.

Seguindo a mesma linha os oradores se sucederam e, ontem, o Senador Paulo Brossard, com o brilhantismo que todos os reconhecemos, aqui também teve oportunidade de pintar um painel extremamente pessimista sobre as instituições, chegando mesmo a dizer: "Temos leis, mas não temos lei".

Já hoje o Senador Leite Chaves chega e contestando também a legislação ordinária disse: "Que não somente não temos lei; também não temos leis".

Sr. Presidente, o Senador Leite Chaves também hoje, concluindo este painel terrível do País, teve oportunidade de dizer que no setor econômico estamos numa vergonhosa situação de endividamento internacional e que no setor nacional temos obras aí de esbanjamento total; como é a Transamazônica, uma obra, sem dúvida, da maior grandeza para este País.

V. Ex<sup>a</sup> que vive no Paraná, mas é um homem do Nordeste, sabe o que significa a integração da Amazônia como uma fonte de integração nacional em termos de darmos unidade geográfica real à existência da unidade física.

Quando S. Ex<sup>a</sup> nos diz, e voltando para o Sul, que Itaipu também não vale nada, que é outra loucura nacional, a previsão do País, no setor energético, de preparar-se para enfrentar a crise de energia e não adiar um só dia, de tal maneira que a democracia brasileira teve oportunidade de fazer um trabalho excepcional atraindo, juntando-

se ao Paraguai para que, num exemplo na América do Sul de uma Companhia Binacional pudéssemos imediatamente pegar as águas revoltas daqueles rios que serão domados pela barragem e pela técnica, e colocá-las a serviço de quem? Com mais pressa, a serviço do homem brasileiro, da indústria do Estado de V. Ex<sup>a</sup> para expandir-se. — São Paulo — para dar mais mão-de-obra para que o País possa manter o seu ritmo de crescimento; para que o País possa realmente encontrar aquele grande leito de prosperidade que todos desejamos que ele encontre o mais brevemente possível.

**O Sr. Leite Chaves (Paraná) — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?**

**O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão) —** Finalmente, V. Ex<sup>a</sup> vai ter a bondade de ouvir-me um pouco mais para que o discurso, então, possa criar um bom ambiente de debate parlamentar. Estou apenas nas premissas.

Finalmente S. Ex<sup>a</sup> teve a oportunidade de dizer que também a Ponte Rio-Niterói, orgulho da engenharia brasileira porque ela representa sobretudo o amadurecimento técnico de um País que já está preparado para assumir as responsabilidades de obras de envergadura, como é de envergadura a obra de engenharia da Ponte Rio-Niterói.

Pois bem! Tudo isto é o painel do Brasil de hoje. E se não bastasse isto, o Presidente do Movimento Democrático Brasileiro dá uma entrevista e diz que precisamos modificar a Constituição de ponta a ponta. Não queremos saber o que vai ficar mas, ele deu uma entrevista dizendo que é necessário modificar a Constituição de ponta a ponta.

Também hoje ouvimos, aqui, a necessidade de termos uma nova Constituição.

Já o Senador Marcos Freire pedia-nos que decretássemos imediatamente a anistia. E já o Senador Brossard dizia que "a segurança é filha da Lei; a quebra da legalidade, a mãe da insegurança".

Este painel que se traçou para o País, eu pergunto não ao Senado, mas ao povo brasileiro: é verdadeiro? Não! Ninguém fará injustiça de dizer que ele é verdadeiro.

Nós não vivemos no estado pleno de direito. Mas não vivemos em um clima de violência institucional.

Muitas vezes temos boas leis, mas elas não acabam com as maiores violências e, muitas vezes, não temos boas leis mas, também menos violência.

Bernardo Vasconcelos, o grande Bernardo Vasconcelos, quando teve que assumir as responsabilidades da Regência, ele que fora o grande tribuno liberal da Constituinte, dizia: "Fui liberal, sim; então a liberdade estava nas leis mas não estava nos corações — estava nas aspirações de todos mas também não estava nas leis".

Pois bem, hoje há uma aspiração nacional pela liberdade e pela Democracia, não podemos dar o direito aos homens do MDB de dizer que eles trabalham mais por esta normalidade do que nós, e mais do que todos nós o Presidente da República, porque S. Ex<sup>a</sup> hoje tem os encargos de jogar as águas revoltas — e, ainda muitas delas são revoltas — e ordená-las para o processo de reconstrução nacional.

Assim, a contribuição que podemos dar hoje ao País, é a contribuição pragmática daquilo que é possível fazer-se, do que devemos fazer para ajudar, se possível, para mais rapidamente chegarmos àquela aspiração que parece é hoje de todos nós.

O Senador Brossard nos deu um exemplo extremamente didático de como a luta pelo angelismo, de como a luta pela pureza das instituições, não acaba nunca: ela é permanente.

O discurso do Senador Brossard podia ter sido feito há cem anos e não há nenhum desdouro, porque vou dizer que ele poderá ser feito daqui a cem anos. Por quê? Porque a busca pelo aperfeiçoamento das instituições, do bem-estar do homem, é uma tarefa permanente.

O homem nunca se satisfaz com ela porque realmente a mais antiga doutrinação destinada a modificar o homem, que foi o Cris-

tianismo, até hoje não conseguiu modificar o homem dentro de si mesmo.

Até mesmo a máxima de, "Amai-vos uns aos outros" se ouviu dizer: "Armai-vos uns aos outros". Porque na realidade nós não conseguimos nunca buscar aquela perfeição que todos desejamos, que, sem dúvida, não é somente aspiração da Oposição, mas de todos nós. E lhe dei um exemplo didático, quando ele citou aqui vários nomes da grandeza parlamentar do Rio Grande do Sul. Quando, por exemplo, citou o Visconde de Pelotas, grande parlamentar, grande Chefe Militar, grande político do Rio Grande, mas que, vivendo a busca de instituições melhores, teve de viver os seus hiatos de uma necessidade autoritária, quando o bem-comum o exige. Foi quando ele disse a Cotegipe, na questão militar: "O Exército se recorda do 7 de abril e, se não lhe fizerem o que pede, ainda o poderá reproduzir".

São palavras do Visconde de Pelotas, citado ontem aqui, grande homem, grande Senador desta República.

Não citarei Osório, Caxias, Chefes militares, mas citarei Silveira Martins, o grande Silveira Martins. E nisto até acho que posso fazer mais um gesto de admiração a V. Ex<sup>a</sup>, quando posso dizer que, na lembrança e no perfil que tenho de Silveira Martins — ao ouvir V. Ex<sup>a</sup>, lembrava-me de que V. Ex<sup>a</sup> guardava a tradição daqueles homens da política do Rio Grande —, o grande liberal Silveira Martins, que lutara em tantos anos de Oposição, quando o Imperador violentava a Câmara. Conservadora, nomeando um gabinete liberal, entregava a Sininbu à chefia desse gabinete e ele foi convidado para Ministro da Fazenda. Em seguida, resistindo, o próprio Presidente do Conselho à dissolução da Câmara Conservadora, ele forçava, apoiado em Osório, a dissolução da Câmara, porque necessitava de uma lei orçamentária.

Mas não é só isso. Depois de eleita a Câmara Liberal, quando ele se apresentava como Ministro da Fazenda ao Gabinete, são palavras de Silveira Martins, o grande tribuno liberal do Rio Grande do Sul: "Temos praticado ilegalidades? "Ele pergunta". Algumas — confessa —, é verdade. Mas também não é uma teoria de ocasião. Consultem-se nos Anais os meus discursos e ver-se-á que, por muitos anos na Oposição, nunca neguei o Governo o dever de colocar-se, das certas circunstâncias, acima da lei, para salvar os interesses da Pátria."

Mas não são esses exemplos só do passado, como os exemplos do presente. E cito o próprio exemplo de V. Ex<sup>a</sup> quando, em 1964 sentindo o perigo das próprias instituições, também apoiou uma revolução. E uma revolução é, sem dúvida, um movimento traumático, de rutura das instituições, de rutura da estrutura jurídica. E ninguém sabe, quase sempre, nos primeiros instantes, quais os caminhos que ela tomará. Aí vale, talvez, repetir aquele determinismo de Nabuco. Segundo, para não termos problemas, quando ele dizia que: "sem os exaltados não se faz revolução, mas com eles é impossível se governar".

Pois bem, ao longo destes anos, nesta análise simplista que ouvi aqui algumas vezes até injusta com alguns presidentes, no sentido de que é a função do Estado um gesto pessoal, que a revogação de um ato institucional é apenas um simples gesto — no dia seguinte a liberdade floresce do **Diário Oficial**, das tintas e das rotativas, pela só assinatura de um presidente — seria negarmos, seria humilhação para um país que tivesse, na Presidência da República, um homem que negasse um gesto, quando dele brotaria a liberdade, brotaria a democracia, brotaria tudo.

Não! As razões de Estado são muito mais profundas, muito mais difíceis. O mecanismo de operação do poder, num país moderno, exige muito mais do que gesto de vontade, confluência de determinações e de opiniões.

**O Sr. Paulo Brossard (Rio Grande do Sul) — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?**

**O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão) —** Ouço, com muita honra, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.



O Sr. Paulo Brossard (Rio Grande do Sul) — V. Ex<sup>a</sup> está exarando a sua opinião, não está traduzindo a minha.

O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão) — Lamento ser um péssimo intérprete da opinião de V. Ex<sup>a</sup>.

O Sr. Paulo Brossard (Rio Grande do Sul) — Queria fazer o registro, até no sentido de colaborar com o seu discurso.

O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão) — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, com o pouco tempo de que dispus, para tentar uma análise mais profunda do fenômeno da própria Revolução, para que não ficássemos apenas no jogo floral das frases, para que não ressuscitássemos apenas o Parlamento romântico, mas ressuscitássemos, também, um Parlamento atuante, sintonizado com o País moderno, que é o Brasil, procurei fazer uma análise do que na realidade aconteceu, ou acontece com a Revolução e seu problema institucional.

Não pensem V. Ex<sup>as</sup>, de nenhuma maneira, que este Senador lá do Norte, do Maranhão, de um Estado mediterrâneo, entre duas áreas, uma com águas demais, outra com águas de menos, não tenha tido também permanentemente, a angústia institucional, não tenha sentido o drama das dificuldades que o País tem atravessado. Tenho visto dos dois ângulos. Num tempo de liberdade total, de leis excepcionais e garantias totais, lá no meu Estado, perdido, em grande parte do interior do Brasil, também essa liberdade não existia e a violência medrava de tal maneira que ninguém tinha, embora houvesse a lei, direito a nada — nem à vida, nem à propriedade.

A Revolução veio e fez desaparecer as oligarquias e melhorou essa situação.

Em 1964, a Revolução tinha o objetivo de conjurar uma situação de fato: a desordem econômica e social, a ameaça comunista, a desintegração das Forças Armadas, que se vinha manifestando através dos princípios hierárquicos e a corrupção administrativa.

As circunstâncias constituíam o seu material de aglutinação e de ação. Ela não tinha uma formulação de como criar um sistema capaz de evitar a existência dos males, que atingiam a sociedade brasileira e, ameaçavam despedaçá-la. Os objetivos de modernização, de racionalização da administração pública, um projeto econômico ou um projeto político, nada disso existia. As aspirações do País, repressadas e contidas, em busca de uma sociedade aberta, não estavam claras. Os próprios chefes militares vitoriosos não tinham a noção de que a Nação estava preparada, não somente para um movimento militar, mas para uma verdadeira revolução.

Essa falha era também de todos nós, políticos, que os acompanhavam e nenhum de nós tinha qualquer previsão quanto aos caminhos do futuro ou objetivos pragmáticos de como construir esse futuro.

É didático, sob esse aspecto, analisar o Ato Institucional nº 1 que nos dá a exata noção do difuso ideário inicial dos episódios de Março de 64 e seus objetivos. O seu enunciado, de brilhante formulação doutrinária sobre a legitimidade constituinte das revoluções, diz que a rebelião destina-se à

“... reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil”.

A filosofia é uma filosofia de reconstruir. Não desejava inovar. A aspiração era a Constituição de 1946, que se julgava estar deturpada em seus fundamentos, pelo exercício deformado dos institutos constitucionais. Também, o Ato Institucional nº 1 limitava o seu tempo para não “radicalizar o processo”.

A análise que se faz é que a Revolução era uma Revolução profilática. Para atingir esse fim, ela confirmou o sistema constitucional e não declarava nenhuma vontade de construir, institucionalmente, alguma coisa além da restauração dos princípios da Constituição de 46.

A fermentação social, os baixos padrões administrativos são tidos como um processo cuja responsabilidade cabia apenas aos operadores.

O movimento, instrumento dessa vontade histórica, ao sabor da batalha, não tinha a exata noção da sua destinação. A tarefa de impor a ordem fez com que, naquele instante, não aparecessem nem teóricos, nem pensadores.

Corresponde ao Governo do grande estadista Castello Branco — e aqui faço um reparo sobre o que foi dito ontem, nesta Casa — corresponde ao Governo do grande estadista Castello Branco a tarefa de tentar formular uma doutrina revolucionária.

Os enunciados do AI-1, o documento básico do Movimento, começava a ser ultrapassado pelos acontecimentos e seus objetivos começavam a envelhecer.

Verifica-se, então, que é inviável a tentativa de conviver a Revolução com a ordem constitucional de 1946. A limpeza de pessoas e processos não era o tudo desejado e suficiente para ordenar os anseios e as necessidades do País. As lideranças civis do Movimento desintegram-se. Os grupos militares radicais exigem mais dureza de comportamento e imputam o Governo de incompetência e de frustrar a sua base de sustentação. O País é sacudido de alto a baixo. De todas as bandas surgem ansiedades, desejando que todas as coisas fossem feitas ao mesmo tempo. As opiniões se dicotimizam. Os angelistas não vêem obstáculos, senão nos gestos do poder, e os realistas aproveitam os ressentimentos.

A essa teia tremenda de dificuldades o espírito público de um estadista extraordinário começa a construir, a tecer a difícil manta de um país moderno. Empreende as reformas. Toca no arcabouço administrativo, impõe condutas e procura salvar o que restava das instituições em frangalhos.

Os jovens técnicos começam a aparecer e chegam aos postos públicos, onde iniciam um processo de absorção de influência. A classe política não sabe por onde caminhar. Perplexa, resiste às mudanças e, através do Congresso, tenta impor um estilo que está nas leis, mas não está mais na moda. Somam-se os ressentimentos e torna-se impossível ao Presidente Castello Branco manter o equilíbrio. A classe militar está descontente e o setor político sem unidade.

Para salvar a verdadeira Revolução é impossível, a esta altura, a convivência do instrumental jurídico que servira ao sistema deposto com as necessidades de ação administrativa e reformas de toda natureza que estavam em marcha.

A Revolução sente, então, que não é mais um simples episódio dramático da deposição de um Presidente ou salvar um Congresso ou uma Constituição. Ela está montada num País que quer conter a inflação, aumentar sua renda *per capita*, ter uma parcela de poder no mundo. Ela tem que ir mais longe e está sendo empurrada para esse objetivo. O Presidente Castello Branco, então, é obrigado a retomar as medidas de exceção. Seu espírito de democrata sofre, mas o mais importante é evitar o caos.

E muitas vezes, na vida pública, quantos de nós não têm tido a oportunidade de enfrentar esses problemas.

Surge o Ato Institucional nº 2. Este documento é um divisor de conduta.

O Sr. Heitor Dias (Bahia) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão) — Dou o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

O Sr. Heitor Dias (Bahia) — A exposição de V. Ex<sup>a</sup> e a sua análise são perfeitamente corretas. O conhecimento da verdadeira situação que vigorava no País, àquela época, é que veio determinar medidas outras que as circunstâncias impuseram. Para que se compreenda a verdade da afirmativa, basta que se tome conhecimento de que o Presidente Castello Branco assumiu o poder com o tempo limitado. Veio Sua Excelência apenas completar o mandato do Presidente deposto. Pela primeira vez na História, vê-se o Chefe de uma revolução limitar o próprio poder. Isto basta para demonstrar o espírito genuinamente democrático que inspirou o Movimento de Março de 1964.

O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão) — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Heitor Dias.



Ao contrário do AI-1, que silenciava sobre a estrutura política, o AI-2 é reformador e não conservador. Enquanto o primeiro desejava a Revolução, para manter as Instituições de 46, o AI-2 denuncia a impossibilidade de conviver com elas e abre drasticamente o seu novo itinerário, realisticamente procurando adaptar a democracia que tínhamos com a democracia que podíamos ter.

O AI-2 diz que foi editado pelo fato de estar sendo "desafiada a ordem revolucionária".

"precisamente no momento em que esta, atenta aos problemas administrativos, procura colocar o povo, na prática e na disciplina do exercício democrático."

Pela primeira vez a Revolução entra no problema político, ao formular diques ao exercício da democracia concebida nos moldes de 46. Então, surge a definição, que passará a ser a base de uma ação nova:

"Democracia supõe liberdade, mas não exclui responsabilidade nem importa em licença."

Seguindo essa orientação, o AI-2 entra no problema institucional e inicia a abertura de seu próprio caminho: extingue os partidos políticos, reformula fundamentalmente o problema da Federação e obriga para a formação de novos partidos uma sistemática, na qual é possível, na prática, somente a existência de dois partidos.

**O Sr. Paulo Brossard (Rio Grande do Sul)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão)** — O recesso do Congresso passa a ser viável em termos legais, e nitidamente vê-se que o balanço dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário debilita-se em sua forma clássica, e é marcado o primeiro passo para um Executivo forte, ao exemplo das tendências em vigor no mundo moderno. A partir daí a democracia romântica está fadada a ser uma página do passado. Ela deu o respaldo ao movimento militar, mas, será, também, a primeira a sucumbir no processo de modernização das estruturas brasileiras, numa manifestação autofágica. Cumpre-se, assim, o determinismo de Nabuco de que nenhuma revolução é feita sem os exaltados, mas "com eles é impossível governar".

A tentativa do AI-2 era uma tentativa desesperada para manter as linhas Constitucionais de 46, embora reconhecendo a necessidade de modificações profundas. Mas a essa altura era impossível a sua manutenção. A dinâmica revolucionária, já em conflito inevitável com o Poder Legislativo, retira deste uma soma de poderes, restringe-lhe as competências, e o Congresso, como um pássaro ferido, debate-se. Nada o fará ressuscitar aos dias gloriosos da política do discurso e do apaixonado debate ideológico. Afinal de contas, a sua ação correspondia a um país mergulhado em um mecanismo estatal arcaico que começava a ruir. Em breve a Nação daria mostras de arrancar para a aventura acelerada da sociedade industrial com os altos níveis de desenvolvimento. Racionaliza-se tudo. A administração passa a ser comandada pelo critério da impessoalidade e da seleção. O apadrinhamento desaparece das nomeações e começa a ter mais força — pois já estava inserida no processo — a classe dos técnicos, os novos burocratas mobilizados para ocupar um vazio de poder que cada vez mais estava rarefeito. Os militares chamados para a luta terrorista e em fase de reorganização profissional buscavam alcançar níveis ótimos de operação a curto prazo para enfrentar suas novas tarefas e a administração pública lentamente era ocupada pelos jovens turcos — os tecnocratas. Os políticos estavam estáticos e imobilizados: a Revolução se fizera e se consolidava sem ninguém dentre eles que, fosse a expressão da confiança revolucionária. Assim, eram tolerados, mas, não podiam ser confiados. O Ato Institucional nº 2 veio para tentar ainda uma solução de convivência, isto é, da participação da estrutura política nos novos instrumentos de Poder, tentativa buscada pelo gênio político do Marechal Castello Branco. Era uma intenção de dar-lhe uma outra maneira de existir

ajustá-la à nova ordem. Para isso resolveu-se criar novas regras para o jogo. A primeira delas seria a extinção dos partidos existentes, e a criação, de dois, para evitar a proliferação que existia, procurando salvá-los da tempestade.

#### Partido nacional, uma quimera

O Brasil sempre teve partidos regionais. Constitucionalmente só em 1946 a Lei Maior determinava a existência de partidos de âmbito nacional. Durante toda a história brasileira, somente em duas oportunidades, as revoluções manifestaram o desejo de abolir a vida partidária: foi em 1889, na Proclamação da República e em 1937, no golpe do Estado Novo. Com a edição do AI-2 a Revolução de 64 não se conformava com a classe partidária que o país possuía, mas, não era contra a atividade partidária e daí sua manifestação para que passassem a se aglutinar de outra maneira.

A revolução partia do conceito de que a fonte do poder deveria ser o partido político, como um grupo de pressão que se organiza livremente nas sociedades democráticas para conquistar o poder. A ele, juntam-se todos os outros grupos que desejam influenciar as decisões. Mas, ele — o partido — será o ponto de equilíbrio dentro da sociedade e canalizará para o centro de decisão, a média das opiniões, objetivando com essa função, determinar as condutas do governo. Os *checks and balances*, aí, terão o seu leito normal e democrático. Ao optar pela presença dos partidos a Revolução manteve sua opção democrática e ao optar pela prática do bipartidarismo, demonstrou uma tendência, e deu indicações de um modelo.

Os partidos no Brasil sempre foram partidos regionais, formados em termos de pessoas e não de idéias. Em 45, quando a lei Agamenon Magalhães obrigou-os a serem nacionais, a pressão estadual foi tão forte que os agrupamentos regionais ressurgiram com uma legenda que era nacional apenas no nome, mas, na realidade continuava a formação de partidos estaduais. O PR era um partido nitidamente mineiro, era um partido do ex-Presidente Bernardes. O Partido Libertador era um partido Rio-grandense, dos maragatos, tendo à frente Raul Pila e seus antigos líderes. O PSP era um partido do Sr. Ademar de Barros, de São Paulo, o mesmo acontecendo com o PTN do Sr. Hugo Borghi. Fora do seu "habitat" natural, eles eram apenas abrigo de dissidências regionais, que por sua vez eram partidos locais em busca de estrutura legal de sobrevivência. Esse costume do partido regional passou a ser tão forte que chegamos a ter mais de uma dúzia de organizações partidárias. O voto proporcional facilita essa proliferação. Duas maneiras existem de combater esse mal. Quando se cria o voto distrital, inevitavelmente, os partidos atuantes se reduzem a dois. Não desejando mudar o voto proporcional pelo voto majoritário, a Revolução obrigou a existência do bipartidarismo e criou óbices de natureza prática para formação de novos partidos, numa fórmula menos traumática, mas, nem por isso menos incoerente. "La representación proporcional crea el multipartidarismo, mientras que el escrutinio mayoritario de una vuelta lleva al bipartidarismo", segundo (Mora). Caso a Revolução já tivesse objetivos políticos definidos, no momento em que adotou os dois partidos teria de, inapelavelmente, criar o voto distrital. Não o fez, porque, o Ato 2 ainda não estava na fase de construir, mas, de corrigir as distorções do sistema de 46. Acrescente-se, ainda mais, as dificuldades formais de sua implantação, com uma classe política heterogênea e um país de situações contrastante e diferentes espalhadas por um território continental. Como vimos, a extinção dos partidos visava a extinguir uma fonte de desmoralização do sistema, ou seja, a sua proliferação desordenada, sem outra significação senão a de sobrevivência de oligarquias pessoais ou de grupos estaduais.

**O Sr. Paulo Brossard (Rio Grande do Sul)** — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?

**O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão)** — Com muita honra, ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

O Sr. Paulo Brossard (Rio Grande do Sul) — Só queria dizer a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador, que, com relação talvez à primeira proposição adiantada, quando do exame do que se seguiu ao Ato Institucional nº 2, V. Ex<sup>a</sup> falou que a democracia era a liberdade mas também deveria ser a responsabilidade. Fora de toda a dúvida. Agora, pelo amor de Deus, não foi descoberta do Ato Institucional nº 2 isto. Não há democracia, sem responsabilidade, e o que se pode dizer — e muitas vezes foi dito da tribuna Parlamentar — é que um dos grandes males do Brasil de então era, exatamente, a falta de responsabilidade. Perdoo-me a interrupção.

O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão) — Devo esclarecer a V. Ex<sup>a</sup> que, na análise que estou fazendo, justamente queria estabelecer a diferença entre o Ato Institucional nº 1 e o Ato Institucional nº 2. Enquanto no Ato Institucional nº 1 o que se desejava era a manutenção da Constituição de 1946, que achava todos os males do País vinham dos homens que imperfeitamente realizavam esses ideais, já no Ato Institucional nº 2 se entrou no problema político. A Revolução saía do seu leito, para buscar o seu próprio destino político. Eu acho que é a partir daí — V. Ex<sup>a</sup> que conhece tão bem o fenômeno das revoluções, sabe que elas constroem o seu próprio destino e uma vez iniciado o processo, ele se desenvolve na dinâmica dos seus próprios interesses, porque nenhuma revolução se deixa contestar — evidentemente nesse seu caminho que ela, a partir do Ato Institucional nº 2, tentou balizá-la com o exercício da liberdade, com responsabilidade, que está no preâmbulo do Ato Institucional nº 2. É um chamamento desse ponto de vista, para um caminho a seguir a partir de então. A Constituição de 67, cujo retrato V. Ex<sup>a</sup>, ontem, tão duramente pintou nesta Casa, nada mais era do que uma tentativa de dar uma Constituição moderna que possibilitasse instrumentos ao Poder Executivo e que, ao mesmo tempo, fosse uma Constituição possível dentro do nosso tempo porque, na realidade, essa imutabilidade das Constituições não é uma realidade, pode ser uma quimera teórica mas não é uma realidade no mundo contemporâneo. A não ser os Estados Unidos, que vão comemorar agora duzentos anos no seu arcabouço constitucional, que também é fragmentado, mas que basicamente constitui aquela peça que Jefferson escreveu — e tinha tanto orgulho dela que apenas pediu esta inscrição no seu Túmulo: "Fundador da Universidade de Virginia e autor da Declaração da Independência dos Estados Unidos".

Ouçó, com muito prazer e honra, o aparte de meu Colega Jarbas Passarinho, que já faço esperar por bastante tempo.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Realmente, ele seria oportuno no início. Agora fico extremamente constrangido porque entro na sepultura de Jefferson quando V. Ex<sup>a</sup> me dá a oportunidade do aparte.

O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão) — V. Ex<sup>a</sup> jamais a profanará: V. Ex<sup>a</sup> também é um democrata.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Muito obrigado. Mas V. Ex<sup>a</sup>, como homem da Amazônia que é, tão brilhante e respeitado por todos nós, iniciou o seu discurso justamente revoltado com aquelas afirmativas que a mim me pareceram pouco prudentes. Lástimo que o nobre Senador pelo Paraná não esteja presente, porque duas afirmativas foram feitas, e estão perfeitamente inseridas na parte inicial do discurso do nobre Senador José Sarney, e me parecem facilmente contestáveis. A primeira é quanto a essa famosa questão de endividamento brasileiro. Ouvimos aqui, no ano passado, e tenho a impressão de que debatemos com o nobre Senador Franco Montoro essa questão, a partir do primeiro discurso do Ministro Mário Simonsen quando S. Ex<sup>a</sup> mostrou que ao fim do ano de 1973 o índice de liquidez, portanto, relação entre dívida líquida e exportação brasileira, em toda a História do Brasil, desde que há estatística para este campo, era o melhor de todos, significava 1,1. O que quer dizer que o Brasil, com apenas um ano e um mês de exportações, resgataria o seu débito no mundo. Creio, portanto, que sendo como é profundamente

te honesto o Senador Leite Chaves, ele terá a oportunidade de, em face de documentação condigna e de credibilidade indiscutível, reformar o seu conceito. Peço apenas a S. Ex<sup>a</sup> nos dê oportunidade de lhe dar, por nosso turno, esse testemunho documental! Segundo: — Toca a mim, toca a V. Ex<sup>a</sup> e toca aos amazônidas que estão aqui presentes — perdão, a Transamazônica não foi uma estrada não planejada. A estrada não planejada, que não teve projeto, foi a estrada Belém—Brasília, realizada em boa hora pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Mas, a Transamazônica, não. Era eu o Ministro do Trabalho e recebi do DNER um pedido de participar dos seus estudos preliminares. Mais tarde, portanto anos depois, Ministro da Educação, é que ela veio a se realizar, sendo o mesmo o Ministro dos Transportes, que era o nobre Coronel Mário Andréazza. Participei, no Palácio do Planalto, de uma reunião convocada que fui, em caráter excepcional, pelo Presidente Médici, não como Ministro da Educação, mas, como Senador pelo Pará, e a Transamazônica foi traçada segundo os mais modernos requisitos da técnica de construção de rodovias. É, portanto, uma injustiça, que eu creio não intencional, que o nobre Senador Leite Chaves fez quando se referiu à construção da estrada. Relativamente aos outros problemas a que ele aduziu, como por exemplo, a pouca fertilidade da terra, é assunto que teremos oportunidade de discutir aqui, em profundidade. Apenas eu não queria passasse esta oportunidade, e teria sido, talvez, mais cômodo para mim no início do discurso de V. Ex<sup>a</sup>, quando lembrou na Amazônia, exatamente, a construção dessa estrada.

O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão) — Muito obrigado, meu ilustre colega Jarbas Passarinho.

O Sr. Helvídio Nunes (Piauí) — V. Ex<sup>a</sup> me permite uma breve intervenção?

O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão) — Com muita honra, Senador Helvídio Nunes.

O Sr. Helvídio Nunes (Piauí) — Gostaria de complementar, se é possível que tal ocorra, o aparte do Senador Jarbas Passarinho. É que, quando o Senador Leite Chaves se manifestou contrário à construção de Itaipu, talvez tenha falado como nordestino que é, extravassando sentimentos seculares mas que, hoje, não mais existem em nossa alma. Quando S. Ex<sup>a</sup> se colocou contra a Transamazônica, tenho a absoluta certeza de que não falou em nome do povo do Paraná.

O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão) — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

O Sr. Itamar Franco (Minas Gerais) — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador José Sarney?

O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão) — Com muita honra, Senador.

O Sr. Itamar Franco (Minas Gerais) — Eu apenas queria pedir que antes de encerrar as suas palavras, V. Ex<sup>a</sup>, me concedesse, no final, um aparte, por favor.

O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão) — Está concedido.

O Sr. Itamar Franco (Minas Gerais) — Eu gostaria no final, Ex<sup>a</sup>, para não atrapalhar.

O Sr. Orestes Quércia (São Paulo) — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão) — Com muita honra, Senador.

O Sr. Orestes Quércia (São Paulo) — Quero lamentar que a maioria dos colegas de V. Ex<sup>a</sup>, da ARENA, não esteja aqui, recepcionando o Ministro da Previdência Social, quando, na verdade, talvez, fosse melhor o deixasse esperar um pouco, porque, milhões de bra-

sileiros esperam nas filas da Previdência, nos ambulatórios, durante toda a noite — que não funcionam, diga-se de passagem. Mas eu gostaria, também, de esclarecer a V. Exª que o meu aparte talvez fosse mais oportuno naquela hora em que eu o pedi. Agradeço, da mesma forma, a V. Exª por ter-me concedido neste instante. Temos lido nos jornais que a ARENA, agora, vai iniciar um processo de ofensiva parlamentar. Lamento que esse processo seja iniciado com contradições à unidade da ARENA, já que V. Exª, no início, lamentou os discursos dos Senadores do MDB, uníssonos, coerentes, uns com os outros, pedindo a redemocratização, pedindo uma nova Constituição, demonstrando V. Exª que é contrário a essas reivindicações. Vejo, na última edição da Revista *Visão*, uma entrevista do nobre Senador Magalhães Pinto, Presidente desta Casa, em que S. Exª diz que, "quando se cogitar da elaboração de uma nova Constituição, que, por certo, será objeto de projeto, remetido ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, os textos, tanto da Constituição de 67 como da Constituição de 69, servirão como fonte de referência," etc. A ARENA parece não ter uma unidade de pensamento, porque o Presidente desta Casa, o honrado Senador Magalhães Pinto, reconhece a necessidade de nova Constituição, tanto que anuncia esta nova Constituição. E V. Exª, ao contrário, reclama e repudia aquelas que reivindicam esta nova Constituição.

**O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão)** — Eminentíssimo Senador Orestes Quêrcia, V. Exª não vai, num simples aparte, negar toda uma luta que têm havido aqui nesta Casa, em favor da redemocratização do País. Quando V. Exª estava nos comícios gloriosos de São Paulo, em que os Deputados e os Senadores do partido de V. Exª eram apenas poucos, jamais deixei, nos momentos em que não se falava neste assunto, de batalhar pela institucionalização, pelo encontro imediato de soluções que pudessem trazer a normalidade democrática ao País.

Mas, não posso fazer concessões; nem V. Exª em nome do Estado que representa, o grande Estado de São Paulo. E quem diz São Paulo, diz mais da metade do Brasil — Estado pioneiro que deve ser um orgulho para V. Exª, como o é para todos os brasileiros. V. Exª, em vez de nos dizer das filas do INPS, traga a sua experiência. Diga ao Ministro, que aí está, qual é a contribuição de V. Exª para solucionar as filas, e acredito que ele a receberá. Quando eu disse que o Presidente do MDB pintava, como todos pintavam, um quadro sinistro do País, eles deviam dizer quais são os pontos da Constituição que desejam ver modificados. Mas disse que não, que a modificação é de ponta a ponta. Envolve a Federação? Envolve os direitos humanos? Ora! O Presidente do Partido de V. Exª, com as responsabilidades que nós hoje temos todos, neste instante, não podemos cometer, e muitos dos líderes do Partido de V. Exª não têm cometido, essas pequenas falhas. Porque hoje, a redemocratização do País depende mais de esforço de estadista de todos nós do que de afirmações eleitoreiras, do que da busca de manutenção e ampliação de bases eleitorais, do que da vista de aspirações políticas do futuro, porque, na realidade, se cada um de nós assumirmos, com a nossa responsabilidade no presente, ajudaremos, isto sim, à institucionalização, e já, do Brasil.

O Presidente Geisel está à frente desse processo e está concitando todos nós para essa tarefa. E é para aí, justamente, que nós devemos chamar o Movimento Democrático Brasileiro, para que ele saia da campanha da ampliação da base eleitoral que ele teve, para vir para cá, concretamente conosco, ajudar o Governo a vencer as suas dificuldades. E ele tem dificuldades...

**O Sr. Orestes Quêrcia (São Paulo)** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão)** — A violência. Sim, a violência existe. A violência é realmente um dos males do mundo contemporâneo e do mundo de hoje: a desmistificação da paz e da guerra, que se alastra por todo lado; as violências do Estado e as violências fora do Estado. E não vá V. Exª pensar que algum de nós jamais pode aliar-se a qualquer processo de violência e que sejam V. Exª só que tenham a coragem de abordá-los.

Não! Condenemos a violência e lutemos para que ela não exista. Lutemos para que possam ser punidos os culpados. Mas não nos esqueçamos, jamais, de que essa não é uma tarefa romântica que se faz, como se se arrancasse um cravo da lapela e se jogasse a uma namorada na janela...

**O Sr. Orestes Quêrcia (São Paulo)** — Permite V. Exª um aparte?

**O Sr. Franco Montoro (São Paulo)** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão)** — ...como se se arrancasse o chapéu, numa arena, e o lançasse a uma princesa, debruçada para ver a luta. Não! E aí, busco as palavras do Senador Paulo Brossard:

"É uma tarefa dura, difícil a sua tessitura, uma luta que não vai acabar nesta geração e ainda vai perdurar por muitas e muitas gerações. É a luta do homem contra a violência."

**O Sr. Orestes Quêrcia (São Paulo)** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão)** — Talvez um dos maiores fracassos de todos nós, da nossa geração política, que sonhou com a existência, neste Século XX, de um Estado harmônico, da Revolução da Bondade, impregnados todos nós da Teoria dos Três Estados, da dialética de Hegel. E chegássemos aqui e encontrássemos o mundo, neste Século XX, em que tudo corresse às mil maravilhas. Mas nós, políticos e estadistas de nosso tempo, estamos vivendo num século de palavras nostálgicas. Mas, nem por isso devemos deixar de lutar e de reconhecer que a luta de V. Exª não é maior do que a luta do nosso Partido nem a do Senhor Presidente da República. V. Exªs estão no dever de colaborar, não de tumultuar. Quando V. Exªs pintam o painel do Brasil como estão pintando, V. Exªs estão desservindo à própria redemocratização, porque devemos pegar os pontos positivos, as veredas abertas e ampliá-las. Não podemos negar, como vi aqui, nesta tarde, negar-se obras de orgulho nacional, como a Transamazônica e Itaipu — vi negar tudo isto e negar-se tudo —, quando, na realidade, devemos procurar com as nossas mãos, mãos do nosso Partido e do partido da Oposição, contribuir, fazendo oposição, sim. Venha V. Exª, Senador Orestes Quêrcia, e traga o seu programa para melhorar a Previdência Social; venha V. Exª, Senador Leite Chaves, e traga um projeto para melhorar as condições do projeto de Itaipu. Traga V. Exª soluções. Que V. Exª não veja a ponte Rio-Niterói como está vendo. Então, sim, porque este é o Senador da República, que hoje se coloca à frente do País, na restauração do Poder Legislativo, na imagem que ele deve ter no País.

**O Sr. Leite Chaves (Paraná)** — Senador José Sarney, V. Exª permite um aparte?

**O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão)** — Darei em seguida o aparte a V. Exª.

É assim que devo responder a V. Exª, Senador Orestes Quêrcia, quando V. Exª arrebatou de todos nós, mal chegado aqui, desconhecendo talvez a luta de tantos anos, esta bandeira que somente V. Exª quer empunhar: a bandeira da restauração absoluta e imediata da Democracia. V. Exª quer uma "Primavera de Pragas" para o Brasil, isto é, que todas as conquistas sejam esmagadas. E nós, queremos é uma floresta na qual as árvores tenham o tempo da eternidade — de raízes profundas como deve ser a nossa Democracia, e não que a nossa Democracia sejam flores de uma primavera que morra, em seguida, sob o tacão das botas da Eslováquia.

**O Sr. Orestes Quêrcia (São Paulo)** — V. Exª permite um aparte?

**O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão)** — Concedo o aparte a V. Exª.

**O Sr. Orestes Quêrcia (São Paulo)** — V. Exª está entusiasmado. Evidente que é um belo discurso. Não quis retirar de V. Exª o brilho da sua luta nesta Casa porque reconheço a sua luta política, eficiente, dinâmico e inteligente Senador. Apenas, quis levantar o problema de

uma alegação de V. Ex<sup>a</sup>, quando lamentava que Senadores da Oposição — que nada têm de contestação — venham, aqui, reivindicar a nova Constituição que V. Ex<sup>a</sup> acaba de repetir, neste instante, que não deve ser reformada *in totum*. E o Presidente Magalhães Pinto, em entrevista na última revista *Visão*, esclarece muito e fala que o Governo vai mandar uma nova Constituição.

**O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão)** — Mas a que o Senador Magalhães Pinto diz que o Governo vai mandar é baseada na Carta de 1967. E o Presidente do Partido de V. Ex<sup>a</sup> diz...

**O Sr. Orestes Quêrcia (São Paulo)** — Vai servir de ponto de referência.

**O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão)** — ... que se deve fazer uma nova, modificada de alto a baixo! Não fica nada!

**O Sr. Orestes Quêrcia (São Paulo)** — O Presidente Magalhães Pinto diz que as Cartas de 1967 e 1969 vão servir de ponto de referência. Evidentemente, todas as outras Cartas vão servir de ponto de referência.

**O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão)** — Apenas de ponto de referência.

O Partido de V. Ex<sup>a</sup> não tem nenhum ponto de referência, e é isso que eu quero dizer. Já o nosso Partido está com dois pontos de referência e o Partido de V. Ex<sup>a</sup> diz que quer modificar de alto a baixo. (Trocam-se apartes simultâneos.)

**O Sr. Orestes Quêrcia (São Paulo)** — Eu queria salientar que a posição de V. Ex<sup>a</sup> não se coaduna bem com a posição do Presidente desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** (Fazendo soar a campainha.) — Nobre Senador José Sarney, a Mesa avisa a V. Ex<sup>a</sup> que seu tempo está terminado.

**O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão)** — Sr. Presidente, eu não vou poder, evidentemente, dar continuidade ao meu discurso, mas não queria deixar de propiciar o debate. Acho mais importante do que qualquer coisa que se tenha a dizer, ouvir o que os companheiros têm a falar. Então, eu preferia ouvir os apartes de todos os eminentes Colegas que desejam apartear-me e, em seguida, concluirei o meu discurso.

**O Sr. Gilvan Rocha (Sergipe)** — Então, eu me acho inscrito, em primeiro lugar. Apesar da perda da oportunidade, já que V. Ex<sup>a</sup> não me concedeu na hora aprazada — mas apenas para uma observação sobre a Previdência Social. V. Ex<sup>a</sup> acaba de decretar a falência da Previdência Social quando faz apelo ao MDB para que traga a fórmula de salvar a Previdência e acabar com as filas.

**O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão)** — O Senador Quêrcia é que denunciou ela encontrar-se dessa maneira.

**O Sr. Gilvan Rocha (Sergipe)** — Diremos a V. Ex<sup>a</sup> que efetivamente contribuiremos, pois o pensamento da Oposição é esse. Evidentemente, tentaremos — nesta hora, sim! — resolver os maiores problemas nacionais, quando tivermos o Executivo. E isto já se aproxima, Excelência!

**O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão)** — Saudemos o MDB!

**O Sr. Orestes Quêrcia (São Paulo)** — Saudemos a Oposição!

**O Sr. Itamar Franco (Minas Gerais)** — V. Ex<sup>a</sup> permite, agora, o meu aparte?

**O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão)** — Ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Itamar Franco (Minas Gerais)** — No início de sua fala não quis interrompê-lo. V. Ex<sup>a</sup> se referiu a que nós, do Movimento Democrático Brasileiro, aqui falamos coisas que não levamos em nossa campanha. De minha parte, na abordagem que fiz no campo institu-

cional — lamentavelmente não pude contar com a presença de V. Ex<sup>a</sup> aqui em Plenário — levantei, ainda que ligeiramente, o problema do minério das Minas Gerais: falei do problema de segurança de incêndio nos grandes conglomerados urbanos, e propus à Casa uma modificação do Regimento Interno. Há poucos dias, em aparte a V. Ex<sup>a</sup>, pude falar da descoberta de fosfato na cidade de Patos de Minas, nas minhas Minas Gerais. V. Ex<sup>a</sup> citou Bernardo de Vasconcelos, por certo referindo-se a Bernardo Pereira de Vasconcelos, mineiro nascido em Ouro Preto, estadista do Império. Não é verdade, Excelência?

**O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão)** — Evidentemente.

**O Sr. Itamar Franco (Minas Gerais)** — Eu me permitiria, escudado na liberalidade e gentileza de V. Ex<sup>a</sup> ao me conceder este aparte, reproduzir palavras do Barão de Rio Branco, no livro de Milton Campos, sobre Bernardo Pereira de Vasconcelos, líder da Voz Popular, tribuno infatigável e inflamado da Oposição. Dele disse Rio Branco:

“O conceito consagrado que se diz de Bernardo Pereira de Vasconcelos, — reafirmo, é do Barão de Rio Branco —” foi no reinado de Pedro I e no período das Regências, o verdadeiro mestre do parlamentarismo no Brasil. Ninguém combateu com mais constância do que ele pelo estabelecimento de um governo livre.” Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão)** — V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Itamar Franco, vem apenas sangrar na veia da saúde. Acho que V. Ex<sup>a</sup> não entendeu o sentido das minhas palavras quando quis justamente mostrar a esta Casa que a angústia institucional da liberdade é uma constância, e que ao mesmo tempo, um homem que tem essa angústia, essa aspiração, em determinado momento e instante é obrigado, por razões de Estado, a assumir posições autoritárias que são transitórias, que não são definitivas, apenas buscando alcançar um objetivo maior.

Pois bem, eu disse que Bernardo Pereira de Vasconcelos, ele também, no tempo da Regência, teve oportunidade de defender soluções firmes, ele que tinha sido um grande liberal. São episódios na esteira do Senador Paulo Brossard.

Isso não entra em choque, absolutamente, com nada, nem com a reverência que temos por Bernardo Pereira de Vasconcelos, um dos maiores parlamentares deste País, homem extraordinário cujas idéias fundamentais e institucionais foram colocadas na nossa Constituição, em nosso destino. Ele foi um desses construtores. Quando o Brasil começava, como um País livre, aqueles poucos homens que vinham a cavalo para a Constituinte, implantaram as idéias liberais que germinaram ao longo do tempo. E aqui V. Ex<sup>a</sup> me dá a chave para, realmente, concluir as minhas palavras.

O País está amadurecido para sair do campo difuso das aspirações e iniciar a tarefa concreta de encontrar a fórmula de conciliar o seu desenvolvimento com um sistema institucional que sem colocar em risco a continuidade de êxitos materiais possa chegar ao leito prático dos mecanismos democráticos. Desenvolvimento e liberdade, segurança e democracia são palavras em busca de uma combinação adequada. Todos acham que é necessário sair das circunstâncias, das leis de exceção editadas dia a dia, para uma base institucional estável que possa gradativamente criar um suporte definitivo, além dos homens e dos Governos, para respaldar a responsabilidade e a tarefa já vislumbrada de um Brasil com graves encargos mundiais de potência.

Não há instituição política duradoura que tenha nascido perfeita e não necessite do exercício do tempo para sublimar-se, com uma dinâmica de melhoria. As fórmulas de Governo importadas e sem máculas, fruto de composições arbitrárias, elaboradas em anêlicos laboratórios ou adivinhadas pela luz da força, tendem ao serem transplantadas para a realidade a alcançar objetivos inversos daque-

les que se propõem e pelo exercício se decompõem e se corrompem. Um grande país, como o nosso, não pode se dar ao luxo das improvisações nem dispensar por desnecessárias a estabilidade constitucional e a aspiração de objetivos políticos permanentes. Isto não quer dizer que estejamos no terreno movediço das crises insolúveis ou de caminhos que não levam a nada, mas, que a meta democracia é importante e vital e não pode ser postergada.

Também, não está implícito que este fato possa acontecer pela inércia do tempo. Ele será obra de decisão, de vontade e da lucidez dos homens. E um país, tão fértil em fórmulas próprias de grande êxito, não pode ser estéril nesse terreno. Esta é a hora da criatividade política e deve estar sua elaboração tanto quanto o econômico na mesa do planejamento.

A democracia não está em crise no mundo atual. A crise da democracia é a crise de transição dos valores do nosso tempo. As inspirações e aspirações democráticas estão intocáveis e não há notícia de nenhuma descoberta recente que oferecesse outra alternativa melhor nem foi vislumbrada nenhuma forma de governo que pudesse superá-la. Os exemplos de algumas outras buscas ocorridas nas décadas de 30 e 40 constituem as maiores catástrofes políticas e humanas do nosso século. O sonho brasileiro não é o de ser reserva técnica, importador de mercadorias e cultura das grandes potências. Até mesmo a nossa situação geográfica, sem contigüidade de economias poderosas como fator de crescimento — o caso do Canadá — mostra como esse tipo de colonização não pode invadir nossas fronteiras. No fim deste século estarão claros os contornos definitivos do mundo do próximo milênio. A nossa participação planetária em todos os setores da vida não está fora da nossa obstinação nem como povo, nem como Estado. O Brasil é o último dos grandes países de extensão territorial a ocupar o vazio de seu peso político na distribuição do poder no mundo. Não podemos correr os riscos da pressa institucional sem objetivo definido, mas, não podemos cometer o crime do seu esquecimento, a lacuna de sua falha na preparação desse tipo de missão que nos está reservada e atrasarmos a ocupação do nosso lugar pela falta desse embasamento no mundo do século XX. O planejamento que é o nosso Deus não pode abominar esse setor, como um terreno infenso a sua área de atuação prioritária, como desnecessário e até mesmo contrastante. A substituição da democracia pela burocracia é uma doença do nosso tempo, mas, não é uma saúde obrigatória às grandes nações. Ao contrário, se há uma luta nos países de velhas e vitoriosas instituições políticas é a luta contra a deformação das invocações técnicas que transformaram a burocracia num instrumento de eficiência governamental, mas, num perigoso *by pass* da atividade política. Ela funciona bem nos países privados da liberdade, onde o poder de criação fica na programação do Estado e onde o homem, massificado é um instrumento puro e simples da máquina de produção. Eles são os países tristes, mergulhados numa rotina melancólica da patronização de tudo, da morte da imaginação e que perderam a inspiração inicial dos seus povos para ficarem submetidos ao exercício gregário da obediência ao partido onipotente e único ou a castas autoritárias, manipuladas por setores personalistas de caráter sindical, aristocrático ou militar, que não tendo legitimidade para exercer o poder tornam-se atemorizadas e inseguras e por isso mesmo sujeitas a podas periódicas.

A vocação do Brasil é vocação de uma sociedade aberta. Os fundamentos do País, como Estado independente cresceram sob a marca da liberdade. A doutrinação permanente dos nossos homens públicos não deixou outro caminho senão o de uma consciência nacional dos valores democráticos. O nosso povo foi trabalhado ao longo da nossa história para ser um país livre. A revolução de março de 1964, assim, sem abandonar as vocações do País não se furtou a este compromisso. E um País criado sob essa marca tem sempre e prioritariamente o problema institucional como preocupação central de seu êxito.

Assim, devemos distinguir na visão histórica da Nação o que é transitório e o que é permanente, as nossas dificuldades do presente e os objetivos do futuro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que nós devemos ter permanentemente em vista é que este País foi fundado em bases democráticas, este País foi fundado em ideais que jamais poderão deixar de ser os da liberdade. Este País nunca foi fundado na ideologia da força. A ditadura, nós todos abominamos; nós não somos um País para ditadores; não somos País para violência; nós somos um País sempre chamado à concórdia, um País chamado à paz. É este o embasamento do nosso País. E é esse embasamento e a nossa força que V. Ex<sup>as</sup>. não podem negar; nós iremos chegar a encontrar um denominador comum; e já estamos saindo do túnel, já começamos a ver a luz. E eu convido V. Ex<sup>as</sup>. para que procuremos ampliar esta luz que começamos a ver. E não, em vez de acender uma vela na escuridão, que se procure tapar as janelas ao sol. É isto que nós devemos, hoje, neste instante fazer e V. Ex<sup>as</sup>. vão nos ajudar.

Que ditadura é esta do Brasil, onde não há ditador, em que o Poder se transfere de quatro em quatro anos? Que ditadura é esta do Brasil em que se abrem as portas à Oposição para aumentar a sua Bancada de tal modo que ganhe por 2/3 as eleições no Senado? Que ditadura é esta no Brasil em que a Oposição legal tem todas as garantias? Não vejo V. Ex<sup>as</sup>. aqui se queixarem daqueles males da interferência governamental na formação da opinião pública, que deturpa o voto e deturpa as consciências. Não vi nenhum se queixar disso. Há duas Oposições ou há uma Oposição? A Oposição legal, esta vive no Brasil; tem garantias, exerce com a maior liberdade o seu papel, continuará a exercê-lo e vai colaborar. Agora, o Estado brasileiro, como nenhum outro Estado do mundo, poderá demitir-se dos instrumentos de que dispõe para combater, não a Oposição legal, mas a contestação engajada na força, que é um mal do mundo contemporâneo. O Brasil não pode desconhecer a realidade mundial, como não pode desconhecer a necessidade que tem de dar segurança, não somente a Senadores e Deputados, mas dar segurança a todo o povo brasileiro.

Não quero, e V. Ex<sup>as</sup>. certamente não quererão, que nos encontremos, amanhã, no exílio a dizermos que, num momento de bravura, cada um de nós levantou uma flor mais alta à Democracia. Não! Queremos o caminho firme e decidido que o Presidente Geisel está empreendendo, no sentido democrático. Esse caminho podia ser aquele de que o Conselheiro Dantas falava:

"Não retroceder, não parar; mas também não precipitar."

Muito obrigado. (Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Brossard para falar em explicação pessoal. Esclareço a S. Ex<sup>a</sup> que o Regimento lhe concede o prazo de dez minutos.

O SR. PAULO BROSSARD (Rio Grande do Sul) (Para explicação pessoal. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Pedi a palavra para falar em explicação pessoal, antes da oração que deveria proferir o eminente Senador José Sarney, para tratar de assunto que, minutos antes, fora abordado pelo Líder do Governo. Mas, agora, antes de versar o assunto que, efetivamente, motivou o meu requerimento, dada a referência feita ao velho e grande Bernardo Pereira de Vasconcelos, de quem me confesso velho admirador, não tendo obtido um aparte de S. Ex<sup>a</sup>, o orador, certamente por falta de tempo, sou levado a observar, por amor à verdade histórica, que quando Bernardo de Vasconcelos deixou as fileiras do Partido Liberal, para capitanear o que viria a ser o Partido Conservador, não o fez para advogar soluções autoritárias.

O velho Vasconcelos, um dos homens públicos mais capazes que este País já produziu, continuou sendo sempre o mesmo homem de Estado, inspirado pelas mesmas idéias democráticas.

O Sr. José Sarney (Maranhão) — Como V. Ex<sup>a</sup> quando apoiou o AI-1 e hoje continua ...

O SR. PAULO BROSSARD (Rio Grande do Sul) — Não apoiou o AI-1 coisa nenhuma nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Lembro ao nobre Senador que não são permitidos apartes em explicação pessoal.

O SR. PAULO BROSSARD (Rio Grande do Sul) — Permita-me o nobre Senador fazer esta observação, dada a real admiração que tenho pelo notável estadista brasileiro daqueles tempos, tanto mais notável quando o Brasil, aquela época, engatinhava na prática da democracia.

O Barão do Rio Branco realmente tem razão ao dizer que a ele se deve a instalação do sistema parlamentar em nosso País.

Mas, Sr. Presidente, feita esta observação marginal ao brilhante discurso aqui proferido pelo notável orador que acaba de ocupar a tribuna, eu queria tratar realmente do assunto que me preocupava e me preocupa e que se refere às prisões havidas, praticadas em Porto Alegre, na tarde de anteontem. Ontem, tendo delas tomado conhecimento, dei notícia à Casa e, com isto, foram prestadas as informações pelo Líder do Governo.

Disse S. Ex<sup>a</sup> que nota divulgada pelo Comando do III Exército, divulgada nos jornais de Porto Alegre, esclarecera o assunto. Procurei, Sr. Presidente, comunicar-me com meu Estado, e o fiz buscando falar com o mesmo informante de ontem, o Presidente da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul, pessoa evidentemente qualificada para prestar informações a esse respeito.

O que me disse o Dr. Justino de Vasconcelos, hoje à tarde, é que, realmente, o Comando do III Exército informa que determinou que investigações fossem intensificadas no sentido de apurar, esclarecer fatos relacionados com atividades subversivas. E em consequência dessas investigações houve a detenção de vários suspeitos de atividades subversivas.

Repito as palavras que me foi dado ouvir e registrar da palestra mantida com o Presidente da Ordem dos Advogados. Quero dizer, Sr. Presidente, que as investigações feitas por autoridades militares resultaram na detenção de vários suspeitos de atividades subversivas, cujos nomes foram comunicados à Justiça Militar.

O Presidente da Ordem, referindo-se ao fato, e em consequência dele, informou-me que oficiou ao Comando do III Exército para dizer que recebera como tranquilizadora a nota oficial, porque confiava em que a incolumidade física dos detentos fosse respeitada e que respeitados fossem os seus direitos, com a exata observância da lei, lembrando o que prescreve o Estatuto da Ordem dos Advogados, art. 89, inciso 15 e 3º, que assegura ao advogado, sempre e em qualquer circunstância, comunicar-se com o seu cliente. Preceito reconstruído no art. 75 do Código de Processo Militar. Mas, não soube dizer-me, Sr. Presidente, o Dr. Justino Vasconcelos, Presidente da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul, adiantando-me que, nessa qualidade, solicitara audiência do Comandante do III Exército.

Estes os fatos, até onde posso a eles referir-me. Mais, não poderei dizer. Creio que voltarei à tribuna, Sr. Presidente, a ocupar a atenção do Senado Federal para discutir este problema, se tanto se fizer necessário.

O que por ora, entretanto, gostaria de dizer é que o modo, o caráter como essas prisões foram feitas, e como outras vêm sendo feitas, inclusive uma, noticiada pelo O Estado de S. Paulo de hoje, sob o título de "Mistério envolve a prisão de jornalista do Estado do Rio", é que estas detenções vêm sendo feitas em termos mais do que perigosos e ilegais. As pessoas são colhidas, são como que caçadas por elementos que se não identificam, que não se sabe quem são. Quer dizer, alguém que é colhido, por duas ou três pessoas, é preso, sem saber por que está sendo preso, por quem está sendo preso, tem o direito, inclusive, de reagir, pois pode, muito bem, estar sendo seqüestrado!

Este aspecto de prender sem a autoridade identificar-se como tal, sem ordem judicial alguma, parece-me, Sr. Presidente, absolutamente irregular, ilegal e perigoso. Amanhã se dirá que houve desacato, resistência à ordem de autoridade e não sei o que mais. Mas, como pode haver desacato e desrespeito à ordem de autoridade se as pessoas que pretendem efetuar a prisão começam por iludir, ocultar a sua identidade, a sua qualificação. Não sei, não posso compreender, Sr. Presidente, por que a manutenção da ordem há de fazer-se com a violação da lei. Entendo que todos os atos de autoridade, legitimamente escudados na lei são, ainda que errados no caso concreto, respeitados.

Não posso compreender por que certas autoridades parecem que timbram em margear a lei e aquelas formalidades que só podem prestigiar a ação da autoridade. A incomunicabilidade, Sr. Presidente — que até o momento em que eu falava com o Presidente da Ordem era mantida — é legalmente injustificável. O lugar para onde foram recolhidos, ninguém o sabe ou pelo menos não o sabia.

Estes são os pontos que, nesta tarde, queria deixar registrados nos Anais desta Casa. Continuarei com os ouvidos abertos para ouvir todas as explicações que possam ser dadas e que façam eu votos sejam satisfatórias. Se tiver que voltar à tribuna para examinar este problema, eu o farei, Sr. Presidente.

Era apenas isto que desejava deixar registrado nos Anais da Casa. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Helvídio Nunes.

O SR. HELVÍDIO NUNES (Piauí) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A exemplo dos ciclos identificados no início do nosso País: ciclo do couro, ciclo da cana-de-açúcar, etc. alguns observadores estão apelidando de constitucional o por que passou a viver esta Casa, de 20 dias até esta tarde.

O Senador José Sarney hoje foi mais longe qualificando-o, se não me falha a memória, de romântico. Pois bem! Já que vou tecer considerações de outra espécie, solicito ao ilustre representante do Maranhão que não me tache, por obséquio, de fisiológico.

Nesta sessão legislativa volto a tratar de assunto muitas vezes percutido na legislatura anterior.

Claro que a matéria de que me ocuparei, na tarde de hoje, é eminentemente política, não de mera abrangência político-partidária, mas de política ligada de modo umbelical ao desenvolvimento harmônico do País.

Afirmo que a todos interessa, representantes que somos das Unidades federadas, e que além das responsabilidades mais próximas, particulares, peculiares, temos o dever maior em relação ao conjunto, à Federação.

É necessário também fique explícito que, na abordagem que faço, deliberadamente afastei qualquer conotação emocional, de que algumas vezes, até mesmo por falta de argumentos em contrário, são acusados os nordestinos.

Verso matéria, pois, de incontestável atualidade; embora possa ser tachada de inconveniente. A justiça da causa, porém, sobreleva quaisquer aspectos negativos, reais ou imaginários, vez que objetiva a adoção de providência impulsionadora do crescimento equilibrado do País.

Com efeito, várias são as causas determinantes dos desequilíbrios espaciais no Brasil. E dentre elas ocupa destacado lugar a injusta distribuição dos recursos oriundos do Imposto de Circulação de Mercadorias.

Apenas para fixar conceitos, os inspiradores da reforma do sistema tributário afirmaram que o Imposto de Vendas e Consignação vinha causando sérias distorções na estrutura econômica das empresas nacionais, em virtude do seu caráter cumulativo, incidente sobre sucessivas operações de transformação e venda dos produtos.



Do esquema de incidência em cascata, provocador dos altos custos da comercialização, partiu-se para a criação de imposto de caráter não cumulativo, incidente apenas sobre a diferença do preço em cada etapa do ciclo econômico, vale dizer, sobre o valor agregado em cada operação de circulação de mercadorias. E, em consequência, nasceu o ICM.

Aliás, cumpre salientar, por importante, que entre os objetivos enunciados pelos teorizadores da reforma tributária de 1965, inscreviam-se a correção das distorções fiscais e sócio-econômicas, com vistas ao lançamento das bases de um autêntico federalismo de cooperação.

A realidade fática, entretanto, não socorreu aos inspiradores do novo mecanismo, certo que a concentração da incidência do Imposto na área de produção, em prejuízo da de consumo, na qual reside a imensa legião dos contribuintes, descaracterizou os objetivos perseguidos, pois que aos consumidores cabem, apenas, as migalhas dos resultados da captação dos impostos.

A distorção verificada importa, inelutavelmente, na transferência de crescentes somas de recursos dos Estados consumidores, que são a grande maioria, para os produtores, de reduzido número, com a inevitável quebra da equidade do sistema, vez que acentua as injustiças e agrava os desníveis que, historicamente, pretendia corrigir.

Apesar de incontroversas as afirmações trazidas a este Plenário, três dados estatísticos, relativamente recentes, servem para dirimir quaisquer dúvidas. São os seguintes:

1º) Consoante o Anuário Estatístico do IBGE, de 1973, o ICM propiciou, em 1972, a arrecadação de 21 bilhões de cruzeiros, cabendo ao Estado de São Paulo 50% (cinquenta por cento) desse montante.

2º) O Nordeste paga a outros Estados mais do que arrecada de ICM no respectivo território. O quadro colhido in *A Problemática Nordestina — Confederação Nacional do Comércio — 1973* — denuncia essa triste realidade:

| Estados             | Percentuais<br>(ICM Pago/ICM Arrecadado) |
|---------------------|--|
| PERNAMBUCO          | 28,16                                    |
| MARANHÃO            | 33,01                                    |
| PIAUI               | 99,39                                    |
| CEARÁ               | 92,74                                    |
| RIO GRANDE DO NORTE | 80,08                                    |
| PARAÍBA             | 61,85                                    |
| ALAGOAS             | 44,29                                    |
| SERGIPE             | 170,19                                   |
| BAHIA               | 55,72                                    |

3º) Segundo o *Diário de Pernambuco*, 1º caderno, edição de 20 de novembro de 1973, mesmo os Estados tachados de desenvolvidos não fogem à irresistível atração da economia paulista. Assim é que, "este ano, a Guanabara vai recolher aos cofres de São Paulo, pelo mecanismo confiscatório do ICM, o montante de Cr\$ 1.049.128.000,00, cerca de 37% do total do impostos sobre a Circulação de Mercadorias recolhido naquele Estado. Minas Gerais pagará a São Paulo, neste exercício, Cr\$ 243.072.000,00, aproximadamente 38% do ICM ali arrecadado. O Rio Grande do Sul carreará para São Paulo Cr\$ 393.680.000,00. Pernambuco... pagará 53% do ICM recolhido. O Ceará... vai entregar ao erário paulista 48% do ICM pago pelas empresas. E o Espírito Santo, 45%.

Sr. Presidente e Srs. Senadores. Provado, à sociedade, que o sistema de distribuição do ICM é injusto, confiscatório, prejudicial não apenas ao Norte-Nordeste, mas igualmente, com exceção de São Paulo, aos demais Estados, não me posso furtar ao desejo de transcrever tópicos do relatório que, por designação do eminente Senador

Magalhães Pinto, então Presidente da Comissão de Economia do Senado, ofereci àquele colegiado:

"Falam-se, a cada instante, nos benefícios proporcionados ao Nordeste pelo mecanismo dos art. 34/18 da SUDENE, mas que, na essência, antes constituem privilégios outorgados às pessoas jurídicas. Pois bem, o Estado de São Paulo recebe dos demais Estados, sob a forma compulsória de impostos, 4/6 vezes mais do que os nove Estados Nordestinos auferem de incentivos fiscais, ainda marcados com o ferrete de ajuda. Assim, a sistemática fiscal do ICM, ao invés de atribuir, retira do Nordeste parte substancial dos recursos indispensáveis ao seu pleno crescimento, no interesse, até mesmo, do fortalecimento da economia global do País."

E mais adiante, com apoio em publicação inserta no *Diário de Pernambuco* — "ICM: União ou Federação?" — está no referido relatório:

"O sistema 34/18, confrontado com o ICM, não pode ser alcançado de privilégio fiscal para o Nordeste, pois funciona através da associação de interesses: cerca de 65% dos projetos novos apoiados pela SUDENE, nos últimos 14 anos, são de empresas sulistas, a maioria de São Paulo, que aqui vieram utilizando ou as suas deduções próprias do Imposto de Renda ou empréstimo do BNB e BNDE. E, é em São Paulo onde essas novas fábricas apoiadas pela SUDENE vão comprar, prioritariamente, face à legislação do Conselho de Política Aduaneira, as suas máquinas e os seus equipamentos, além de know-how.

Entendo que, atualmente, apesar de maior beneficiário, a curto ou médio prazo, em termos de política global, o mecanismo de distribuição do ICM também não serve a São Paulo.

De fato, se é verdade que, para atender aos inúmeros problemas criados pelo seu gigantismo, precisava, cada vez mais, de maiores recursos, não é menos certo que a pobreza periférica generalizada não lhe pode interessar, por razões óbvias, até mesmo porque necessita de ampliar mercados para absorverem os produtos do seu vigoroso parque industrial.

Restaurar o equilíbrio econômico das Unidades da Federação e propiciar-lhe meios que conduzam ao desenvolvimento harmônico do conjunto, eis as metas básicas que a consciência nacional reclama.

Evidente que tais metas não serão atingidas, vale repetir, com a simples e equânime repartição dos recursos oriundos do ICM. Entretanto, se essa providência, que não é decisiva, única, mas que é indispensável, não for adotada, jamais será alcançado o crescimento equilibrado do País.

A abordagem, o ataque ao problema terá de ser direto, vale dizer, sem rodeios a sem tergiversações. Não há como contorná-lo através de medidas paliativas, até mesmo porque a política de deixar o bolo crescer para depois dividi-lo tem gerado desastrosas consequências.

Certo é que, por proposta do Executivo, foram alteradas, por via da Resolução nº 58, de 3 de dezembro de 1973, do Senado Federal, as alíquotas máximas do ICM, em todas as operações, para vigência a partir do corrente e nos exercícios subsequentes.

Tais modificações pretendem operar melhor distribuição de recursos, favorecer, em decorrência, os Estados consumidores, em face da redução da alíquota relativa às operações interestaduais, e diminuir a carga tributária sobre a população consumidora.

O centenário e respeitável *O Estado de S. Paulo*, de 15 de novembro de 1973, desapaixonadamente sentenciou:

"Quando o Governo anunciou, para 1975 e 1976, a redução da alíquota do ICM, pensava-se que essa redução seria transferida, na totalidade, para os consumidores. Sabe-se agora que isto não acontecerá e que as empresas deverão aumentar, em função de seu faturamento, sua contribuição para o PIS, com o que se anularão os efeitos da redução do ICM."

De outra parte, autoridades fazendárias que examinaram as alterações introduzidas pela Resolução nº 58/73, destacadamente da

Paraíba, Minas Gerais e Maranhão, afirmaram contraproducentes e negativos os resultados de sua aplicação.

E o Senador Luiz Cavalcante, competente e sério estudioso da matéria, depois de lembrar que, diminuindo uma alíquota e aumentando outra, não se registrará a anunciada redução de impostos, observou que, "na composição dos novos preços das mercadorias esse adicional será devidamente considerado e, então, o reflexo será sentido, demonstrando, assim, que nenhum efeito positivo terá".

Sr. Presidente e Srs. Senadores, preocupado seriamente com a gravidade das distorções provocadas pela atual sistemática do ICM, o Presidente Ernesto Geisel, em pronunciamento feito na primeira reunião ministerial, em 19 de março de 1974, afirmou:

"No que diz respeito às desigualdades econômicas regionais cabe, em primeiro lugar, aprimorar os mecanismos de utilização dos incentivos do Imposto de Renda, melhorando os critérios de seleção dos projetos, adaptando-os às vantagens comparativas de cada região e assegurando o equilíbrio entre a oferta e a procura de incentivos. E, em segundo lugar, aperfeiçoar o sistema de distribuição das rendas tributárias, de modo a permitir maior equilíbrio entre as taxas de desenvolvimento das diferentes Unidades da Federação. Nesse particular, cabe dizer que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias, se representou notável progresso em relação ao antigo Imposto sobre vendas e Consignações, ainda distribui inadequadamente a renda fiscal entre regiões".

Na mesma linha de preocupações do Presidente da República, o Prof. Mário Henrique Simonsen, no primeiro pronunciamento como Ministro da Fazenda, ao analisar problemas estruturais, ligados à distribuição de renda, disse:

"Três, pelo menos, desses problemas, merecem especial consideração: o da distribuição pessoal de renda, o das desigualdades econômicas regionais e o do fortalecimento da empresa privada nacional."

E mais adiante, enfatizou:

"É preciso aperfeiçoar os mecanismos de distribuição das rendas fiscais entre as diferentes Unidades da Federação, os quais não chegaram ao ponto desejável de equidade dentro da atual sistemática do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e do Fundo de Participação dos Estados e Municípios" (*O Estado de S. Paulo*, pág. 7, 21-3-74).

Decorrido um ano das manifestações transcritas, que encheram de esperança os Estados cujas economias vêm sendo sistematicamente bombeadas, em maior ou menor grau, para São Paulo, cumpre examinar as medidas até agora adotadas com o objetivo de erradicar, ou pelo menos minimizar os efeitos danosos do atual mecanismo do ICM.

No início do segundo trimestre do ano próximo passado, a convite das Comissões de Economia da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o Ministro Mário Simonsen proferiu lúcida conferência nesta Casa. Coube-me interpelá-lo, por designação do Presidente Magalhães Pinto, a respeito das medidas tomadas pelo Ministério da Fazenda para tornar realidade os propósitos e desejos de equânime distribuição dos recursos captados através do ICM.

A resposta veio pronta e decidida. O Ministro constituiu Grupo de Trabalho para estudar a matéria e oferecer sugestões. E adiantou que contava recolher tais subsídios naquele exercício, assim também que, apesar de não ter ainda posição definida, reconhecia que a tendência governamental inclinava-se para a constituição de um Fundo, formado de percentuais, fixos no tempo mas variáveis no espaço, recolhidos de todos os Estados, distribuível segundo critérios a serem posteriormente escolhidos.

Outro ponto que merece referência é o consubstanciado na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, que dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias.

Na verdade, estabeleceu-se de longa data a prática, com o fim de incrementar atividades julgadas prioritárias, da concessão de isenções do ICM, a tal ponto que o Ministro da Fazenda, em declaração recente, chegou a declarar que o ICM não deve ser "instrumento de guerra fiscal geográfica", com cada Estado disputando vantagens (*O Globo*, 21-2-75).

Era o uso indiscriminado das isenções fiscais do ICM, especialmente nocivo "no tocante a produtos que têm valor secundário na economia de um Estado-membro, enquanto representam valor básico na economia de outras regiões".

A medida legal, não resta dúvida, impede a concorrência dos Estados entre si, através de isenções do ICM e outros favores semelhantes, e visa a conter grandes abusos, que na realidade estavam criando sérias distorções econômicas no País.

Infelizmente, porém, a grande decisão, o grande passo, a providência fundamental, aquela sem a qual não se coibirá a exportação de impostos pelos Estados exportadores de mercadorias, ainda não foi tomada. Mas é imperioso que o seja, entre outras elevadas razões, a fim de que seja, adequada e equitativamente, distribuída a renda fiscal entre os Estados.

Sr. Presidente e Srs. Senadores. É possível que alguns, até mesmo por motivos diametralmente opostos, tachem de apressadas, até mesmo inoportunas, as declarações que na tarde de hoje alinhavo.

Ao cabo de contas, mais do que os Estados ditos desenvolvidos, os das regiões Norte-Nordeste têm pressa na efetivação das medidas reclamadas, e já prometidas pelos responsáveis maiores pelos negócios do País.

Não sou impertinente. Ao contrário, sei que as transformações, violentas ou graduais, sempre deixam seqüelas, grandes ou pequenas, no quadro que exigia a aplicação de medidas cirúrgicas.

De outra parte, é certo que os dados estatísticos liberados pela Secretaria da Receita Federal, referentes ao comportamento do ICM nos primeiros nove meses de 1974, "revelam o imenso contraste de arrecadação entre os Estados da Região Centro-Sul, sobretudo São Paulo, e as demais Unidades arrecadadoras da Federação. A máquina do ICM em São Paulo recolheu Cr\$ 14.405 milhões, enquanto os Estados e Territórios do Norte-Nordeste arrecadaram pouco mais de Cr\$ 2,1 bilhões... São Paulo, Guanabara, Rio Grande do Sul, Minas, Paraná e Rio de Janeiro totalizam 81,26 por cento... do tributo recolhido em todo o País. Desses Estados, a presença de São Paulo é ainda mais marcante se comparada a sua arrecadação com a Guanabara, que está em segundo lugar: os números descem de quatorze para dois bilhões de cruzeiros... De acordo com a informação da Secretaria da Receita Federal, o recorde de crescimento da arrecadação do ICM no período coube também a São Paulo, com uma evolução de 11 por cento, superior à média nacional. Guanabara e Rio Grande do Sul, segundo e terceiro colocados, mostram acréscimos considerados modestos, com 4,7 e 5,8 por cento" (*Jornal de Brasília*, 05-11-74).

Importa, pois, diante da incontestabilidade dos fatos e da frieza dos números, sem exaltações emocionais, mas igualmente desprezada qualquer eiva de servilismo, pugnar pelas mudanças que a distribuição da renda fiscal estão a exigir e reclamar.

O estabelecimento de relativo equilíbrio entre as Unidades hipertrofiadas e as atrofiadas é do interesse do próprio sistema federativo.

Assim, o crescimento harmônico, no estágio atual do desenvolvimento brasileiro, depende mais da participação dos mais prósperos do que dos sacrifícios dos que já não podem suportá-los.

As transformações que dizem respeito ao interesse geral devem atingir a todos. É o caso, por exemplo, da redução em cinquenta por cento (50%) do Fundo de Participação dos Estados, Municípios e Distrito Federal, operada através do Ato Complementar nº 40, de 30 de dezembro de 1968, que se fundou, por certo, em razões de interesse nacional, ligadas à necessidade de combate ao déficit orçamentário, embora todos saibam que tal redução, quase insensível para os



grandes Estados, representou enorme sacrifício para os de baixo rendimento econômico.

Com igual ótica deve ser apreciada a extensão dos incentivos fiscais à região Amazônica, ao reflorestamento, turismo e pesca, assim também a própria constituição do Plano de Integração Nacional — PIN.

As regiões mais carentes, pois, suportaram cortes substanciais, sem resmungos ou palavras de queixas, nos recursos que lhes são destinados, em nome dos superiores e irrecusáveis interesses do País.

Agora, que a prática e os exegetas do ICM, na companhia do Presidente Ernesto Geisel e do Ministro Mário Henrique Simonsen, afirmam, sem rodeios, a iniquidade e injustiça do sistema, não encontram justificadas motivações para a demora no acolher as profundas modificações que o mecanismo requer.

A oportunidade não comporta a sugestão de fórmulas. Em tempo propício retornarei à matéria.

Por hoje, desejo, apenas, retornar à discussão de problema do mais elevado interesse nacional, receoso, não de que seja relegado ao esquecimento, mas por que permanece vivo e comprometendo, cada vez em maior escala, a economia de quase todos os Estados, especialmente do Norte-Nordeste.

E o apelo que, ao encerrar, faço ao patriotismo e à sensibilidade das autoridades e dos eminentes colegas, é no sentido de que, irmãos, lutemos, sem temores e sem preconceitos, despojados da paixão que cega e do privilégio que avilta, todos engajados no objetivo maior do desenvolvimento equilibrado e harmônico, acelerado, justo e equânime do País.

Muito obrigado! (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A imprensa divulgou dados relativos à expansão de empréstimos do Banco do Brasil na região nordestina que enfatizam o esforço a que se dá àquele estabelecimento no sentido de atender sempre melhor àquela área. São dados altamente positivos e que revelam resultados auspiciosos já colhidos pelo Presidente Ângelo Calmon de Sá em prazo bastante curto. E mais nos convencemos do acerto com que o eminente Presidente Ernesto Geisel escolheu o atual presidente do Banco do Brasil, a quem conhecemos de muitos anos e cujas qualidades e virtudes bem avaliamos.

Os empréstimos do Banco do Brasil nos nove Estados nordestinos ultrapassaram de onze bilhões de cruzeiros em dezembro de 1974. Registrou-se, assim, no ano passado um incremento de 73% em relação ao ano anterior, de 1973.

Maior a significação desse incremento se tivermos em conta as dificuldades conjunturais que foram enfrentadas pelo atual Governo, no ano de 1974, conforme é do conhecimento de toda a Nação. Devemos, ainda, ressaltar que esse incremento se deu a despeito de percalços decorrentes de enchentes e excesso de chuva que muito prejudicaram as atividades agrícolas no Nordeste, onde, por exemplo, a produção algodoeira foi seriamente atingida. Maior relevância assume, portanto, o notável aumento da assistência financeira ao Nordeste.

No crédito rural, em 1974, o desempenho dos empréstimos no Nordeste superou a média do Banco, com 88% de elevação nos financiamentos para lavouras e 65% nos créditos pecuários. Naquele período, segundo as informações divulgadas pela imprensa, os produtos que maiores incrementos receberam foram: cana-de-açúcar, 94%; algodão, 53%; cacau, 125%; borracha, 87%; feijão, 54%; milho, 79%; fumo, 189%; arroz, 53%; sisal, 557%; carnaúba, 256%; bovino-cultura de leite, 139%; bovinocultura de corte, 54%; criação de pequenos animais, 80%.

Tais dados, isoladamente, levarão justificada confiança e ânimo aos produtores nordestinos, embora se analisados comparati-

vamente com aqueles das demais regiões, demonstrem uma redução aproximada de 0,8% no crédito destinado ao Nordeste. Fato que foi objeto de séria preocupação por parte do presidente Ângelo Calmon de Sá e, também, para o doutor José Aristófanes Pereira, substituto do doutor Camilo Calazans de Magalhães, na Carteira do Banco do Brasil para o Nordeste.

Daí a deliberação tomada de impor mudanças importantes na sistemática operacional do Banco, com o objetivo de ampliar substancialmente a concessão de créditos às várias atividades econômicas do Norte e Nordeste. Além de administrador competente e probo, o doutor Ângelo Calmon de Sá se mostra, assim, inteiramente afinado com o pensamento do Presidente da República, empenhando-se em impedir que se acentuem os desníveis regionais no tocante ao crédito. Mais que isso, buscou soluções que possibilitem a correção e gradual eliminação desse desnível. A mudança imposta, portanto, na sistemática operacional do Banco do Brasil, por decisão pessoal do seu ilustre Presidente, faz parte de um conjunto de medidas que serão adotadas para reduzir o hiato sócio-econômico entre o Norte-Nordeste e o resto do País.

Nesse sentido, o presidente do Banco do Brasil, Ângelo Calmon de Sá, prestou amplas e alentadoras informações à imprensa, conforme estampado na edição de **O Globo** do último dia 16. Revela, nesse noticiário, adequado conhecimento dos problemas nordestinos, mostrando a necessidade do Banco do Brasil adaptar-se às profundas diferenças regionais, a fim de poder contribuir para o êxito da meta prioritária fixada pelo eminente Presidente Ernesto Geisel, de eliminação gradual dessas diferenças, desses desníveis. Eis porque quer, e nesse sentido mudanças diversas foram adotadas, o presidente Ângelo Calmon de Sá que o Banco do Brasil atue diferentemente em cada região para bem atender a todas elas.

Demonstrando estatura de estadista, em certo trecho da entrevista que deu ao **O Globo**, exclama: "É impressionante como se consegue manter a unidade nacional com toda essa diversidade de umas para outras regiões."

Sr. Presidente, confirma-se, assim, a confiança que manifestamos desta tribuna na ação do Doutor Ângelo Calmon de Sá à frente do Banco do Brasil. E para que dúvida alguma pare sobre isso, tornaremos parte integrante deste nosso discurso a entrevista por ele concedida ao vespertino **O Globo**, no dia 16 deste mês, na qual há afirmações da maior relevância para todos os Estados do Norte e Nordeste.

O Banco do Brasil é o maior banco rural do mundo. No ano passado, emprestou à pecuária Cr\$ 41,7 bilhões, num incremento nominal de 82,18% em relação a 1973. Em 1974, o banco abriu novas linhas de crédito, atuando como agente financeiro de outras, como o Programa Especial de Assistência Financeira para Recuperação da Região Nordestina (PROENE), para o socorro aos que foram vítimas de enchentes no primeiro semestre daquele ano. Tem ele 151 agências em operação no Nordeste e o Conselho Monetário Nacional autorizou a instalação de mais 45. Mais de 60% de suas agências estão localizadas em áreas assistidas por órgãos governamentais encarregados de promover o desenvolvimento regional. Como muitas dessas áreas ainda se caracterizam por baixo nível de renda e pouco dinamismo de sua economia, cresce de importância a função social de sua presença, quase sempre pioneira.

Tão auspiciosos resultados, a que aludimos por alto, bem como mudanças de tamanha significação para o Norte e Nordeste, nos levam a reiterar nossos aplausos ao eminente Presidente Ernesto Geisel pela escolha do doutor Ângelo Calmon de Sá.

Está plenamente evidenciado o acerto dessa designação, como fatos os mais positivos atestem a confiança que o Nordeste tem na atual presidência. Ângelo Calmon de Sá, que acaba de dar segura contribuição para o êxito da luta em que se empenha o Governo, de eliminar o desnível regional! (Muito bem!)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOU-  
RIVAL BAPTISTA, EM SEU DISCURSO:**

**BB FACILITARÁ CRÉDITO  
ÀS REGIÕES MAIS POBRES**

**BRASÍLIA (O GLOBO)** — Uma ampla reformulação da sistemática operacional do Banco do Brasil, destinada a corrigir as distorções existentes na distribuição do crédito entre as diversas regiões do País, será realizada nos próximos meses e permitirá a liberação de recursos adicionais de Cr\$ 6 bilhões para aplicação no Nordeste e Amazônia ainda este ano.

Segundo o presidente do Banco, Angelo Calmon de Sá, a intenção do Governo é impedir que se acentuem, também no setor creditício, os desníveis regionais. A mudança da política do Banco do Brasil faz parte de um conjunto de medidas que serão adotadas para reduzir o hiato sócio-econômico entre o Norte-Nordeste e o resto do País.

A necessidade de reformulação da atual sistemática tornou-se mais evidente após a constatação de que o crescimento das aplicações do Banco no Nordeste, em 1974, foi inferior ao das demais regiões. A participação dessa região no total das aplicações do Banco do Brasil sofreu uma redução de 0,8 por cento, o que causou uma grande preocupação.

Revelou Calmon de Sá que, ao pesquisar as causas dessa redução, o Banco chegou rapidamente à conclusão de que não pode usar as mesmas regras no interior do Piauí e na agência central do Rio, como vinha fazendo. É preciso que o crédito, nas regiões menos desenvolvidas, seja mais fácil e mais barato.

— Por isso — informou — foram definidos critérios de concessão de crédito que tornarão a atuação do Banco do Brasil muito mais flexível nas áreas menos desenvolvidas. É importante que isso seja feito no Nordeste e na Amazônia, onde o crédito do Banco do Brasil representa 50 por cento do total. Nas demais regiões há um sistema bancário privado forte, enquanto o Norte-Nordeste só conta com o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste, praticamente.

**Unidade nacional**

Para o presidente do Banco do Brasil "é impressionante como se consegue manter a unidade nacional com toda essa diversidade de umas para outras regiões". Ele lembrou, a propósito, que as aplicações totais do Banco no Estado do Piauí representam menos de um terço das aplicações da agência centro de Belo Horizonte (Cr\$ 330 milhões contra Cr\$ 1 bilhão).

— Mas o que surpreende mais ainda — acrescentou — é que, mesmo assim, há um grande otimismo entre os empresários piauienses. Isto se deve às grandes obras de infra-estrutura realizadas pelo Governo nesse Estado, e que poderão atrair um bom número de investidores de outras regiões.

Segundo Calmon, as aplicações do Banco no Nordeste e Amazônia representam menos de 17 por cento de suas aplicações totais, que somaram Cr\$ 81 bilhões no final do ano passado. No Nordeste o saldo dos empréstimos do Banco é de Cr\$ 11 bilhões, ou seja, 13,6 por cento do total de suas aplicações.

Os Estados da Bahia e Pernambuco, cada um com aproximadamente Cr\$ 2,7 bilhões, são os principais clientes do Banco na região, embora em Alagoas e Sergipe as aplicações per capita sejam superiores. O Piauí é o cliente menos importante, com Cr\$ 330 milhões.

Esses números tornam visíveis, segundo o presidente do BB, um outro sério problema: os desníveis dentro da própria região, que se podem acentuar se os Estados menos desenvolvidos não tiverem um tratamento preferencial. É uma tarefa difícil a de reverter essa tendência, pois os investidores têm o direito de escolher livremente a localização de seus empreendimentos (e não pode ser de outra forma).

**O que fazer**

De qualquer forma, conforme declarou Calmon, é possível melhorar bastante a situação, pelo menos em termos de distribuição do crédito. Para isso é fundamental que o Banco do Brasil não seja excessivamente mercantil nessas áreas menos desenvolvidas e sim um banco de governo, de apoio.

— Todas as reivindicações dos Estados menos desenvolvidos, ou uma grande parte delas, podem ser tranquilamente atendidas. Uma hipotética expansão de 100 por cento no volume de crédito concedido ao Piauí, por exemplo, pouco representaria em comparação com as aplicações totais do Banco. E em nada comprometeria a execução da política orçamentária, pois os Cr\$ 330 milhões a mais equivaleriam à cifra que habitualmente se considera desprezível, quando se calcula a expansão dos meios de pagamento.

Para que haja uma expansão do crédito nessa escala será preciso, no entanto, simplificar o processo de concessão de empréstimos nessas regiões, além de algumas outras mudanças na sistemática operacional do Banco.

— Por exemplo: o Banco não aceita duplicata de valor inferior a Cr\$ 200,00 em qualquer região do País. No Rio ou São Paulo essa regra se justifica, mas não no Piauí, onde há inclusive pequenos empresários, de todos os setores, que nem sequer operam com duplicatas. Já decidimos reduzir esse limite mínimo e também descontar notas promissórias de firmas que não emitem duplicatas.

Outra decisão já tomada pelo Banco do Brasil é a de reajustar com maior periodicidade — a cada três meses — os limites de crédito das empresas. Atualmente o reajuste é feito a cada nove meses, o que não chega a causar problemas às indústrias mais antigas mas cria grandes dificuldades para as empresas em implantação, que geralmente têm planos ambiciosos de expansão.

**Preços mínimos**

Na execução da política de preços mínimos — que Calmon considera "genial" — há também algumas distorções, todas decorrentes das diferenças regionais. No caso do algodão, por exemplo, os Empréstimos do Governo Federal (EGF) só são concedidos ao produto em plumas, o que pode não representar um problema no Rio Grande do Sul mas prejudica os produtores do Nordeste.

Nas regiões mais desenvolvidas existe concorrência entre os beneficiadores do caroço de algodão e muitas vezes os próprios produtores fazem o beneficiamento. Assim, o preço do produto não é aviltado, ao contrário do que ocorre no Nordeste. Para resolver o problema, o Ministério da Agricultura está estudando a fixação de um preço mínimo também para o caroço de algodão.

O mesmo acontece com a cera da carnaúba. O preço mínimo só beneficia a cera beneficiada, classificada. Os produtores nordestinos de pó de cera ficam, então, nas mãos dos beneficiadores. Mas também para esse produto o Ministério da Agricultura vai estabelecer brevemente um preço mínimo, segundo informou Calmon de Sá.

Dentro de 30 dias o presidente do Banco do Brasil receberá sugestões de todos os gerentes das agências do Piauí para a elaboração de normas operacionais adequadas às condições locais, que facilitem o crédito.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Tem a palavra o nobre Senador José Lindoso.

**O SR. JOSÉ LINDOSO (Amazonas) (Pronuncia o seguinte discurso)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Nestes dias de março, o Senado tem assistido a debates intensos e prolongados. Abrigava-se no meu coração, no entanto, ao lado do interesse pelas atividades parlamentares, uma inquietação de prece, de gratidão coletiva, a me reclamar oportunidade para que fosse comunicada à Nação, dolorosa ocorrência. É que a 11 do corrente falecera, em Manaus, André Vidal de Araújo, um dos nossos

mestres, um desses valores que se destacam numa comunidade, tal árvore exuberantemente generosa em fruto, seiva e sombra.

Poder-se-ia dizer que a sua vida, plena de lances pioneiros no campo do saber e do agir iluminou, por décadas e décadas, o Amazonas.

Filho do insigne jurista Araújo Filho, que nos albores deste século se fixara no Amazonas, e irmão do falecido Ruy Araújo, um dos nomes de maior altitude na política estadual, André Araújo, casado com dona Milbournes Bezerra de Araújo, também já falecida, enobrecia essa linhagem de cultura e honradez, através de uma vida impressionantemente fecunda. Deixou prole ilustre, representada por médicos, escritores, advogados e jornalistas.

Católico praticante, fora pensador de largos vãos e que padecera, na mocidade, das inquietações criadoras de Jackson de Figueiredo nos anos 20 e isso o levou a fundar o Centro D. Vital, em Manaus onde liderou o movimento de intelectuais católicos. Mais tarde, pelos claros caminhos do tomismo, chegou a essa impressionante fonte de saber nas letras católicas, um clarão nas noites de dúvidas e de materialismo deste século que foi Jacques Maritain, inspirando-se mais e mais nas altas perquirições da Teologia, da Filosofia, do Humanismo integral. Ao entardecer da existência, extasiava-se com S. Francisco de Assis e com o misticismo de um São João da Cruz ao lado da arte de um Claudel, do questionamento de posições de um Teilhard de Chardin.

Bacharel em Direito, fez-se magistrado. O Juiz das barrancas dos nossos rios não se isolava no ritual processualístico, pois logo se transformava naquelas longínquas localidades no professor, no líder a promover a comunidade, a fundar obras pias, a organizar centros literários para os jovens. Um dos capítulos mais ricos de humanismo de sua extraordinária atividade foi a de Juiz de Menores de Manaus. Nunca ninguém o ultrapassou nessa fascinante tarefa, onde foi o inigualável conselheiro, o juiz íntegro, o reformador e fundador de escolas, o pioneiro na aplicação de técnicas de educação. Para ele, não havia crianças delinquentes, havia menores carentes de amor, famintos de pão e de solidariedade numa sociedade injusta, e que se empenhava em promovê-la, numa doação constante de serviço, de fé e de inteligência.

Desembargador, nos seus acórdãos se sentia o sopro dos ventos do amanhecer nas colocações das novas perspectivas do Direito Social e, como sempre, pensando e agindo organizou o Instituto de Direito Social.

O fascínio que a problemática humana exercia nesse grande cristão levou-o a fundar, igualmente, a Escola Montessoriana de Manaus, a Escola de Serviço Social, talvez uma das primeiras do País, que há poucos anos incorporou à Universidade do Amazonas, a dinamizar a agência local da Cruz Vermelha e a ser o entusiástico Secretário de Educação, o fundador de Clubes de Mães, de Círculo Operário, de creches e jardins de infância. Um sentido de urgência marcava a sua vida, fundava obras, ensinava e pregava a palavra de João XXIII, de Pio XII. Na eternidade da sabedoria da Igreja era o pensador de vanguarda, meditando e divulgando para todos a palavra do Papa.

Aposentado como magistrado, continuou a sua caminhada no serviço de Deus e a serviço dos homens, sempre alegre, com um porte de preliador que não encontrava obstáculos. Professor, incursionou, também, pela política, elegendo-se Deputado Federal pelo Partido Democrata Cristão e, na Câmara Federal, deixou rastro de sua cultura, inclusive oferecendo à consideração daquela Casa, o substancial Projeto de Código de Menores, além de tantas outras iniciativas.

Ultimamente, exercia a Presidência da Academia Amazonense de Letras, pois, no particular, legou acervo significativo como a "Introdução a uma Sociologia Amazonense", "Estudo Riográfico sobre Araújo Filho" e dezenas de outros trabalhos, inclusive alguns inéditos como um ensaio sobre Dostoiévski, além de suas reflexões e pesquisas sobre São Thomaz de Aquino e Aristóteles.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, este é um registro que vale uma prece de saudade pelo muito que André Araújo deu ao Amazonas. Foi luz nas horas de trevas de nossa comunidade, porque sua voz firme brotava de um coração inundado de fé, irradiando otimismo e renovação; foi mão para todos os labores e para se erguer aos céus, em súplica a Deus pela nossa terra; foi inteligência e cultura para ensinar às sucessivas gerações, foi o pai de família exemplar a engrandecer pelas suas virtudes a sociedade; foi coração inundado de amor pela nossa terra.

E as minhas palavras em sua homenagem, neste momento, são como ecos distantes das vozes da gente pobre que ele serviu, dos jovens, de quem ele foi seguro preceptor, de todos os homens que, pela sua vivência cristã, procurou dignificar, amando-os sobre todas as coisas, como amava, no Absoluto, o Senhor Deus do Universo. (Muito bem!).

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

**O SR. NELSON CARNEIRO (Rio de Janeiro) (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O mais famoso talento e a mais peregrina cultura, quando mesmo coincidem numa só pessoa, nem por isso fazem dela, necessariamente, um bom administrador. Exemplo marcante — tristemente marcante! — de coisa assim inauspiciosa é a situação em que se encontram os municípios fluminenses, aí incluídos até mesmo aqueles que por suas velezas naturais, seus apelos turísticos, sua proximidade preciosa do Rio tornaram-no nos pontos favoritos buscados por todos quantos podem, merecidamente, entregar-se às delícias de um lazer tão justamente conquistado.

Todo país civilizado sabe que o turismo interno, além de todas as vantagens que traz à vida comum nacional, é a base necessária sobre a qual se alicerça a indústria turística internacional. De fato; o crescimento do turismo nacional incrementa (ao menos em tese) a sucessão das obras de infra-estrutura sem as quais é impossível acalantar-se, até, a pretensão de atrair visitantes alienígenas. Abrindo e conservando rodovias; procedendo à modernização e racionalização do saneamento básico; estimulando e concorrendo para a abertura e funcionamento perfeito de hotéis de alto nível; ajudando a florescer o comércio; cuidando dos acessos fáceis ao desfrute das belezas naturais — enfim, agindo e trabalhando com a consciência de quem está implantando e fazendo operar esplendidamente bem uma das mais rentáveis indústrias do mundo moderno: o turismo — a administração faz carrear para o seu Estado os dinheiros que se gastam mais fartos no ócio e no lazer e, projetando seus recursos da natureza, atrai peregrinos universais.

E assim, por toda parte, onde a civilização floresce.

Mas assim não tem sido, infelizmente, no Estado do Rio. Veja-se, como exemplo dolorosamente edificante, o caso de Cabo Frio.

Capital indiscutida da famosa "região dos lagos fluminenses", Cabo Frio é, na verdade, uma jóia engastada na imensa cintura litorânea que as águas cálidas do Atlântico convidam a desfrutar sem subordinação ao calendário. Todos os dias são, ou seriam, excelentes para gozar as delícias aparentes de Cabo Frio.

Aparentes, sim; e melancolicamente o confesso. É que Cabo Frio continua uma jóia não polida, em detrimento dos interesses locais, fluminenses e brasileiros, ainda que, por ser encantos próprios, leve de vencia as mais famosas praias, inclusive as do sul da França, tão decantadas, e tão inteligentemente aproveitadas.

O abandono a que está relegada a pátria das águas tranquilas fere o direito dos que ali habitam e punge aqueles que lhe procuram as amenidades, que seriam dulcíssimas, uma vez decentemente cuidadas.

Saiba o Senado que Cabo Frio, para uma população fixa de 60 mil almas, acolhe até 200 mil turistas, no auge da estação, e recebe muitos milhares, mesmo nas épocas consideradas fracas. E tanto os habitantes quanto os visitantes (parece mentira!) quase nada, muito

pouco recebem dos poderes públicos. O que investimentos inteligentes poderiam proporcionar de rendas fantásticas ao município e ao Estado, está além das melhores expectativas.

Todavia, o morador de Cabo Frio, cuja economia necessariamente há de repousar na indústria turística, é um sófredor inteiramente desassistido.

O saneamento básico local seria irrisório, se não fosse ofensivo. Todo aquele mundo de delícias e de promessas, de ofertas e de docuras, tão coloridamente decantadas nos folhetos multicoloridos com que se busca atrair a atenção do turista... tudo só existe no papel da propaganda. A realidade é desgraçadamente outra.

A água doce — condição *sine qua non* — para as férias marinhas, praticamente inexistente. A pouca que havia, sofre sangrias nas adutoras, sangrias que foram — pasmemos todos! — autorizadas pelo Governo do Estado. Daí porque a mais rendosa indústria local é a venda de caminhões-pipa, que mercadejam o líquido que compram a 10 cruzeiros por um mínimo de 800!!!

Isto explica, e facilmente, porque Cabo Frio vende cotas de água mineral que vão muito além do imaginável, e cujos carregamentos se esgotam num abrir e fechar de olhos. O Senado pode avaliar como será a higiene nas quase dezenas de hotéis sofisticados que ali exploram o comércio bipartido de acomodação e da alimentação.

A rede de esgotos (não é difícil nem mesmo imaginar) praticamente inexistente! Percentagem modesta de fossas sépticas; e tudo o mais segundo inaceitáveis práticas do despejo *in natura*.

A gente local, os que ali vivem e trabalham, certamente sofre mais, porque por mais tempo, continuamente pois, do que os turistas. Mas uns e outros sofrem demasiado.

A previdência social, para cujos males não se encontrou ainda remédio adequado, sobretudo no setor da assistência médica, é tortura permanente para as classes trabalhadoras. Ninguém desmente, tão meridiana é a verdade, que apenas dois médicos cobrem o ambulatório existente, onde, pelo menos, duzentos consultes diários reclamam seus serviços.

A inauguração da ponte Rio-Niterói, que pôs Cabo Frio muito mais perto dos turistas, só fez agravar as deficiências notórias daquela região. O fato ganhou tais proporções que o Presidente da Companhia Nacional de Alcalis, importantíssima indústria local, se viu constrangido a fazer publicar na Imprensa uma nota oficial, na qual, e sob a responsabilidade de sua assinatura pessoal, afirma:

"Advertimos os mal-informados que não acreditem na iníqua; inconsciente e demagógica propaganda enfocando a região dos lagos, porque ela está despreparada, infra-estruturalmente, para suportar o surto empiricamente conduzido de novas construções (hotéis, motéis, residências, loteamentos etc.) estimulado e autorizado pela administração pública, e o afluxo populacional despertado pela propaganda dolosa."

E, se está claro que a população fixa de Cabo Frio e da região dos lagos fluminenses vive, sobretudo, do fluxo incessante das populações flutuantes, não é menos claro que se a última for desviada de seu destino toda a economia local entrará em declínio, como prejuízos imensos advirão para os interesses do Estado do Rio.

Eis por que, em defesa do homem e do erário fluminense; eis por que, para a garantia daqueles que têm o direito de usufruir suas férias, a nova administração do novo Estado do Rio precisa se voltar, com urgência, para o trato e a solução daqueles problemas.

Ninguém ignora que um mal chama outro; todos reconhecemos que o progresso e a riqueza cobram altos preços. E, assim, os ricos, os remediados e os pobres — gente fixa e gente ocasional de Cabo Frio — todos estão sofrendo outras angústias.

Cidade de sol, de mar e de vento — Cabo Frio é o Turismo de ano inteiro. De 1º de janeiro a 31 de dezembro, com as oscilações maiores de frequência em favor dos meses cálidos, a cidade e a região agasalham milhares de compráticos nossos e, ainda, muitos e muitos estrangeiros.

A população — espalhando-se dos 60 aos 260 mil homens e mulheres e crianças está — quanto à segurança individual e patrimonial — entregue à própria sorte. As autoridades municipais, na pobreza de seus recursos materiais, não dispõem de recursos humanos; e o Estado, o grande lucrador do turismo, continua como "capitão que não cuida".

O aparelhamento policial, preventivo e repressivo, chega a ser ridículo. E os assaltos à mão armada, em plena luz do dia, se sucedem, ininterruptamente. Os automóveis logicamente deixados ao abandono, enquanto seus donos e usuários demandam as praias ou aos restaurantes, são presas fáceis para o numeroso exército de meliantes, seguros de impunidade. As casas, que necessariamente são desabitadas fora dos dias de lazer, oferecem-se a contínuos assaltos. A média mensal da criminalidade contra a propriedade privada vai além de um crime por dia.

Cabo Frio, e os lagos, região ideal para o repouso e o lazer, fonte perene dada por Deus às delícias humanas, infelizmente é assim.

E para não continuar assim é que ocupo a atenção dos meus pares, pedindo aos céus que também me ouça o Governador Faria Lima. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Não há mais tempo para conceder a palavra aos demais oradores inscritos.

Lembro aos nobres Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, destinada à leitura da Mensagem nº 31, de 1975, do Congresso Nacional.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão.

Designo para a próxima a seguinte

## ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 24, de 1975, de autoria do Senhor Senador Nelson Carneiro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 156, de 1974, de sua autoria, que dá nova redação ao § 2º do art. 73 da Consolidação das Leis do Trabalho.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 26, de 1975, de autoria do Senhor Senador Nelson Carneiro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 016, de 1974, de sua autoria, que altera a legislação da Previdência Social e dá outras providências.

— 3 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 27, de 1975, de autoria do Senhor Senador Nelson Carneiro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 028, de 1974, de sua autoria, que altera a legislação da Previdência Social e dá outras providências.

— 4 —

Discussão, em turno único, da emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 20, de 1973 (nº 1.493-B/73, na Câmara dos Deputados), que revoga os arts. 3º e 4º do Decreto-lei nº 389, de 26 de dezembro de 1968, que "dispõe sobre a verificação judicial de insalubridade e periculosidade e dá outras providências", tendo PARECERES, sob nºs 555 e 556, de 1974, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, contrário; e

— de Legislação Social, contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 25 minutos.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENHOR MINISTRO DJACI ALVES FALCÃO, POR OCASIÃO DE SUA POSSE NA PRESIDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO Nº 32/75, DE AUTORIA DO SR. SENADOR PAULO GUERRA, APROVADO NA SESSÃO DE 20-3-75:**

**“O SR. MINISTRO DJACI FALCÃO (Presidente) — Exmº Sr. Ministro Golbery do Couto e Silva, Representante do Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Nobres representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Exmº Sr. Procurador-Geral da República. Eminentes Ministros da Corte. Minhas Senhoras e meus Senhores:**

Recebo do eminente Ministro Eloy da Rocha, com intensa emoção, a Presidência da mais alta Corte de Justiça do nosso País. Sucede a um juiz dedicado e que procurou empregar os seus dotes de cidadão e jurista em favor da manutenção do respeito que toda a Nação devota ao Supremo Tribunal Federal.

As palavras ricas de afeto e bondade proferidas pelo Ministro Rodrigues Alckmin, autêntica vocação de Juiz, ao lado das orações do nobre Procurador-Geral Professor Moreira Alves e dos ilustres Advogados Dr. Hamilton de Araújo e Souza e Dr. Wilson do Egito Coelho a minha profunda gratidão. Com alegria cumprio a incumbência de agradecer, também, a homenagem prestada ao eminente Ministro Thompson Flores, há pouco investido na Vice-Presidência, Juiz de alto descortino e dos mais operosos, com larga experiência judicante e administrativa, que será, estou certo, um eficiente e infatigável colaborador da Presidência.

Ao lado do natural contentamento vivo a emoção da responsabilidade reservada a este Tribunal, de destacada e ímpar destinação, como árbitro soberano da Constituição e das leis federais. Recordo nesta hora um instante de felicidade e de certa apreensão, por mim vivido, ao tomar posse no cargo de Juiz de Direito nos idos de 1944, perante o austero e saudoso Desembargador José Neves Filho, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco. Dois sentimentos enchiam-me a alma: a alegria interior pela conquista do cargo de Juiz e a intensa preocupação de bem exercer o alevantado mister. Mercê de Deus, como acentuei certa vez, com amor ao estudo e sem temor do trabalho fui das apreensões me libertando, para sem maior tardança ganhar paz contínua no exercício do grande ideal.

Ao chegar, ao Tribunal de Justiça em princípios de 1957 vi, acalentada, a minha aspiração maior. Sentia-se sobrejamente recompensado. A mim bastava. Chamado a integrar esta Corte, sem dúvida, honra inexcusável, como sertanejo acostumado à seca nodestina, me vi diante de uma colheita além das previsões. Agora, chego a esta cadeira mais elevada, como depositário da confiança dos meus eminentes colegas. Com humildade e prudência, mas crença na majestade do Direito e com a devida firmeza procurarei executar o que a Corte decidir, em sua sobranceira sabedoria e no seu perene amor à Justiça.

Todos nós temos consciência da delicadeza e da complexidade na missão de julgar, sobretudo em um mundo no qual se impõe ao juiz, cada vez mais, o senso da medida, a fim de que se sobreponha às exigências do absoluto que extrema certas posições numa sociedade fértil em conflitos. Colocando-nos acima das paixões, como é mesmo do nosso dever, buscamos conciliar o espírito científico com a filosofia do senso crítico bem apurado, exercitando às vezes uma missão pedagógica dentro daquela moldura de singeleza que tanto enaltece das boas ações.

Não nos empolgam conceitos equivocados, como por exemplo, o de que nas chamadas ciências exatas e na técnica se encontra tudo que tem valor, na ordem do saber. Procuramos cultivar, sim, uma síntese do saber sobre o mundo, saber conhecimento, na sua ampla acepção, a compreender, inclusive, o saber espiritual, com as vistas voltadas, não somente para as coisas, para os problemas de ordem material, mas, particularmente, para a riqueza inexgotável do nosso semelhan-

te. Precisamos, sim, da engenhosidade dos técnicos, na medida em que seja útil ao bem-comum, sem descer à tecnocracia capaz de massificar o homem e gerar mistificações. Devemos proclamar que graças aos recursos da tecnologia, do arado primitivo aos sofisticados computadores eletrônicos, o homem passou a desfrutar um nível de vida mais condigno, sendo-lhe proporcionada uma nova consciência social. Contudo, reconhecemos a necessidade da disciplina do emprego dos meios técnicos, a fim de que não se chegue a um nivelamento coletivista, com menosprezo aos limites ético-jurídicos da vida. Há em cada um de nós o sentimento interior de que uma sociedade é tanto mais livre quanto mais se lhe proporcione o respeito à dignidade da pessoa humana. O imane ideal de Justiça, tão ligado à nossa sensibilidade, de sentido transcendental, expresso nas leis, mas sem nelas se exaurir, encontra o seu forte esteio no princípio segundo o qual todos os homens são iguais, não em capacidade ou condição, porém, pela posse de direitos de dimensão universal. Isso sem olvidarmos, é claro, a existência também de deveres fundamentais, e a correlatividade entre os direitos e os deveres: Do contrário não se poderá alcançar o equilíbrio conducente à ordem e à paz na vida em sociedade.

As novas facetas da sociedade moderna, fruto do multifário processo de desenvolvimento, aumentam a responsabilidade do Poder Judiciário, particularmente desta Corte, a quem compete a palavra final em resguardo da fruição dos direitos individuais e sociais assegurados aos cidadãos.

Diante da vária, múltipla e crescente atividade do Poder Judiciário não é possível se retardar mais a reforma de há muito reclamada, quer no âmbito da Justiça dos Estados, seja na esfera da Justiça Federal. A estrutura judiciária exige modificações que a torne compatível com o índice do nosso processo de desenvolvimento, sobretudo no último decênio.

Nesta casa, a 16 de abril do ano findo, graças a um diálogo entre os Juizes da Corte e o Exmº Sr. Presidente Ernesto Geisel, nasceu a ideia de se partir para uma reforma de âmbito nacional, cabendo-nos, de logo, a incumbência de apresentar um diagnóstico da situação do Poder Judiciário, a fim de servir de base à delicada obra a que se propôs com aguda sensibilidade e boa vontade o Chefe do Poder Executivo. A complexa tarefa há de resultar da triplice cooperação dos Poderes do Estado, Do Congresso Nacional, na sua nobre e altaneira função, também esperamos valiosa ajuda.

Na gestão do eminente Ministro Eloy da Rocha foi colhido farto material, compreendendo estudos e sugestões da Justiça dos Estados e da Justiça Federal, além da legislação específica de vários países. Por designação da Presidência o Sr. Ministro Rodrigues Alckmin redigiu minucioso relatório sobre a Justiça dos Estados, que, por certo, facilitará à nossa tarefa. No que toca ao Supremo Tribunal Federal, como esclareceu, em recente entrevista ao meu ilustre antecessor:

“Não houve, ainda, sua manifestação sobre a reforma, no que lhe diz respeito, especificamente, por depender de relatórios parciais de outros Tribunais que não haviam sido oferecidos até a data em que o Supremo Tribunal entrou em recesso, em dezembro último.”

Esperamos, com ânimo, prosseguir nos trabalhos da chamada fase de diagnóstico, apresentando oportunamente ao Poder Executivo o resultado dos estudos imprescindíveis ao anteprojeto da reforma.

Não me cabe nesta solenidade descer a pormenores. Porém não posso fugir a rápidas considerações acerca do grave desafio a quantos incumbe o dever de cooperar para uma elevada e justa solução do magno problema. Magistrado de carreira, que guarda a ventura de haver percorrido todos os degraus da Justiça estadual, dou o testemunho da sua importância na ministração da Justiça, que se desdobra na vastidão do território nacional. E desta Corte, de onde descortinamos a atuação de toda a magistratura, nos seus pontos altos e nas suas falhas, bem aquilatamos como se diversificam e avultam os problemas da Justiça Federal comum. Basta observar

que segundo levantamento efetuado pelo Egrégio Tribunal Federal de Recursos o número de feitos pendentes na primeira instância, ao fim de 1973, montou a 270.000, enquanto o deficit acumulado naquela Corte, composta de 13 membros, chegou a 3.372 processos.

A seu turno, a justiça especializada — do Trabalho, Eleitoral e Militar, também apresenta os seus problemas, a merecerem a devida revisão.

A grande deficiência do Poder Judiciário reside no acúmulo de serviço, com reflexos negativos na segurança jurídica e na estabilidade social. Como é de fácil percepção, uma sanção penal tardia perde, de muito, o seu exato alcance, a extinção da punibilidade pela prescrição constitui outro malefício, a falta de rápida solução de litígio na área do direito de família, agrava os desajustamentos na sociedade familiar, e assim por diante, inclusive quando se cuida de reparação patrimonial sem a incidência da correção monetária.

Não negamos as imperfeições no funcionamento do Poder Judiciário, inclusive quando resultam da ausência de vocação para a magistratura. Devemos assinalar, no entanto, para afastar críticas equivocadas que, de modo geral, há de parte dos magistrados uma intensa dedicação ao trabalho, procurando fazer renascer o direito onde a sua chamada amortece.

Está comprovado que não basta apenas o aumento de varas nas Comarcas de maior movimento forense ou a elevação do número de juizes nos órgãos colegiados. Impõe-se, já não resta dúvida, uma reforma de real profundidade, a ser executada por etapas, dos limites da competência à organização judiciária. Mas, é bom frisar que o equacionamento da matéria ultrapassa, em certos aspectos, a órbita do Poder Judiciário, suscitando também medidas especiais em outras esferas de atuação do Estado, como por exemplo as atinentes à pesquisa sobre o crescente índice de criminalidade, suas causas e o estudo racional para as providências a cargo do Poder Executivo.

Vários são os fatores que contribuem para o retardamento dos processos, uns oriundos das próprias leis processuais, outros decorrentes da organização judiciária. Afigura-se-nos oportuno realçar que, dentre outros, são pontos relevantes na reforma do Poder Judiciário — o processo de recrutamento dos juizes, a instituição de cursos para o seu aperfeiçoamento, a remuneração condigna, as garantias que a Constituição oferece e a competência dos órgãos judiciários. Tudo isso ao lado de um eficaz controle do desempenho profissional do magistrado e a instituição de prontas medidas, inclusive de natureza disciplinar, em benefício da exação no cumprimento do dever, da celeridade e da melhor distribuição da Justiça. O Juiz deve servir de modelo no cumprimento dos seus deveres com os jurisdicionados e para com o Estado. De resto, torna-se necessária a modernização dos serviços auxiliares e administrativos, em termos de pessoal e de recursos materiais, em todas as instâncias, a fim de que se possa alcançar uma tramitação processual célere e verdadeiramente compatível com o prestígio da Justiça.

Nesta Corte, que reúne juristas trazidos da magistratura, do magistério, da advocacia, do ministério público e da política, há um labor incessante, um esforço sobre-humano, para se vencer o enorme volume de serviço assinalado nos índices estatísticos de cada ano. A chamada crise do Supremo Tribunal Federal não é de hoje, vem de algumas décadas conforme registra a sua história. Anos atrás tive ensejo de afirmar "impõe-se uma racional distribuição das funções, do juízo de primeiro grau ao órgão judicante mais elevado, sem se perder de vista, porém, que nem todas as causas devem acabar no Supremo Tribunal Federal". Na verdade, não se justifica que se submeta ao crivo da mais alta Corte questões sem maior relevância do ponto de vista do interesse ou do benefício público.

Há, em todos nós a preocupação de preservar o prestígio da Corte, grangeado na sua admirável trajetória, mediante a soma de alevantados esforços, no sentido de adaptar o direito às novas dimensões da vida temporal. Aqui se afirmam e se retemperam os princípios científicos e filosóficos do Direito, destinados à proteção e ao aperfeiçoamento do homem, em todas as fases e contingências de sua

vida. Aqui sentimos "o espírito humano em sua própria e universal natureza, em sua imanente e indefectível vocação jurídica", como diria Giorgio Del Vecchio. Na faina cotidiana, perscrutando o ciclo da vida econômica, social e política, pairando acima da lógica abstrata, procuramos vivificar as leis, em prol da estabilidade da ordem jurídica, em favor do Homem como integrante do corpo social.

Creio na contribuição sensata, cheia de independência e plena em sabedoria dos eminentes colegas, na cooperação elevada da douta Procuradoria-Geral da República e dos ilustres advogados que aqui militam, na esperança de que frutifique sempre o trabalho que nos é reservado no sistema político-jurídico da nação.

Devo acrescentar que precisamos aperfeiçoar os serviços da nossa secretaria. Espero a colaboração de todos os funcionários da casa, cada um com a consciência de suas atribuições, para que se coloque cada coisa em seu lugar e a seu tempo.

Dentro dessa linha de pensamento, exposta em síntese, esperamos à luz dos valores que cultivamos, contribuir no campo das nossas responsabilidades e na medida das nossas forças, para o desenvolvimento integral desta grande Pátria.

Expresso os agradecimentos do Tribunal e particularmente os meus e do eminente Ministro Thompson Flores, às altas autoridades civis, militares e eclesiásticas e a todos os que nos honraram com a sua presença numa comovedora homenagem à eminência do Poder Judiciário.

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

Ata da centésima octogésima quinta reunião ordinária,  
realizada em 12 de março de 1975.

Às dezessete horas do dia doze de março de mil novecentos e setenta e cinco, presentes os senhores Deputados Passos Pôrto, Bento Gonçalves e José Bonifácio Neto, sob a presidência do Senador Cattete Pinheiro, reuniu-se o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas, a fim de tratar de assuntos diversos. Lida e aprovada a ata da reunião anterior, são apreciados e aprovados os seguintes processos: de concessão de pensão a Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, Lopo de Carvalho Coelho, José Adolpho Chaves do Amarante, Braz de Assis Nogueira, Dayl do Carmo Guimarães de Almeida, Pedro Affonso Anschau, Celso Ramos, Oswaldo Junqueira Ortiz Monteiro, Fernando Corrêa da Costa, Nery Novaes, Manoel Taveira de Souza, Clodomir Teixeira Millet, Zacharias Emiliano Seleme, José Henrique Turner, Cantídio Nogueira Sampaio, Tertuliano Milton Brandão, Leandro Maynard Maciel; de concessão de auxílio-doença a Dineu Mazzalli Seixas, Djalma Bessa, Petrônio Ramos Figueiredo, Álvaro Gaudêncio Filho, Izaías Felix Teixeira Barbosa, Maria de Lourdes Alves Lacerda e Sebastião dos Reis. Nada mais havendo a tratar, às dezessete horas e quarenta minutos é encerrada a reunião. E, para constar, eu, Zélia da Silva Oliveira, Secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente. — (a) Senador Cattete Pinheiro, Presidente.

## COMISSÃO DIRETORA

Ata da 2ª Reunião Ordinária, realizada  
em 12 de março de 1975

Sob a presidência do Senhor Senador Magalhães Pinto, Presidente, presentes os Senhores Senador Wilson Gonçalves, Primeiro-Vice-Presidente, Senador Dinarte Mariz, Primeiro-Secretário, Senador Marcos Freire, Segundo-Secretário, Senador Lourival Baptista, Terceiro-Secretário e Senador Lenoir Vargas, Quarto-Secretário, às 10,00 horas, reúne-se a Comissão Diretora.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Benjamim Farah, Segundo-Vice-Presidente.

É lida, e sem debate aprovada, a Ata da Reunião anterior.

Declarando abertos os trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Primeiro-Secretário, que apresenta à deliberação da Comissão expediente da Sra. Vice-Presidente do Conselho de Supervisão do CEGRAF, informando sobre a requisição, pelo Segundo-Secretário da Câmara dos Deputados, do servidor Florian Augusto Coutinho Madruga, Revisor Gráfico, C.L.T., daquela Gráfica.

Sem votos discordantes o pedido é indeferido.

O Senhor Presidente anuncia a seguinte distribuição:

— Ao Senhor Quarto-Secretário:

— Expediente relativo ao pagamento de prestação de serviços técnicos (PRODASEN), ao SERPRO, no valor de Cr\$ 476.871,98, conforme contrato vigente, referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 1974; e

— Exposição de Motivos da Sra. Vice-Presidente do Conselho de Supervisão do CEGRAF, solicitando e justificando o pedido de suplementação de verbas para a Gráfica.

— Ao Senhor Segundo-Secretário, Minuta de Ato do Presidente relativo à realização de vários cursos de aperfeiçoamento para servidores da Casa.

— Ao Senhor Primeiro-Secretário, expediente do Senhor Senador Geraldo Mesquita, solicitando seja colocado à disposição do Governo do Estado do Acre, a partir de 15 de março em curso, o servidor Octaciano da Costa Nogueira, Técnico Legislativo do Quadro Permanente.

— Ao Senhor Primeiro-Vice-Presidente, expediente da Sra. Vice-Presidente do Conselho de Supervisão do CEGRAF, sugerindo a cobrança dos trabalhos do Senado e dos Senadores, feitos pela Gráfica, bem assim propondo a extinção de cargos vagos, menos necessários, e, em lugar dos mesmos, sejam criados aqueles já aprovados pela gestão anterior.

Nada mais havendo a tratar, às 11,30 horas, o Senhor Presidente declara encerrados os trabalhos, lavrando eu, Dinarte Mariz, Primeiro-Secretário, designado para secretariar a Reunião, a presente Ata que, em seguida, é assinada pelo Senhor Presidente e vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, em 12 de março de 1975. — Magalhães Pinto, Presidente.

### MESA

Presidente:  
Magalhães Pinto (ARENA-MG)

1º-Vice-Presidente:  
Wilson Gonçalves (ARENA-CE)

2º-Vice-Presidente:  
Benjamim Farah (MDB-GB)

1º-Secretário:  
Dinarte Mariz (ARENA-RN)

2º-Secretário:  
Marcos Freire (MDB-PE)

3º-Secretário:  
Lourival Baptista (ARENA-SE)

4º-Secretário:  
Lenoir Vargas (ARENA-SC)

Suplentes de Secretários:

Rui Carneiro (MDB-PB)  
Renato Franco (ARENA-PA)  
Alexandre Costa (ARENA-MA)  
Mendes Canale (ARENA-MT)

### LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA

Líder  
Petrônio Portella

Vice-Líderes  
Eurico Rezende  
Jarbas Passarinho  
José Lindoso  
Mattos Leão  
Osires Teixeira  
Ruy Santos  
Saldanha Derzi  
Virgílio Távora

### LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA

Líder  
Franco Montoro

Vice-Líderes,  
Mauro Benevides  
Roberto Saturnino  
Itamar Franco  
Evandro Carreira

**Centro Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 1.203**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50**